



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS



SILVIA MARQUES DE ALMADA

**A QUESTÃO DO REGIONALISMO *EM A MULHER DO GARIMPO,*
DE NENÊ MACAGGI**

BOA VISTA - RR
2015

SILVIA MARQUES DE ALMADA

A QUESTÃO DO REGIONALISMO
EM A MULHER DO GARIMPO, DE NENÊ MACAGGI

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Roraima para obtenção do título de Mestre em Letras
Área de Concentração: Estudos de Linguagem e
Cultura Regional
Orientador: Prof. Dr. Fábio Almeida de Carvalho

BOA VISTA - RR
2015

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Biblioteca Central Universidade Federal de Roraima

A444q Almada, Silvia Marques de.

A questão do regionalismo em a mulher do garimpo, de
Nenê Macaggi / Silvia Marques de Almada. -- Boa Vista,
2015.

112 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Almeida de Carvalho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de
Roraima, Programa de Pós-Graduação em Letras.

1 – Regionalismo. 2 – Amazônia. 3 – A mulher do
garimpo. 4 – Análise literária. I - Título. II Carvalho, Fábio
Almeida de (orientador).

CDU – 82.01

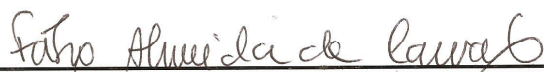
FOLHA DE APROVAÇÃO

SILVIA MARQUES DE ALMADA

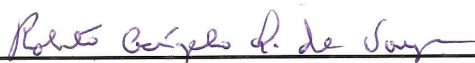
**A QUESTÃO DO REGIONALISMO EM *A MULHER DO GARIMPO*,
DE NENÊ MACAGGI**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de
Roraima para obtenção do título de Mestre em Letras
Área de Concentração: Estudos de Linguagem e
Cultura Regional

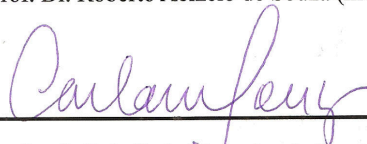
APROVADO EM 18 / 03 / 2015



Prof. Dr. Fábio Almeida de Carvalho (orientador) – UFRR



Prof. Dr. Roberto Acízelo de Souza (membro externo)



Prof.^a. Dr.^a. Carla Monteiro de Souza (membro)

AGRADECIMENTOS

Ao Ivo Ferreira de Almada, que me apoiou com seu carinho e amor nos momentos difíceis.
Aos meus filhos do coração, Luna (*in memoriam*), Apollo e Lolla, cujos olhos dizem me amar.

À minha amiga e filha do coração, Joemia Gomes Sarmiento, que me incentivou em todas as etapas desta caminhada.

À minha família, pelo apoio, mesmo que à distância.

Aos professores da Pós-Graduação em Letras da UFRR, cujas aulas e indicações de leituras contribuíram para a construção desta dissertação.

Ao professor Fábio Almeida de Carvalho, pela paciência em me ouvir, pela inteligência e sensibilidade em suas colocações e, principalmente, pela dedicação àquilo que faz.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo abordar as peculiaridades da manifestação do fenômeno regionalista no romance **A Mulher do Garimpo** de Nenê Macaggi. Publicado na década de 70, o romance tematiza e representa a Amazônia, em especial o espaço que hoje compreende o estado de Roraima, no período que vai do final da década de 20 até meados da década de 40. E, nesse movimento, dá a conhecer a Amazônia elegendo e sumariando os elementos naturais dessa região: a fauna, a flora, a abundância de suas terras, os recursos hídricos e minerais, dentre outros. Elementos esses que a região “dativamente” oferece àqueles que, com técnica e conhecimento, aqui chegando, poderão aproveitar para o “bem da nação”. Como elemento pitoresco, o texto de **A Mulher do Garimpo** seleciona o indígena da região, seus costumes, sua culinária, suas crenças; mas escolhe o garimpeiro como herói da narrativa, figura que, juntamente com os fazendeiros, historicamente considerados os pioneiros de Roraima, faz parte da casta dos desbravadores do lugar. E é justamente por essa preocupação da autora em selecionar e documentar em seu romance o meio físico, social e mesmo linguístico da região, que **A Mulher do Garimpo** se aproxima do regionalismo realista-naturalista da literatura brasileira. De outra perspectiva, analisamos também como a representação e a mimetização destes elementos marcantes, exóticos, se apoiam num tipo de discurso de longa duração sobre a Amazônia. A análise desses elementos de representação, que se manifestam na estrutura, no desenvolvimento da temática, na história e no discurso de **A Mulher do Garimpo**, conduz à interpretação da manifestação do regionalismo nesta obra pioneira da narrativa romanesca roraimense.

Palavras-chave: A Mulher do Garimpo. Amazônia. Regionalismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to address the peculiarities of manifestation of the regionalism phenomenon in the novel **A Mulher do Garimpo** by Nenê Macaggi. Published in the 70s, the Macaggi's novel takes the Amazon as the major theme, especially the space that now forms the state of Roraima, in the period from the late 1920s until the beginning of 1940. And in this movement, shows the Amazon, electing and summarizing the natural elements of the region: its fauna and flora, the abundance of its lands, its water and mineral resources, and points out that the region offers its richness for those people who, arriving here with technical knowledge, can enjoy its richness for the good of the nation. As picturesque element, **A Mulher do Garimpo** selects the indigenous of the region: his beliefs, his cuisine, his traditions; but chooses the gold miner as the hero of the narrative. The gold miner, who, together with the farmer, figures as part of the caste of the pioneers of Roraima. And it is precisely this concern by the author in selecting and documenting the physical environment, the social and even language of the region in this novel, that the **A Mulher do Garimpo** approximates of the realistic-naturalistic regionalism of Brazilian literature. From another perspective, we analyze how the representation and imitation of these striking elements is supported by a type of long term discourse about the Amazon. The analysis of the representation of these elements that appear in the structure, theme development, history and discourse of the novel **A Mulher do Garimpo** leads the interpretation of the regionalismo manifestation in this narrative, which is considered the pioneering novel in Roraima.

Keywords: A Mulher do Garimpo. Amazon. Regionalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I — O fenômeno regionalista na literatura	16
1.1 Breve panorama do regionalismo na literatura brasileira	19
1.2 Literatura na Amazônia: modos de ver	31
CAPÍTULO II — Nenê Macaggi: a obra imita a vida	39
2.1 Nenê Macaggi: elementos de biografia	46
2.2 Considerações sobre autor e narrador em A Mulher do Garimpo	57
CAPÍTULO III — A Mulher do Garimpo e a construção do extremo sertão norte do Amazonas	63
3.1 A incorporação do espaço regional no enredo de A Mulher do Garimpo	70
3.2 Uma leitura de A Mulher do Garimpo	72
CONCLUSÃO	98
REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi motivada por uma carência que se apresentou quando, há cerca de seis ou sete anos, a Universidade Federal de Roraima incluiu o livro **A Mulher do Garimpo** (1976), de Nenê Macaggi, no rol das leituras obrigatórias para o exame vestibular.

A presença de um título assinado por uma escritora de origem paranaense, radicada a maior parte da vida em Roraima, na lista de leituras obrigatórias era justificada pelo caráter regional da obra e pela obrigação de o vestibular incluir elementos de literatura roraimense entre os conteúdos do certame.

Na condição de professora de literatura de uma escola de ensino médio da rede pública do Estado, logo me senti instigada a ler e a discutir o desconhecido e obscuro romance com meus alunos. E o interesse cresceu quando atentei para o fato de que o título da obra se desdobrava no seguinte subtítulo: “o romance do extremo sertão norte do Amazonas”. Nesse momento, surpreendeu-me o fato de, tendo eu nascido em Roraima e ser moradora de Boa Vista, nunca ter ouvido falar dessa obra e tampouco de sua emblemática autora. Tentei desculpar a mim mesma pela ignorância por meio do argumento de que eu havia passado quase toda a minha vida estudantil em outro estado da região — em Belém, no Pará. Mas enquanto ponderava, pensava que, na condição de estudante e de professora da área de literatura, conhecendo muitas obras de autores e de lugares de tempos distantes e remotos, como podia desconhecer um romance de uma escritora que ambientava sua obra numa região, num lugar e num tempo tão próximos a mim?

A situação era ainda mais tocante porque se tratava de um romance, gênero tão escasso entre nós, roraimenses. Além do mais, tinha sido escrito por uma mulher. E tendo em vista a cena literária roraimense, era muita novidade para ter passado em brancas nuvens até aquele momento.

Instigada pela curiosidade, dirigi-me, então, à Biblioteca Pública do Estado, que fica em um prédio a que eu havia me acostumado chamar, como a maioria das pessoas minhas conhecidas, de “Palácio da Cultura”. Foi então que me dei conta de outra falta minha, pois, ao designador “Palácio da Cultura”, seguia o nome *Nenê Macaggi*, em homenagem à escritora.

A curiosidade aumentou. Porém, o desejo de ler o romance esbarrou numa carência maior, quase intransponível àquela altura: a Biblioteca Pública do Estado, como as demais da cidade de Boa Vista – na época existiam apenas quatro – não possuía um único exemplar do

título que eu procurava! Esse detalhe serviu para me apaziguar, pois assim minha ignorância tinha pelo menos uma justificativa plausível.

Nesse meio tempo, como ninguém podia ler um texto que era uma “raridade”, haja vista que só existiam alguns poucos exemplares — e nas mãos de proprietários ciosos, o edital do vestibular precisou ser retificado e o título deixou de fazer parte das leituras obrigatórias para o concurso.

Aí a vontade de ler o romance cresceu junto com a curiosidade de saber quem era aquela que o havia escrito. Mas eram tantas as aulas que eu precisava planejar e tantos outros livros que se mostravam aqui e ali, tão acessíveis, que acabei deixando que outros desejos se sobrepusessem àquele, que permaneceu, todavia, em estado de latência.

Quatro anos mais tarde, finalmente tive acesso à parte da obra de Nenê Macaggi, quando pude ler **A Mulher do Garimpo** e, por extensão, pude também conhecer melhor a história de sua autora. Por coincidência do destino, da história, em seguida, enveredei pelos caminhos da pesquisa acadêmica, quando decidi me dedicar à leitura crítica da obra de Nenê Macaggi.

Tendo vivido esse processo, posso afirmar que a circulação da obra de Nenê Macaggi mudou bastante desde aquele momento inicial em que esta despertou meu interesse.

De lá para cá, o livro **A Mulher do Garimpo** teve sua segunda edição, em 2013, e hoje pode ser encontrado com relativa facilidade nas bibliotecas de Boa Vista, apesar do inconveniente de esta última edição apresentar graves problemas de revisão. Dentre estes, chama a atenção, logo na capa do livro, a troca da preposição “do” por “no” no subtítulo. Daí que o subtítulo ficou “O romance ‘no’ extremo sertão norte do Amazonas”.

Não parece tanto, mas faz diferença razoável de sentido.

Nesse processo de descoberta, eis que encontrei o ponto de partida para a investigação que ora vem à luz. Publicado em primeira edição em 1976, pela Imprensa Oficial do Amazonas, em pleno período da ditadura militar, **A Mulher do Garimpo** é considerado o precursor do gênero romance nas letras roraimenses. E desde o início de minha relação com esta obra, me chamou a atenção o tônus do seu caráter regional em relação à tradição regionalista da literatura brasileira.

Partindo, pois, da consideração de que o regionalismo é um fenômeno literário de longa duração na literatura brasileira e que as investigações desse fenômeno ainda não dispõem de uma abordagem teórica ampla e definitiva, que abranja de forma incontestável toda a sua complexidade (e, talvez exatamente por isso, volta e meia, esteja na pauta das discussões teóricas), resolvi me dedicar ao estudo da questão.

Assim, com base no entendimento de que, em geral, o fenômeno regionalista se evidencia tanto por trabalhar temáticas, linguagens, estilos de vida, tipos sociais e paisagens de uma perspectiva localista, quanto por fazer um recorte espaço/temporal mais ou menos preciso e identificável e, assim, compor uma representação de determinada região, decidimos¹ proceder a uma leitura de **A Mulher do Garimpo** de Nenê Macaggi, com o objetivo de configurar as especificidades do regionalismo desta obra e compreender como a Amazônia brasileira, mais especificamente Roraima, é nela representada.

Por extensão, decidimos também propor um balanço crítico sobre o alcance desta empreitada para o campo das manifestações literárias roraimenses e procuramos avaliar, por extensão, o modo como esse romance se articula com a tradição literária brasileira.

Nenê Macaggi é reconhecida publicamente como a precursora das letras roraimenses – como se deduz pela reportagem “Nenê Macaggi: nossa dama nas letras”, publicada na revista **Diretrizes**, da qual destacamos a seguinte afirmação: “[...] a nossa Grande Dama das Letras, nossa primeira escritora.” (1991, p.18). Como se pode perceber pelo conteúdo da matéria e pelo estilo em “caixa alta” dos caracteres, algum prestígio midiático não lhe falta por estas bandas.

Mas, apesar disso, pode-se constatar, com relativa facilidade, o fato de a obra de Nenê Macaggi ser ainda pouco lida, tanto pelo público em geral, quanto pelo público escolar, seja no ensino médio, seja na universidade. E, por consequência, fica fácil constatar, ainda, que são também bastante escassos os estudos sobre a produção intelectual e literária da escritora no meio acadêmico.

Apesar dessa constatação, não podemos deixar de notar que, desde a morte da autora, houve uma preocupação, por parte dos órgãos responsáveis pelo planejamento e pela condução das políticas oficiais de cultura do Estado, de impor à opinião pública a consciência sobre a importância da figura de Nenê Macaggi para a cultura e para a literatura roraimense.

Prova disso é a existência do “Palácio da Cultura – Nenê Macaggi”. Localizado na Praça do Centro Cívico, ponto estratégico de articulação entre o centro de poder da administração pública e as manifestações da vida civil em Roraima, a imponência do prédio reflete a exata medida dessa estratégia de política cultural.

¹ Doravante empregaremos o “plural ético” ou “de modéstia”, em razão de reconhecermos que a tópica (e seu desenvolvimento) do presente trabalho é tributária do esforço e do investimento intelectual de muitos estudiosos que, antes de nós, se dedicaram ao estudo deste tema: regionalismo. Reconhecemos, portanto, que a presente enunciação é apenas um elo de uma longa cadeia versal da qual participam muitos que contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento sobre o tema abordado.

O problema é que essa política foi estruturada com base numa concepção de cultura que se preocupa mais em exaltar o culto à personalidade da escritora e em fixar, por consequência, uma imagem quase heroica dela, do que em promover a leitura de seus romances e assim possibilitar o aprofundamento do conhecimento sobre a vida social e cultural deste pedaço do Brasil.

Tal é o que se pode constatar não apenas através da colocação de seu nome em um prédio público de faustosa arquitetura, mas também em deixar à mostra suas fotografias na biblioteca pública, bem como na ênfase dada a alguns detalhes de sua biografia, que são insistentemente repetidos.

Mas esta é uma concepção de cultura que não reconhece que, mais do que saber os dados biográficos de Nenê Macaggi, apreciar as suas fotografias ou poder visitar o prédio que recebeu seu nome, era necessária a existência de um tipo de política que fosse capaz de garantir ao leitor a efetiva possibilidade de ler os textos da escritora e de, quem sabe, conhecer, de forma mais profunda, o seu universo intelectual e literário.

Disso tudo se pode concluir que estas ações de política cultural antes realizam atos para a opinião pública do que promovem, de fato, a melhoria real do estado da cultura em Roraima e no Brasil.

Mas foi, também, por causa da imagem criada em torno da mulher Nenê Macaggi – que é incensada por ter assumido um tipo de comportamento considerado avançado para sua época: uma mulher que, na década de quarenta, teve a coragem de trocar a “Cidade Maravilhosa” para viver na Amazônia, e de ter vivido a façanha de ter sido a primeira mulher delegada do SPI (Serviço de Proteção ao Índio, atualmente, FUNAI), em Roraima – que a dimensão escritora de Nenê Macaggi ficou um tanto obscurecida e, por conseguinte, sua obra praticamente desconhecida.

Por isso, Nenê Macaggi é, hoje, uma escritora da qual se ouve falar o nome mais porque este nomeia o prédio onde fica a Biblioteca Pública do Estado do que por ter sua obra lida e discutida.

E é justamente nessa lacuna que se insere esta pesquisa. Através de um olhar voltado para determinados aspectos do romance **A Mulher do Garimpo**, desejamos não somente trazer à discussão a obra de Nenê Macaggi, mas contribuir para expandir o debate sobre o seu alcance. Para tanto, consideraremos o seu caráter regional, sua importância para o conjunto das manifestações literárias roraimenses e a sua articulação com a tradição literária amazônica e nacional.

A maior parte do trecho de **A Mulher do Garimpo** é ambientada no Amazonas, estado do qual, até o ano de 1943, quando passou a Território Federal do Rio Branco, o atual estado de Roraima era município e se chamava Boa Vista do Rio Branco.

O enredo da narrativa de Macaggi se desenvolve num contexto histórico-social que se estende do final dos anos 1920 até os anos iniciais da década de 40.

Nesse período, a borracha, principal produto econômico e de exportação da região Norte do Brasil, sofreu uma sensível baixa e, depois, com a 2ª Guerra Mundial, uma curta temporada de alta. E, nesse meio tempo, no final da década de 30, foi descoberta, no Tepequém, que hoje é uma vila do município de Amajari, estado de Roraima, a maior mina de diamantes da região.

Se a extração da borracha atraiu migrantes, principalmente nordestinos, para a Amazônia, a descoberta de diamantes no Tepequém concorreu ainda mais para a vinda de muitas pessoas para esta isolada região do Amazonas. Este fenômeno de migração é constatado por Márcia d' Acampora (2012, p. 80), para quem:

Somente por volta da década de 30 é que foram descobertos diamantes na Serra do Tepequém, e como consequência, centenas de pessoas, das mais variadas regiões do país, foram à procura de fortuna rápida. A quantidade de garimpeiros foi tão grande que, mesmo com a deficiência dos meios de extração da época, foi registrada em quase toda a década de 40 uma produção oficial acima dos 10.000 quilates/ano.

Ao se apropriar desses eventos de fundo histórico, plasmando-os na matéria do trecho de seu romance, Macaggi focaliza, em **A Mulher do Garimpo**, ocorrências facilmente identificáveis como a garimpagem na região do Rio Branco e a extração da borracha na Amazônia.

Do mesmo modo, ao identificar claramente no subtítulo de sua obra, “o romance do extremo sertão norte do Amazonas”, o palco no qual suas personagens tomarão forma e onde se desenvolverá o enredo, a escritora imprime ao seu romance uma primeira e clara extração regional.

O espaço do “extremo sertão norte do Amazonas”, indicado no subtítulo, fixa uma referência inequívoca tanto em termos de localização e paisagem, o *norte*, quanto de tratamento, o *sertão*. Assim, o meio, bem como as possibilidades de organização da vida que ele impõe, são indicados como elementos primordiais para a leitura da obra pelo subtítulo.

Mas, como nunca é demais lembrar que a literatura não é mera representação do real, faz-se necessário analisar como se deu o “processo de redução estrutural”, ou seja, como a

realidade foi transformada em discurso capaz de criar um mundo possível e verossímil para a obra.

Feito o delineamento da questão geradora que conduz nosso interesse e o conjunto de nossa discussão, a seguir apresentamos, sumariamente, a estrutura do texto que segue, que se subdivide em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta um panorama do regionalismo através de uma revisão dos autores que tratam do tema e que veem as primeiras manifestações do fenômeno regionalista ligadas à questão do nacionalismo, ou seja, condicionadas pela história política e social do país, mas que, também, apontam para a sua permanência, embora sob outras feições, ao longo da história da literatura brasileira até os nossos dias. Neste sentido e, preliminarmente, trazemos para essa discussão Ligia Chiappini Moraes Leite (1994), Humberto Hermenegildo de Araújo (2008), Albertina Vicentini (2008) e Alfredo Bosi (1997).

Em seguida, com o objetivo de apresentar um panorama histórico do regionalismo, realizamos uma leitura do ensaio “Sobre as literaturas do norte e do meio-dia” (STAËL, 1800, in SOUZA, 2011, p.81-83). Nesse ensaio Madame de Staël trata da produção literária de sua época e contrasta as principais diferenças entre a literatura do sul e a do norte da Europa.

Depois, discutiremos as premissas teóricas presentes no prefácio do romance **O cabeleira** (s.d.), do escritor cearense Franklin Távora, no qual, na mesma esteira de Staël, o autor discorre sobre as diferenças entre as literaturas setentrional, do Norte, e austral, do Sul do Brasil, dando destaque à feição primitiva da literatura do Norte.

Em diálogo com Franklin Távora, nossa leitura passa também pelo **Manifesto Regionalista** ([1926]1996), de Gilberto Freyre, no qual o sociólogo avança a possibilidade de estar nos valores e tradições do Nordeste a autenticidade da expressão cultural e literária brasileira. E, ainda, pelos manifestos **À geração que surge!** (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005) e **Manifesto Flami - n°- Assú** (BASTOS, 1927, in COELHO, 2005), do escritor e crítico paraense Abguar Bastos. Esses manifestos são importantes porque neles os autores se posicionam em relação à questão regional e ao conjunto da literatura nacional.

Em seguida, tratamos do regionalismo à época do realismo-naturalismo, dando ênfase não só ao caráter documental da produção regionalista ligada a esse movimento, mas, principalmente, ao aspecto da utilização, por parte de muitos escritores, de um registro linguístico diferenciado entre o narrador e determinadas personagens de suas obras. Para esse debate, nos valem dos autores José Maurício Gomes de Almeida (1980), Antonio Candido (s.d.) e Mário de Andrade (ANDRADE, 1928, in SCHWARTZ, 2008).

Um excuro pelo ensaio “Literatura e subdesenvolvimento” (CANDIDO, 2011, p.169-196) fornece os subsídios para tratarmos do regionalismo na esfera do modernismo.

Como o interesse do nosso trabalho está focalizado no caráter regional de uma obra que se manifesta na Amazônia, mais especificamente em Roraima, este primeiro capítulo também traz críticos e autores que tratam, de forma parcial ou mais profundamente, da literatura produzida na/sobre a Amazônia.

Por isso, fazemos a leitura de **Uma interpretação da literatura brasileira** (MOOG, [1943] 2006), na qual o autor aborda as diferenças e particularidades da nossa literatura, que é comparada a um “arquipélago” formado por sete ilhas culturais: Amazônia, Nordeste, Bahia, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Também exploramos o texto “O regionalismo na ficção”, de Afrânio Coutinho, que ao discorrer sobre o regionalismo na ficção brasileira, em **A literatura no Brasil: era realista** ([1955]1986, p. 236), concebe a literatura brasileira “como parte de uma cultura regionalmente diferenciada e inter-regionalmente relacionada”.

E para tentar compreender os discursos que atravessam a Amazônia, contamos com a leitura de textos de escritores como Euclides da Cunha ([1904] 2003), Alberto Rangel (1920), e com o texto “Imaginário y discurso: la Amazonía”, de Ana Pizarro (2005).

No segundo capítulo, fazemos uma leitura de **A Mulher do Garimpo** cruzando aspectos biográficos de Nenê Macaggi com os de sua narrativa, já que muito daquilo que o protagonista vivencia e muito do discurso do narrador parecem evocar não apenas determinadas vivências, mas também a visão de mundo da própria Nenê Macaggi, como demonstraremos adiante.

As referências biográficas de Nenê Macaggi estão embasadas no posfácio da primeira edição e no prefácio da segunda edição de **A Mulher do Garimpo** (2012), bem como em publicações da imprensa como o **Correio do Paraná** (1940), o **Diário da Tarde** (1940), de Florianópolis, a **Revista da Semana** (1939), do Rio de Janeiro, ou em publicações locais, como o jornal **Boa Vista** (1976), **A Folha de Boa Vista** (1997) e a revista **Diretrizes** (1991), além do documentário “NENÊ Macaggi – Roraima entrelinhas” (s.d), de Elena C. Fioretti.

Dentre outros autores, este capítulo toma como referencial de análise a obra de Wolfgang Iser (2011), Boris Tomachevski (s.d), Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (1988) e Victor Manuel de Aguiar e Silva (1994).

O terceiro capítulo apresenta a hipótese de que esta obra seria uma tentativa de dar uma resposta, de maneira ficcionalizada, a uma determinada situação: a carência de registro de dados, de informações que permitissem construir uma memória social deste lugar, ou, em

outras palavras: um romance que busca apresentar uma história de Roraima. Esse objetivo se coaduna, como comprovaremos com a análise, com outros discursos de extração cultural, artística, literária e ideológica produzidos sobre a região que a obra representa.

Desse modo, procedemos a uma leitura na qual são destacadas as especificidades do regionalismo da obra, ao tempo em que — articulando a narrativa a outros textos, como **Terra Imatura**, de Alfredo Ladislau (2008), e o discurso “O destino brasileiro do Amazonas” (VARGAS, s.d.), pronunciado por Getúlio Vargas, na década de 40, no Amazonas — se forma a ideia de como e com que finalidade a Amazônia brasileira é representada no romance de Nenê Macaggi.

Este capítulo finaliza propondo um balanço crítico sobre o alcance desta empreitada para o campo das manifestações literárias roraimenses e, por fim, faz uma avaliação do modo como **A Mulher do Garimpo** se articula com a tradição literária nacional.

O texto se encerra com as considerações finais, que têm a função de fazer um balanço da discussão desenvolvida e resumir as conclusões que a investigação permitiu alcançar.

Com isso, acreditamos poder contribuir para um conhecimento um pouco mais profundo da fundadora do romance roraimense, para, enfim, pôr em evidência a obra dessa autora que tanto investiu na construção de um caráter próprio para a cultura dessa parte do Brasil.

Apresentadas as linhas gerais que norteiam o texto desta dissertação, que tem o livro **A Mulher do Garimpo** como centro da análise, esclarecemos que este trabalho não está vinculado, de forma rígida, a nenhuma teoria ou método de abordagem. Antes, aproveitamos sugestões diversas, sempre que estas se mostraram adequadas para a análise do nosso estudo e atenderam ao fim proposto, qual seja, configurar as especificidades do romance supracitado para melhor compreender o regionalismo manifesto na obra.

Por fim, cumpre esclarecer dois pontos desta dissertação que podem suscitar objeções. O primeiro deles se refere às descrições bibliográficas dos jornais que trazem matérias relacionadas a Nenê Macaggi. Elas se mostram incompletas devido ao fato de que não tivemos acesso aos jornais, mas a recortes deles. E tais recortes, que fazem parte do acervo da Divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura (SECULT) de Roraima, não apresentam o número das páginas e os autores das matérias.

O outro ponto diz respeito à transcrição de títulos e de excertos de textos. Ocorre que, em virtude de não desejar que a dissertação ficasse repleta da palavra “sic”, optamos por transcrever tanto os títulos quanto os excertos de textos na forma como foram originalmente escritos por seus autores.

CAPÍTULO I

O fenômeno regionalista na literatura

Com o objetivo de preparar o terreno para a análise do caráter regionalista de **A Mulher do Garimpo**, da escritora Nenê Macaggi, e, ao mesmo tempo, fazer a articulação desse romance com a tradição histórico-literária brasileira, no presente capítulo apresentaremos uma síntese do percurso histórico do veio regionalista na literatura brasileira. Depois, focalizaremos o modo como a temática se manifesta no âmbito da literatura realizada na/sobre a Amazônia.

Para tanto, iniciamos retomando a reflexão de Ligia Chiappini Leite (1994, p. 667), que afirma que, *grosso modo*, a tradição crítica brasileira vem definindo o regionalismo como a corrente literária à qual pertence “qualquer livro que intencionalmente ou não traduza peculiaridades locais”. O difícil da definição, como se pode notar, é imaginar uma narrativa literária que não contenha algum tipo de “peculiaridade local”.

Mas, a despeito desse detalhe, devemos acrescentar, ainda, que essas “peculiaridades locais” são refletidas, nas obras de fatura regional, tanto pelo conteúdo, ou seja, através de temáticas regionais, como os costumes, as superstições e as credences, quanto por intermédio da geografia, através da caracterização da paisagem típica de determinada área do país.

Leite (1994, p.667) acrescenta, contudo, que, enquanto “categoria histórico-crítica,” o regionalismo é muito abrangente, pois “abarca autores e obras muito diferentes entre si, originados e/ou localizados em diversas regiões de norte a sul do Brasil.” E a autora completa o pensamento afirmando que “essas obras e autores muito diferentes” estariam “distribuídos em diferentes momentos da nossa história, do romantismo aos nossos dias”.

Como se pode perceber por esses poucos dados, trata-se de um fenômeno de longo alcance e de longa duração na tradição literária brasileira, o qual tem se renovado e, por consequência, propiciado o aparecimento de um aluvião crítico-discursivo igualmente caudaloso. É no curso dessa tradição que nos incluímos.

Ao fazer uma análise do conceito de regionalismo, tendo como base uma leitura da obra de Antonio Candido, Humberto Hermenegildo de Araújo (2008, p.131) afirma que o

regionalismo literário, como tendência, surge no período romântico e, depois, se manifesta em vários momentos da história literária brasileira. Mas não de forma homogênea. Além disso, acrescenta que a perspectiva regionalista aparece “sempre reagindo de forma problemática aos processos unificadores nacionais” (2008, p.131). E é dessa forma que o regionalismo se manifesta enquanto tendência cultural no romantismo, no século XIX, e no modernismo, no século XX.

Lígia Chiappini Leite (1994), assim como Humberto Hermenegildo de Araújo (2008), afirma que o regionalismo aflora de maneira mais contundente com a independência política do país, e que “embora ainda não tenha esse nome, é uma tendência combativa e programática de expressar, sobretudo pela ficção, o nosso interior” (1994, p. 670).

Albertina Vicentini (2008, p. 187), que também discute a questão, afirma que o percurso histórico do regionalismo “inicia-se com as primeiras manifestações literárias do sertanismo árcade e romântico, do final do século XVIII e meados do século XIX”. Ou seja, para esta autora o fenômeno regionalista se manifesta ainda durante o período colonial, antes, portanto, da emergência da nação como problema principal da vida cultural do país.

Esse também é o posicionamento de Alfredo Bosi (1997, p.15), para quem “O limite da consciência nativista é a ideologia dos inconfidentes de Minas, do Rio de Janeiro, da Bahia e do Recife”. E acrescenta o crítico paulista: “a busca de fontes ideológicas não portuguesas, ou não ibéricas, em geral, já era uma ruptura consciente com o passado e um caminho para modos de assimilação mais dinâmicos, e propriamente brasileiros”.

Entenda-se, portanto, que a busca deste elemento “propriamente brasileiro” implicava apresentar diferentes dimensões da geografia e da paisagem brasileira, bem como a diversidade social e cultural das diversas regiões do país, em suma.

E, numa mirada sobre a história de nossa literatura, podemos depreender que esse objetivo gastou muita energia de um grupo relativamente grande e importante de escritores brasileiros, dentre os quais se destacam José de Alencar, Monteiro Lobato, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, João Guimarães Rosa, Simões Lopes Neto, Jorge Amado, Raquel de Queirós, Euclides da Cunha, dentre tantos outros que não serão citados aqui porque a lista ficaria extensa e cansativa.

E, ainda que tenham e expressem opiniões divergentes acerca do momento em que o fenômeno regionalista começa a se firmar na literatura brasileira, tanto Lígia Chiappini Leite

(1994), quanto Humberto Hermenegildo de Araújo (2008) e Albertina Vicentini (2008) entendem que, embora sob outras feições, e a despeito daqueles que o veem como um fenômeno literário ultrapassado, ele continua se manifestando até os dias de hoje no sistema literário brasileiro.

E devemos ainda acrescentar que, atualmente, o fenômeno regionalista ganha vitalidade e, conseqüentemente, novo destaque, inflamado pelas relações de contraste e confronto, mas também de complementaridade, com o fenômeno da globalização cultural por que passa o Ocidente.

Essas divergências em torno da abordagem do fenômeno regionalista na literatura brasileira parecem indicar que a matéria não se acomoda com facilidade a uma explicação baseada na linearidade histórica. Mas, ainda assim, para que melhor possamos entender as manifestações desse fenômeno na nossa literatura, apresentamos, a seguir, um breve panorama do seu percurso histórico e de sua compreensão.

Como vimos acima, segundo a maioria dos autores que tratam da questão, o fenômeno regionalista na cultura brasileira começa a se manifestar com força justamente no período da independência política e cultural do Brasil e, por consequência, da emergência da necessidade de a nossa inteligência fixar o caráter nacional da cultura brasileira.

É nesses termos que a discussão se apresenta, por exemplo, no “Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil”, de Domingos José Gonçalves de Magalhães (1836, p. 132-159), considerado o iniciador oficial do nosso Romantismo:

No seculo XIX, com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma ideia nova até alli desconhecida, é a ideia da Patria (1836, p. 152).

A pátria e a nacionalidade constituíram matérias fundamentais do pensamento dos intellectuais brasileiros à época do Romantismo. Daí Gonçalves de Magalhães (1836, p. 132) conceber, no ensaio acima citado, a noção de literatura como o “espírito de um povo” que, se um dia desaparecesse da face da terra, teria na literatura “uma sombra viva do que ele (o povo) foi”.

Ou seja, o nosso escritor romântico defendia aquela concepção, dominante no momento em que escrevia as linhas acima reproduzidas, de que as manifestações da cultura própria de um povo são elementos fundamentais para a fundação de uma nação, de uma

pátria. E, como veremos, essa é uma ideia que já nasceu, e se desenvolveu, fortalecida. Se vez por outra perdia força, era para logo depois reacender.

Mas, como veremos agora, apesar de fundamental para consolidar a noção de Brasil e de cultura brasileira, essa não era uma ideia típica e genuinamente brasileira.

E assim sendo, diante desse quadro ideológico, iniciaremos o percurso histórico do fenômeno do regionalismo na literatura brasileira retomando e discutindo o ensaio da escritora franco-suíça Madame de Staël (STAËL, 1800, in Souza, 2011, p. 81-83), cujas ideias acerca dos diferentes traços identitários entre as literaturas do norte e do sul da Europa propiciaram as bases, quando não mesmo o modelo, para a inteligência brasileira que pensava a questão no momento em que, no Brasil, se começava a “construir um imaginário da identidade brasileira”.

1.1 - Breve panorama do regionalismo na literatura brasileira

Pioneira na abordagem do caráter nacional das literaturas europeias, Madame de Staël escreveu, no início do século XIX, o ensaio “Sobre as literaturas do norte e do meio-dia” (STAËL, 1800, in Souza, 2011, p. 81-83). Nesse famoso ensaio, a autora contrasta as principais diferenças entre estas duas literaturas, tomando por base o meio e o clima no qual elas são criadas.

Do primeiro conjunto, define ela, fazem parte a literatura inglesa e a alemã, que têm como origem Ossian, enquanto que a literatura do meio-dia, ou do sul, compreende as literaturas latina, italiana, espanhola e francesa, que descendem de Homero.

Ao examinar os traços diferenciadores desses dois conjuntos discursivos, a escritora destaca a importância primordial do clima, que, segundo ela, influencia diretamente os tipos e a qualidade da criação das imagens da natureza evocadas pelos poetas ligados a cada um desses sistemas literários. Assim, a autora define a natureza sombria e nebulosa como característica dos poetas do norte, em contraste com a natureza vívida, protetora e benfazeja, própria das criações dos poetas do meio-dia.

A consequência disso é, para Madame de Staël (STAËL, 1800, in Souza, 2011), a presença de mais ações do que pensamentos na poesia do sul, ações que se manifestam com menor frequência na poesia do norte, que, por sua vez, é mais profunda e “filosófica”. Além

disso, acrescenta que a natureza tem influência, também, na maior ou menor intensidade alegórica apresentada por estas duas vertentes literárias.

A poesia do norte é, portanto, raramente alegórica, em relação à do meio-dia, e os povos do norte se ocupam mais com a dor do que com os prazeres, sendo estes (os prazeres), mais proeminentes na literatura dos povos do sul. Por isso, a imaginação daqueles é mais profunda do que a destes últimos.

Esse ensaio de Madame de Staël (STAËL, 1800, in Souza, 2011), sobre as especificidades das produções literárias europeias, rompe com a abordagem universalista clássica ao levantar a questão da interpretação da realidade estruturada pela literatura a partir de elementos e aspectos como a geografia, o clima e a natureza, como se pode verificar nos seguintes trechos de “Sobre as literaturas do norte e do meio-dia”:

O clima é certamente uma das principais razões das diferenças que existem entre as imagens que agradam no norte e aquelas que amamos evocar no meio-dia. [...] Aquela natureza tão vívida que os rodeia desperta neles (nos poetas do meio-dia) mais ações do que pensamentos. (STAËL, 1800, in SOUZA, 2011, p. 82)

Com base nesses elementos, Madame de Staël encaminha a discussão argumentando sobre a existência “da marca do espírito nacional”. Nas palavras da escritora, “Não é preciso procurar num povo, como num homem, senão o seu traço característico.” (STAËL, 1800, in Souza, 2011, p. 79).

Como se pode perceber, esta é uma ideia de longo alcance, que fez lastro no espírito da inteligência ocidental, como um todo, e da brasileira, em particular. Desde o momento de seu aparecimento e difusão, até os dias de hoje, ela vem apresentando desdobramentos interessantes, como se pode facilmente constatar examinando a história do desenvolvimento das formas literárias entre nós.

Prova disso é o fato de que os argumentos de Madame de Staël (STAËL, 1800, in Souza, 2011) são reafirmados e reproduzidos quase *ipsis litteris* no “Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil”, no qual Domingos José Gonçalves de Magalhães (1836, p.132-159) trata da literatura produzida no Brasil e se questiona acerca da sua origem, do seu progresso e do seu caráter.

Magalhães (1836, p.132) praticamente replica o discurso da teórica franco-suíça, declarando que “Cada povo tem sua Litteratura, como cada homem seu character, cada arvore seu fructo.” Aqui, a mesma ideia de que o espírito do povo é que funda as raízes do espírito da arte e da cultura de uma nação.

Importante notar que Antonio Candido (2012) utilizou, mais tarde, em sua **Formação da Literatura Brasileira**, as mesmas metáforas de fundo botânico para explicar o fenômeno da expansão de uma tradição literária: em termos de “tronco” e de “galhos”.

No Brasil, a busca por “esse traço característico”, essa “especificidade,” que permitisse dar uma identidade à literatura brasileira, “galho fraco!” que se formava, e a distinguísse do seu “tronco” português, foi iniciada, conscientemente, pelos escritores do período romântico.

À procura do *genius loci*, da “cor local”, dos temas e das formas de expressão que representassem e expressassem elementos “genuinamente” brasileiros, os escritores do período se esforçaram no sentido de trazer, para a literatura, a natureza, os costumes, o folclore, a linguagem, bem como as figuras do índio, do sertanejo, do gaúcho e do caipira, dentre outros. Esforçaram-se, enfim, para levantar e mimetizar em suas obras uma gama de elementos caracterizadores das diferentes regiões, que conformam tanto a vastidão e a variação geográfica, quanto a diversidade social e cultural do Brasil.

E nessa atmosfera literária de busca do elemento tipicamente nacional, uma questão se impôs com força: em que regiões podiam ser apreendidos os elementos genuinamente nacionais?

A resposta mais imediata dada à questão concebia que esses elementos “autenticamente” brasileiros tinham de ser buscados nas regiões mais afastadas do “centro” do país, pois, na Corte, eles já não podiam se mostrar assim tão “puros”, devido aos impactos gerados tanto pela convivência com os hábitos estrangeiros, quanto pelo processo de modernização que se acelerou desde a abertura dos portos.

E essas regiões eram prioritariamente identificadas com o nordeste e com o norte do Brasil. Mas não era apenas a distância geográfica que distanciava essas regiões do “centro”, haja vista que elas também se situavam política, econômica e socialmente à margem daquele. E nesse sentido, o sertanejo de **Os sertões** (2014, p.146), de Euclides da Cunha, rivaliza em importância com o Jeca Tatu, personagem de **Urupês** (2009, p. 166), de Monteiro Lobato.

Esse conjunto de fatores geográficos, mas também políticos, econômicos e sociais, propiciaram o fechamento e a resistência à assimilação de elementos oriundos de culturas estranhas ao meio. Daí uma presumível maior capacidade de tais regiões preservarem as “fontes” e a autenticidade que serviriam de fundamento para sedimentar a cultura e a “literatura nacional”.

Ou seja, segundo essa perspectiva, o primeiro aluvião do regionalismo literário veio a reboque do espírito nacionalista do Romantismo. Mostrar e valorizar as diferentes partes do

Brasil, sobretudo aquelas regiões mais distantes e desconhecidas da nação, entrava na pauta como estratégia excelente, capaz de representar um Brasil profundo, diferente em tudo da Corte.

Ao escrever a carta-prefácio do romance **O Cabeleira**, o escritor cearense Franklin Távora (s.d) discorre sobre as diferenças entre as literaturas do Norte e do Sul do Brasil.

Távora destaca que a feição primitiva da literatura do Norte ainda é conservada pura e genuína, ao passo que a literatura do Sul já estaria sendo invadida e modificada por elementos estrangeiros, e que, por isso, estariam na literatura setentrional os elementos para a formação de uma literatura genuinamente brasileira.

Távora coloca a questão nos seguintes termos:

As letras têm, como a política, um certo caráter geográfico; mais no Norte, porém, do que no Sul, abundam os elementos para a formação de uma literatura propriamente brasileira, filha da terra. (s.d. p.7)

Devemos destacar que, entre outros pontos, o discurso de Franklin Távora (s.d.) dialoga com o de Madame de Staël (STAËL, 1800, in Souza, 2011) por suscitar as ideias de “procedência”, de “origem”, de “autenticidade”, de “imitação”, de “importação” e de “nativismo” em literatura – todas elas tão caras à famosa teórica franco-suíça.

E assim devemos ainda acrescentar que, se, por um lado, no período romântico, o veio regionalista operou como especificidade do que era considerado nacional, por outro, ele também parece ter funcionado como elemento de realce das diferenças regionais, servindo como elemento dissociador ou fracionador de uma cultura que se queria homogênea. Ou seja, desde então já emergia com força a dificuldade em coadunar o conceito de unidade com os de diversidade e diferença.

Tal é o que podemos perceber na carta-prefácio de **O Cabeleira**, de Franklin Távora (s.d. p.8), em que o autor, ao exortar os escritores do Norte a “[...] exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas,” proclama que “Norte e Sul são irmãos, mas são dois. Cada um há de ter uma literatura sua [...]” Isto porque cada uma teria aspirações e interesses próprios.

Consideradas as diferenças do contexto e do posicionamento daqueles que tratam da questão², os mesmos conceitos que embasam a argumentação do texto de Távora, como

² Távora (s.d), contextualizado no Romantismo brasileiro, levantava uma bandeira contra o regionalismo romântico de Alencar e fazia a pregação da divisão da literatura brasileira em duas, Norte e Sul, pelas suas diferenças. Freyre (1996), contextualizado no Modernismo, polemizava com os modernistas de São Paulo e Rio de Janeiro, mas, diferente de Távora (s.d), seu discurso é de integração nacional a partir dos diversos regionalismos.

“origem” e “importação”, são aludidos no **Manifesto Regionalista** de Gilberto Freyre ([1926]1996, p.75). Nesse texto, ao defender “[...] a consciência regional e o sentido tradicional do Brasil” que “vem desaparecendo sob uma onda de cosmopolitismo e falso modernismo [...]”, Freyre aventava a possibilidade de estar nos valores e tradições do Nordeste a autenticidade da expressão brasileira.

E é por isso que Humberto Hermenegildo de Araújo (2008, p. 131) afirma que, na história do sistema literário brasileiro, a perspectiva regionalista está “sempre reagindo de forma problemática aos processos unificadores nacionais”. Processos estes que, segundo o autor, ocorrem no romantismo, com a busca, pelos intelectuais de então, de um caráter nacional para a literatura brasileira e, no modernismo, momento em que se opera uma reflexão crítica sobre aquele mesmo caráter nacional.

E, dando um passo a mais neste percurso, lembramos que, à maneira de Franklin Távora (s.d.) e de Gilberto Freyre ([1926]1996), um escritor paraense também contribuiu com a ampliação da discussão, por meio da publicação de dois manifestos: Abguar Bastos (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005).

À época do modernismo, esse poeta e crítico paraense defendia com ardor a ideia de que o regionalismo era a principal via para a região Norte se diferenciar do restante do país. Tal é o teor do discurso de dois manifestos seus: “À geração que surge!” (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005) e “Manifesto Flami - n’ - Assú” (BASTOS, 1927, in COELHO, 2005)

No primeiro deles, “À geração que surge!”, Abguar Bastos (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005, p. 78) declara que “A literatura equatorial é uma história de mitologia a contar nos corredores da Academia Brasileira”. Em seguida, exorta que os escritores, não só paraenses, mas também maranhenses, alagoanos, baianos, amazonenses, cearenses e paraibanos se unam e façam o “seu levante”:

Ergamo-nos!
 Criemos a Academia Brasileira do Norte! [...]
 Publiquem-se os livros! Movimentemos as estantes![...]
 Mocidade![...]
 O Norte precisa ser brasileiro!
 Unamo-nos.
 A união faz a força![...]
 Façamos a literatura do Norte (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005, p.78 e 79)

Já no segundo, o Manifesto *Flami -n' - Assú*, lançado em 1927, o escritor explica que:

Não é um apelo de audácia nem de reclamo. É um apelo de necessidade e independência.

Como há dois anos atrás, recorro ao meu dundunar de sapopema oriunda – porque eu vos falo da ponta dum planalto amazônico, entre selvas, uiaras e estrelas. (BASTOS, 1927, in COELHO, 2005, p. 80)

Adiante, aborda a questão conexa da dependência cultural, nos termos que seguem:

Rasgaram, pois as redes do passadismo e deixaram passar a piracema da mais alta expressão da independência emocional [...]. (BASTOS, 1927, in COELHO, 2005, p.80)

Bem como a questão da “índole nacional”:

Apesar disso, noto, inflexível, que o repiquete ‘pau-brasil’ ainda não é o próprio volume da nacionalidade.

Daí a minha ideia com um título incisivo: FLAMI-N-ASSÚ. É a grande chama, indo-latina, daquilo que eu penso poderem apoiar-se as gerações presentes e porvindouras.

FLAMI-N-ASSÚ é mais sincera porque exclui, completamente, qualquer vestígio transoceânico; porque textualiza a índole nacional; adaptável do país, combate os termos que não externem sintomas brasílicos, substituindo o cristal pela água, o aço pelo acapu, o tapete pela esteira, o escarlate pelo açaí, a taça pela cuia, o dardo pela flecha, o leopardo pela onça, a neve pelo algodão, o veludo pela pluma das garças e samaúmas, a flor do lótus pelo amor dos homens. (BASTOS, 1927, in COELHO, 2005, p.81).

Assim, afirma Marinilce Oliveira Coelho (2005, p. 82) no livro **O Grupo dos novos**, os dois manifestos lançados por Abguar Bastos, no Pará, entram na “linha de valorização da literatura local” e assumem “a proposta modernista de renovação da literatura brasileira”.

Mas aqui é necessário lembrar que a proposta de nacionalização defendida por Abguar Bastos se mantinha em linha direta de colisão com as propostas defendidas pelo grupo de escritores de São Paulo, por exemplo, em razão de que estes defendiam a validade da incorporação crítica de elementos oriundos de culturas estrangeiras na conformação da cultura brasileira, como nos casos de Mário de Andrade (1987), com **Macunaíma** e de Oswald de Andrade, com o “Manifesto antropofágico” (ANDRADE, 1928, in SCHARTZ, 2008, p.174-180) e “Manifesto da poesia Pau Brasil” (Andrade, 1924, in SCHARTZ, 2008, p.166-171).

O paraense Abguar Bastos (BASTOS, 1923, in COELHO, 2005, p. 81), por seu turno, defende que se deve “exclui[r]”, completamente, qualquer vestígio transoceânico. Mas, o que não se pode negar, é que o caso trata de a Amazônia reivindicar mais espaço e reconhecimento na literatura nacional. “O Norte precisa ser brasileiro!”, bradava o vate nortista, fazendo um apelo para que os seus confrades escritores trabalhassem em prol da elaboração de uma literatura que integrasse a cultura nacional, via matéria regional. Daí o uso

do recurso da enumeração, em gradação, do repertório de elementos que caracterizam e identificam a região: o açaí, a cuia, a flecha, a selva, a onça, a samaúma, a água e a uiara, dentre outros.

Ao traçar um panorama da manifestação do regionalismo na literatura brasileira através da análise de romances escritos entre 1857 e 1945, José Maurício Gomes de Almeida (1980, p. 107-144) trata do regionalismo à época do realismo-naturalismo.

Nesse período, o regionalismo toma forma na medida em que a literatura tende a fixar tipos regionais, flagrar costumes e modismos linguísticos de uma região e relacionar a vivência humana aos valores sociais do meio. Segundo José Maurício Gomes de Almeida (1980, p.114), outro aspecto deste regionalismo, influenciado imediatamente pela estética do movimento realista-naturalista, seria a “preocupação documental, não apenas no tocante ao meio físico e social, como à própria realidade linguística”.

Em muitos casos, nos romances regionalistas aparecidos à época daquele movimento literário, o narrador utiliza o registro culto da língua enquanto as personagens fazem uso de um “falar regional”, “errado” em relação àquele utilizado pelo narrador.

Esses registros diferenciados podem servir como elemento de caracterização, que marca tanto a posição social da personagem quanto a sua ligação “mais direta com o meio regional”. Mas, segundo José Maurício Gomes de Almeida (1980, p. 139), muitas vezes “O contraste que se forma é tão gritante que a narrativa adquire um desagradável aspecto híbrido, pouco convincente artisticamente”.

Ao fazer um balanço do movimento Modernista, no ensaio intitulado “O Movimento Modernista”, Mário de Andrade (ANDRADE, 1942, in SCHWARTZ, 2008) trata desta questão nos seguintes termos:

Outros, [escritores] mais cômicos ainda, dividiram o problema em dois: nos seus textos escrevem gramaticalmente, mas permitem que seus personagens, falando, "errem" o português. Assim, a...culpa não é do escritor, é dos personagens. Ora, não há solução mais incongruente em sua aparência conciliatória. Não só põe em foco o problema do erro de português, como estabelece um divórcio inapelável entre a linguagem falada e a língua escrita. (ANDRADE, 1942, in SCHWARTZ, 2008, p.85).

O autor de **Macunaíma** está aí falando da “língua brasileira”, em termos de literatura, e de como os escritores reagiram, em suas obras, a esse projeto. Segundo Schwartz (2008, p.63), a lida de Mário de Andrade representou um salto no enfrentamento dessa questão, porque resultou de “um esforço capaz de aglutinar grande parte das expressões dialetais do Brasil, para chegar a uma síntese representativa das peculiaridades linguísticas de todas as regiões do país”.

Esse mesmo aspecto do registro da linguagem pelos escritores, especialmente os regionalistas, também é levantado por Antonio Candido (s.d. p. 86) em “A literatura e a formação do homem”, no qual ele afirma que “o regionalismo estabelece uma curiosa tensão entre tema e linguagem”. Segundo o crítico, o tema rústico traz consigo o apelo aos aspectos exóticos e pitorescos de uma região, e estes aspectos puxam para uma “linguagem inculta”, repleta de peculiaridades locais. E por isso, ao trabalhar a linguagem, o escritor regionalista sempre tem de enfrentar e resolver um problema: ele deve estabelecer uma relação equilibrada entre essa “linguagem inculta” e a linguagem culta, puxada pela “convenção normal da literatura, que é baseada no postulado da inteligibilidade”.

Se o escritor não consegue pôr em harmonia estes dois aspectos da linguagem, argumenta Antonio Candido (s.d, p.88), a função social da literatura pode se mostrar alienadora, funcionar como representação desumanizada do homem das culturas rurais.

Para exemplificar o tratamento desequilibrado de tais aspectos da linguagem na literatura regionalista, o crítico fornece excertos de textos de Coelho Neto. Em sua obra ficcional, afirma Antonio Candido (s.d. p.87), Coelho Neto registra a fala do narrador na modalidade culta da língua, enquanto que, no registro do discurso direto, quando a personagem fala, o escritor reproduz “não apenas o vocabulário e a sintaxe, mas o próprio aspecto fônico da linguagem do homem rústico”.

Antonio Candido (s.d. p. 87) define este estilo como “esquizofrênico”, uma vez que ele se caracteriza por puxar o texto para os dois lados e mostrar em “grau máximo” o distanciamento entre o homem da cidade e aquele que vive à margem da cultura letrada, geralmente associada à cultura urbana.

Durante o período modernista, o regionalismo tomou ares de programa e atingiu o seu ápice com o chamado “romance de 30”, momento em que se destacam escritores como José Lins do Rego, Jorge Amado Raquel de Queirós e Graciliano Ramos, dentre outros.

Para Ligia Chiappini Leite (1994, p. 698) esse momento foi “decisivo e culminante na gestação de uma literatura que Gramsci chamaria de Nacional e Popular, porque nela, finalmente, o escritor se aproxima do seu outro (...) sem reduzi-lo a objeto”. E, segundo Rauer Ribeiro Rodrigues e Kelcilene Grácia-Rodrigues (2013, p. 276), esse regionalismo continua a enfatizar o quadro natural e seus habitantes, mas, entre outras novidades, insere esse quadro no campo social e acresce o monólogo interior das personagens.

Em “Literatura e subdesenvolvimento”, Antonio Candido (2011, p. 193) afirma que é nesse movimento que – superado o “otimismo patriótico” e a supervalorização dos aspectos regionais – a literatura, em especial a de ficção, passa a ser marcada pelo “refinamento

técnico”, através do qual “as regiões se transfiguram”, “a degradação do homem” passa a ser vista como “consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual”, e os traços pitorescos da região deixam de ser realçados.

É também quando são forjadas obras significativas, construídas como “universalmente válidas”, e quando, segundo Candido (2011, p. 193), se percebe na literatura “a passagem da fase da ‘consciência de país novo’, à consciência de ‘país subdesenvolvido’”, etapas nas quais o crítico percebe as fases da literatura na América Latina e, também, as manifestações do regionalismo na literatura brasileira.

Uma terceira fase, que corresponde “à consciência dilacerada do subdesenvolvimento,” é proposta por Candido (2011, p.195). É a fase que ele denomina de “super-regionalista”, e na qual destaca a obra de Guimarães Rosa, escritor que, segundo Rauer Ribeiro Rodrigues e Kelcilene Grácia-Rodrigues (2013, p. 278), “a partir das raízes da tradição da literatura regionalista brasileira, transmuta o *ethos* do regionalismo, tanto temática quanto linguisticamente”.

Ao ultrapassar o pitoresco e o documentário, o escritor de **Grande Sertão: Veredas** (2001) consegue, a partir de uma região localizável no Brasil, desvelar o homem nas suas lutas, tragédias, desejos, e falar a outros lugares, construindo assim, uma “espécie de literatura nova”, que, para Antonio Candido (2011, p.195), ainda se articula com a própria matéria nativista, mas se diferencia porque esta articulação é realizada de modo transfigurador. E nisto reside sua universalidade.

Essa literatura realiza aquilo que Mário de Andrade (2008, p.553) já observava nas pinturas de Lasar Segall: que “[...] tira do elemento regional um conceito mais largo, alastra o documento, humanizando-o”. Digno de lembrar, aliás, é o fato de que Mário de Andrade gastou muita energia neste mesmo processo, e que **Macunaíma** (1987) é o resultado mais palpável desse investimento.

Mas, a partir de então, a tendência regionalista cai em ruína e passa a ser vista, com mais veemência, como elemento estético empobrecedor de uma obra, caso esta, seja pela falta de talento individual do escritor ao lidar com a matéria regional, seja por carecer de uma competente técnica narrativa, não atinja aquele “padrão de universalidade” já alcançada nas obras de Graciliano Ramos e de Guimarães Rosa. Escritores esses que, segundo Candido (2011, p. 248), estão dentre aqueles que “liquidaram o velho regionalismo.” É quando a manifestação do regionalismo se torna parâmetro valorativo entre aquelas obras que não conseguiriam ultrapassar o âmbito particular e outras, que alcançariam a universalidade.

Segundo Germana Sales e Roberto Acízelo de Souza (SALES; SOUZA, 2013, p. 8):

A partir de dado momento, contudo, os estudos literários, com base na primária distinção filosófica entre os conceitos de universal e particular interpretada em chave axiológica, passaram a evitar a classificação como *regionalistas* de obras e autores criticamente valorizados, no pressuposto de que o termo, por seu conteúdo semântico, à medida que exaltaria o particular, em detrimento do universal, implicaria incontornável depreciação dos objetos a que viesse a aplicar-se.

Donde se deduz que, por conta desta “primária distinção filosófica”, de que fala Roberto Acízelo de Souza, hoje, muitos são os escritores que recusam a ideia de ter sua obra associada ao rótulo regionalista.

Tal é o caso, por exemplo, do cultuado escritor amazonense Milton Hatoum que, conforme informa Silvia Colombo (2009), no artigo “Contra o regionalismo,” publicado na **Folha de São Paulo**, teria rejeitado o rótulo de regionalista.

Nesse artigo, a articulista chama a atenção para o fato de que esta recusa da qualificação de regionalista, por parte do escritor amazonense, se manifesta mesmo levando em conta “[...] que a maior parte dos textos [de Hatoum] se refira à Manaus na qual o escritor cresceu e à Manaus modernizada que hoje visita com frequência”. Também, nesse mesmo artigo, o escritor de **Dois irmãos** afirma que a noção de regionalismo havia se tornado datada, e ultrapassada e que deveria ser contestada.

De fato, a questão é complicada.

Antonio Candido (2011, p.194) observa que, superadas as modalidades do regionalismo “pitoresco” e “documental” e tendo o fenômeno atingido realização de caráter universalizante, qualificar uma obra como regionalista não teria mais sentido. No entanto, isto não significa dizer que a dimensão regionalista não possa se manifestar em obras da “maior importância”.

Por outro lado, o crítico argumenta que, antes de execrar a ficção regionalista, deve-se levar em conta “as áreas de subdesenvolvimento e os problemas do subdesenvolvimento (ou atraso)” (2011, p.190), que podem estimular o escritor a manifestar em sua obra o regionalismo, o qual, a depender de como foi elaborado na obra, pode ter sentido positivo ou negativo.

Eis o sumo da questão.

Apresentado e resumido o quadro do percurso e dos percalços históricos do fenômeno regionalista na literatura brasileira a partir do romantismo, o que se pode concluir é que o fenômeno se manifesta ao longo da nossa história literária variando em diferentes *nuances*. Assim, ele permanece pulsante até os dias atuais.

Mas, durante essa trajetória, o regionalismo não só tomou diferentes feições. O fenômeno também agregou ora sentidos afirmativos e abertos, ora sentidos restritivos ou fechados, como vimos anteriormente.

E se no Brasil a crítica reconhece a contribuição do regionalismo para o fortalecimento do “galho” da literatura brasileira, em razão de que ajudou, por um lado, o despertar da fase da “consciência de país novo”, tendo um “importante sentido social de reconhecimento do país”, como afirma Antonio Candido (2011), por outro, ele também foi criticado por suas limitações.

Tal é o que sucede no famoso ensaio “Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade”, de Machado de Assis (1984). A crítica foi feita por Machado não porque ele não reconhecesse a importância da perspectiva regionalista na literatura, mas sim porque o autor de **Memórias Póstumas de Brás Cubas** sentia que os romancistas brasileiros, excedendo na pintura da “cor local”, na descrição da natureza, dos costumes, na luta das paixões, acabavam por realizar uma literatura “limitada”, “estreita”, “desinteressada dos problemas do dia e do século, alheia às crises sociais e filosóficas”. (1984, p. 365).

E, ainda nesse mesmo ensaio, ao fazer uma análise da poesia brasileira, Machado explica: “Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país, o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais”. (1984, p. 366). Visto por esse lado, o excesso do dado regional na literatura é considerado um valor negativo do regionalismo, índice de “estreiteza” criativa.

Desse modo, sendo o regionalismo um fenômeno dinâmico, cuja abrangência torna sua conceituação complexa, talvez seja menos espinhoso abordar uma narrativa ficcional pela sua perspectiva regionalista quando se trata de obras de escritores como Graciliano Ramos ou José Lins do Rêgo, já consagrados pela historiografia da literatura brasileira e pela crítica como representantes de valor da literatura praticada na década de 30, e cujos livros possuem vasta fortuna crítica.

Mas o problema toma outra dimensão quando tratamos de obras de escritores pouco conhecidos e estudados, mesmo nos lugares em que seus livros foram publicados e/ou ambientados. E esse é o caso de Nenê Macaggi, que faz da paisagem e do espaço roraimense palco para desenvolver os enredos de parte de seus romances e contos, ao mesmo tempo que retrata os costumes, a linguagem, os tipos humanos e um contexto histórico-social da região.

Também não oferece facilidade eleger, hoje, a abordagem de uma obra literária pela categoria histórico-crítica do regionalismo, já que vivemos em um momento em que as concepções de identidade e nacionalidade, pensadas em relação aos “processos de

globalização,” nos induzem a considerar o peso do processo de “homogeneização cultural global”.

Mas, como afirma Antonio Candido (s.d, p.86):

Ele (o regionalismo) existiu, existe e existirá enquanto houver condições como a do subdesenvolvimento, que forcem o escritor a focalizar como tema as culturas rústicas mais ou menos à margem da cultura urbana. O que acontece é que ele vai se modificando e adaptando, superando as formas mais grosseiras, até dar a impressão de que se dissolveu na generalidade dos temas universais. (CANDIDO, s.d., p. 86)

Daí se poder concluir que a questão verdadeira não está no fato de o escritor focalizar e empregar a matéria regional, mas sim na forma como esta matéria é transfigurada na obra. Ao ultrapassar a estreiteza do assunto regional, afirma Ligia Chiappini Leite (1994, p. 668), algumas obras alcançam “harmonizar tema e estilo, matéria-prima e técnica,” e revelam “mais do que a paisagens, tipos ou costumes”.

Ou seja, algumas obras vão além daquele regionalismo “pitoresco”, daquele regionalismo que, “desvirtuando a obra, a reduz ao documentário e ao informativo”; daquele regionalismo a que Mário de Andrade (2008, p. 554) atribuiu a pecha de “praga,” afirmando que advém “da escassez de meios expressivos”, e que, para Antonio Candido (s.d., p. 86), serve a uma “literatura de exportação e exotismo fácil”.

Assim posto, até parece que o caso está encerrado de forma definitiva. Mas a verdade é que não está.

E prova disso, devemos lembrar antes de encerrar esta seção, é que se pode constatar que vivemos o tempo do paradoxo que se instaura entre o fenômeno ou processo de crescente globalização da cultura e a ocorrência simultânea de um verdadeiro *boom* das culturas regionais, de valorização das manifestações literárias locais.

A realidade é que, cada vez mais, encontramos estantes cujas prateleiras estão abarrotadas de livros de “literatura regional”: literatura piauiense, literatura roraimense, literatura maranhense, pernambucana, cearense, catarinense, amazônica, acreana, paranaense, etc.

E por razões óbvias talvez só não faça sentido, dentro dessa lógica, pensar numa estante dedicada à “literatura carioca” ou à “literatura paulista”. Mas é certo que exemplares não faltam para preencher as estantes destinadas aos assuntos da paróquia.

Do mesmo modo, os exames vestibulares de cada estado da federação brasileira incluem textos da literatura local no rol das leituras obrigatórias para o certame. Os currículos oficiais das escolas obrigam, em muitos lugares do Brasil, o estudo das manifestações das

culturas locais. O modelo multiculturalista, predominante nos dias de hoje, também valoriza o estudo das manifestações da cultura local.

Considerando essa situação, fica a certeza de que muita lenha ainda vai ser queimada até o fenômeno se esgotar e o debate cessar de fluir no “tronco” e nos “galhos” da literatura brasileira.

1.2 - Literatura na Amazônia: modos de ver

Apesar de as obras literárias da região norte já desfrutarem de certa visibilidade dentre as manifestações literárias brasileiras, ainda são poucos os críticos que tratam de forma mais constante da literatura produzida na e sobre a Amazônia.

Tendo consciência disso, nesta seção do trabalho temos o objetivo de contribuir, de algum modo, para o preenchimento dessa lacuna ainda notada no campo da história e da crítica literária brasileiras. Trata-se de uma contribuição modesta, mas não sem importância.

E, assim sendo, iniciaremos essa seção discutindo como os historiadores, críticos e ensaístas Clodomir Viana Moog ([1943] 2006) e Afrânio Coutinho ([1955] 1986) abordaram e compreenderam o fenômeno da literatura feita sobre/na região norte do Brasil.

Em **Uma interpretação da literatura brasileira** Vianna Moog ([1943] 2006, p.18-59) aborda as diferenças e particularidades da nossa literatura em função das diferenças geográficas, históricas e sociais do Brasil, e a compara a um “arquipélago” formado por sete ilhas ou “núcleos culturais”: Amazônia, Nordeste, Bahia, Minas, São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Segundo Maria Eunice Moreira (2011, p. 84), para Viana Moog, essas ilhas constituiriam “conjuntos mais homogêneos e definidos, unidades à parte no conjunto maior, capazes de perfazer o múltiplo arquipélago cultural brasileiro”.

Pois bem, Vianna Moog ([1943] 2006, p 23-26.), ao esboçar os contornos da “ilha cultural Amazônia”, formada pelo “Amazonas, Pará, parte de Mato Grosso por trechos territoriais de mais seis países”, afirma que aí reside a dificuldade de configurar a região, pois nela interferem sistemas diferenciados.

E, ao citar os escritores, autóctones ou não, que tomaram a Amazônia como espaço real e o transfiguraram em espaço narrativo ficcional ou poético, e mencionar etnólogos,

historiadores, geólogos, de outros estados e, mesmo, estrangeiros, Moog ([1943] 2006) nos leva a refletir sobre o fato de que os discursos sobre a região também são elaborados pela perspectiva de outros campos do conhecimento, cujas visões serão incorporadas pela literatura realizada *na e sobre* a Amazônia.

Ou seja, para Vianna Moog ([1943]2006), duas dificuldades básicas têm de ser enfrentadas na definição e na caracterização da área cultural e literária amazônica: a primeira tem a ver com a compreensão da diversidade histórica e social da região, enquanto a segunda tem a ver com a relação da literatura com outras áreas do conhecimento. Ambas dificultam abordagens unificadoras.

Por outro lado, Afrânio Coutinho ([1955]1986) trata apenas da literatura produzida na/sobre a Amazônia brasileira. O historiador da literatura brasileira lista e comenta somente os escritores que representaram a Amazônia no campo específico dos discursos literários.

Para esse crítico, a literatura da região Norte está circunscrita ao chamado “Ciclo nortista” (p.239-249), no qual figuram, dentre outros escritores de renome, Inglês de Sousa, representante da fase naturalista, Dalcídio Jurandir, Eneida de Moraes e Abguar Bastos, representantes da fase modernista.

Afrânio Coutinho ([1955]1986, p. 242) acrescenta, ainda, que todo o regionalismo brasileiro teve tendência nitidamente realista e que na Amazônia, juntamente com esta tendência, os escritores possuiriam um traço comum, “o estilo arrevesado herdado de Euclides da Cunha, e a paixão da natureza, em cuja descrição todos se compraziam sem medida”

Ainda segundo Coutinho ([1955]1986), a Amazônia apresenta quatro surtos regionalistas. O primeiro deles é representado pela fidelidade ao real, pela descrição do homem da terra e pela valorização dos costumes; o segundo atribui à região a feição de “Inferno Verde”, caracterizado pelo deslumbramento diante da natureza, a descrição da terra e do homem num tom de espanto, de exaltação, de perplexidade; o terceiro é aquele que traz uma reação nativista e lança a ideia de “Paraíso Verde” em contraposição ao “Inferno”, sendo uma literatura de lirismo fácil ao lado da informação detalhista; o quarto traz uma literatura mais direta e objetiva, enfocando o social, o humano e o econômico da região.

Considerado o tempo decorrido desde que Afrânio Coutinho escreveu sobre a literatura da região, 1955, e as mudanças históricas, sociais e geográficas ocorridas no país desde então, podemos acrescentar que, hoje, se destacam outras obras e escritores, como Milton Hatoum, que trabalham o dado regional sob perspectivas diversas daquelas apontadas por Coutinho, instigando, portanto, outros modos de ver e pensar a literatura realizada na Amazônia.

No entanto, para o nosso trabalho, cujo foco é o regionalismo manifestado no livro **A Mulher do Garimpo**, consideramos válidas algumas das proposições levantadas por Coutinho acerca das manifestações do regionalismo na Amazônia, uma vez que, dentre outros pontos, o livro de Macaggi parece confirmar algumas das características ressaltadas por Coutinho (1986), dentre as quais a “fidelidade ao real”, a “informação detalhista”, a paixão pela descrição da natureza e a ideia da região como “paraíso”, atributos que apontam para a “vocação documental”.

Segundo Márcio Souza (1977, p 199) o traço do registro documental sobressai na maior parte da literatura realizada na e sobre a região.

Atravessada por discursos originados em variadas áreas do conhecimento humano, a Amazônia foi concebida tanto como uma região em que a natureza   potencial “adversária do homem”, quanto como “terra da promessa”, “celeiro do mundo”. Dessas concepções, resultaram imagens contraditórias associadas à região: inferno/paraíso, que a literatura tanto explorou.

Segundo Pizarro (2005), a Amazônia é uma constru o discursiva e os discursos sobre a região vão se constituindo em diferentes momentos históricos. Os primeiros discursos, marcados pela perspectiva do olhar do europeu, datam do início do século XVI e se prolongam até o início do século XIX.

Esses discursos são enunciados pelos “descobridores”, pelos ocupantes e, em seguida, pela comunidade científica, os quais, divulgados através de cr nicas e de relatos de viagem, conformavam não apenas uma literatura de corte estritamente geográfico, uma vez que também estimulavam o imaginário europeu em dimensão erótica, social e/ou empresarial.

Neste veio discursivo há uma mescla de imagina o (que desperta o interesse pelo desconhecido e convida à aventura, como o caso do relato de Carvajal (CARVAJAL, 1941, in PIZARRO 2005, p.63), que atesta a existência das Amazonas, por exemplo) e de informa o detalhada sobre a geografia do lugar (que determina a quantas léguas um dado rio desemboca, como é variada a sua latitude e longitude, etc.).

As informa es eram coletadas em razão, sobretudo, de sua utilidade tanto para a navega o quanto para as estratégias de ocupa o do território. Desses discursos também constam informa es sobre a riqueza da terra e sobre as gentes, que potencialmente podiam ser catequizadas e conquistadas, como se pode depreender dos trechos abaixo reproduzidos:

[...] são inúmeros os grupos e as línguas faladas pelos naturais, mais de cento e cinqüenta, diz, e se lhes fora dado conhecer o Verdadeiro Criador do céu e

da terra abraçariam sem dificuldade Sua santa lei. (ACUÑA, 1994, apud PIZARRO, 2005, p. 64, tradução nossa).

É nesses termos que é construída a primeira imagem da Amazônia: na condição de “El Dorado”, de paraíso, de espaço de riquezas, onde vive um povo apto a se transformar em servo da Igreja Católica; mas, em sua contraface, também se marca a condição de um espaço endemoninhado, no qual vivem seres que pertencem a uma “zoologia fantástica”.

Mas, acrescenta Pizarro, a partir do século XVIII, os discursos sobre a Amazônia começam a se transformar e a se revestir de certo caráter mais racional e científico. Não obstante essa nova configuração discursiva, derivada do desenvolvimento e da estruturação da ciência enquanto campo específico do conhecimento humano, ainda resta certa indeterminação, uma vez que a racionalidade destes discursos é, muitas vezes, atravessada pela hesitação frente à persistência de elementos fantasiosos.

Tal é o que se pode perceber a partir da leitura do discurso do naturalista francês La Condamine, que assim se refere às Amazonas:

[...] Se pudesse ter havido amazonas no mundo tinha que ser na América, onde a vida errante de mulheres, que muitas vezes seguem seus maridos na guerra e que não são muito felizes em sua vida doméstica. Somente elas poderiam ter feito nascer esta ideia. (CONDAMINE, 1941, in PIZARRO, 2005, p. 67, tradução nossa).

Escrito a partir de uma expedição científica feita à Amazônia no século XVIII, expedição que, segundo Pizarro (2005), citando Pratt (1997), era fruto da rivalidade entre França e Inglaterra, na tentativa de determinar a forma exata da Terra, o relato dá foro científico à existência das lendárias mulheres amazonas.

Como podemos perceber, na condição de “cientista”, La Condamine busca uma explicação racional para a existência das Amazonas, as mulheres guerreiras sobre as quais Carvajal relatou.

E é também nesse momento, agora de acordo com João Carlos de Carvalho (2005), que se inauguram os estereótipos acerca dos autóctones. Segundo o autor, nos escritos do francês La Condamine, o indígena da Amazônia vai aparecer como “insensível, apático ou estúpido”:

Indivíduos que vão somente até as suas necessidades já que seriam contumazes inimigos do trabalho [...]. As línguas locais não têm tradução para palavras como tempo, duração, espaço, ser, reconhecimento ou gratidão. Além do mais, seriam mentirosos, crédulos e encasquetados com o maravilhoso. (CARVALHO, 2005. p.74.)

Estereótipos esses que, ainda segundo Carvalho (2005), naturalistas ingleses como Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, no século XIX, iriam evidenciar, embora creditando a indolência e a apatia do povo ao clima da região e ao meio.

No final do século XIX e início do século XX, afirma Pizarro (2005, p.67), surge um terceiro tipo de formação discursiva, o da exploração da borracha. Este veio discursivo é mais complexo porque orquestra várias vozes simultâneas. São discursos construídos por meio de oposições, marcadas pela presença de situações aleatórias que o completam e o obscurecem, como as diferenças geopolíticas e a delimitação de fronteiras entre os países da região: Brasil, Colômbia, Peru e Bolívia.

Ocorre que a descoberta da borracha e sua posterior exploração em grande escala acarretou a efetivação do reforço do controle do território. Nesse momento, as atividades extrativistas e comerciais de grandes empresas estrangeiras se sobrepuseram às atividades missionárias e aos interesses mais marcadamente científicos, que presidiam as empreitadas das excursões à Amazônia e aos discursos que delas derivavam.

Além disso, acrescenta-se que, ao interesse europeu pela Amazônia, somou-se o interesse e o empenho norte-americano.

É também nesse momento, no qual as fronteiras do espaço amazônico estão sendo demarcadas, e onde há um aumento das tensões políticas entre os países limítrofes, que a tríade “Civilização, Pátria, Progresso”, representativa da corrente de pensamento positivista, vai servir de base para a construção e a afirmação das nações.

E, se, por um lado, há o discurso civilizador legitimado pelos governos centrais, que levavam adiante a colonização sob o argumento das vantagens da estruturação do Estado-nação e da institucionalização da vida pública, por outro, há o discurso dos intelectuais que, percebendo a situação em que viviam e trabalhavam os seringueiros, fazem o registro e a denúncia desta situação em ensaios, em documentários e, ainda, na ficção – que nos interessa de forma mais imediata.

Tal é o caso do romance **A Selva**, de Ferreira de Castro (s.d.), em cujo trecho, abaixo destacado, uma personagem exprime a situação em que vive:

Eu tenho estado sempre a dever. Não há maneira de varrer aquela conta! Quando seu Alípio foi ao Ceará buscar pessoal, me disse que um homem enriquecia logo que chegava aqui. Eu acreditei naquelas lorotas e, afinal, ainda não paguei a passagem. Eles, assim que nós chegamos aqui, já não dizem mais coisas bonitas. Vendem tudo muito caro, que é para o seringueiro não arranjar saldo e ficar toda a vida nestas brenhas do diabo. (CASTRO, s.d. p.90.)

O trecho é marcante pela dubiedade que se estabelece entre a promessa de vida abundante e feliz, antes da vinda do cearense para o espaço amazônico, e a realidade imposta pela vida de sofrimentos e privações que de fato encontra na imensidão solitária dos seringais. Logo que chega, o presumido enriquecimento imediato cede lugar à exploração selvagem do capital, estruturado sob a forma de aviamento.

A vida deste “homem que trabalha para escravizar-se” também foi registrada por Euclides da Cunha ([1904] 2003) nos ensaios de **Amazônia – Um paraíso perdido**. Nesse volume, o escritor de **Os Sertões** denuncia o quadro social em que vivia o seringueiro: a alimentação precária e a sujeição às doenças, o trabalho penoso e escravizante, e, sobretudo, a angústia da solidão. Situação de vida e de trabalho que Euclides da Cunha ([1904] 2003, p.89) declara apresentar “um laivo siberiano,” que sombrearia as “páginas mais lúgubres de Dostoiévski”.

Mas, com os ensaios sobre a região, Euclides da Cunha ([1904] 2003) não só contribuiu para que se visualizasse este homem que vivia no sertão amazônico, uma vez que seus textos também concorreram para a consolidação da imagem de “inferno verde”, atribuída à região. Para Euclides da Cunha ([1904] 2003, p.48), a natureza soberana e brutal é uma adversária do homem na Amazônia, porque, nessa região, a natureza ainda está em plena expansão de suas energias.

Numa terra ainda “em gestação”, “imatura”, que é a Amazônia, Euclides da Cunha ([1904] 2003) afirma que os rios ainda não se firmaram nos leitos; a flora possui uma grandeza imperfeita; a fauna é singular e monstruosa; o homem, um intruso em um lugar no qual a natureza não é cultivada por ele, sendo, antes, domada. E este homem que a subjuga é o paraibano, o cearense, os sertanejos nortistas em geral.

Quanto ao clima, este elege para a vida os mais fortes, eliminando os incapazes pela fuga ou pela morte. Resumindo, para Euclides a Amazônia é “Paragem maldita”, onde medra o impaludismo, e o lugar em que “cada igarapé sem nome é um Ganges pestilento e lúgubre” (2003, p.80).

Resumindo, são dois os extremos pelos quais, historicamente, a imagem da Amazônia foi sendo construída: paraíso, lugar de superabundância, terra da promessa; e inferno, lugar onde, segundo Euclides da Cunha (2003, p.35), “as noites são fantasmagóricas”, a vista se embota diante do verde-negro das folhas, e onde se tem a “sensação angustiosa de um recuo às mais remotas idades”.

Lugar em que a natureza:

[...] aos olhos do homem sedentário que planeje submetê-la à estabilidade das culturas, aparece espantosamente revolta e volúvel, surpreendendo-o, assaltando-o por vezes, quase sempre afugentando-o, espavorindo-o. (CUNHA, 2003, p. 49).

Natureza que afugenta, mas que, paradoxalmente, quer ser subjugada. Tal é o que a própria natureza, personificada, declara no conto **Inferno Verde** (1920), de Alberto Rangel.

Eu resisto á violência dos estupradores... Mas enfim, o inferno verde, si é a gehenna de torturas, é a mansão de uma esperança: sou a terra prometida ás raças superiores, tonificadoras, vigorosas, dotadas de firmeza, inteligência e providas de dinheiro; e que um dia, virão assentar no meu seio a definitiva obra de civilização [...] aguardo as gerações que hão de seguir, cantando o carro de meu triumpho! (RANGEL, 1920, p. 281 e 282).

A validade da interpretação do espaço amazônico teve amplo reconhecimento, sendo reproduzida inclusive pelas esferas de poder constituído, que nele se apoiaram para a estruturação de políticas de desenvolvimento da região.

Tal é o que se pode depreender do discurso “A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia”, de Getúlio Vargas, proferido em 1933, em Belém, capital do Pará. Vargas afirma em seu discurso que a Amazônia “[...] inicialmente, assombra amesquinhando o homem”, mas ela será vencida pela civilização, pois, “[...] o homem vencerá a Amazônia,” e, para tanto, é “[...] preciso povoá-la, colonizando-a, fixando o homem ao solo”. (VARGAS, s.d.)

Nesse compasso é que o veio discursivo de que a natureza na Amazônia deveria ser domada e que a região deveria ser saneada, ocupada e integrada ao restante do Brasil, se torna meta dos programas governamentais brasileiros, especialmente durante os regimes estado-novista e da ditadura militar.

Segundo Bertha K. Becker, em **Amazônia** (1990), a partir de 1920 e 1930 chegam à Amazônia as primeiras frentes pioneiras agropecuárias e minerais, oriundas do Nordeste; elas são posteriormente intensificadas nas décadas de 50 e 60; mas é na década de 70, após o golpe de 1964, que, fundamentado na doutrina da segurança nacional, o governo militar objetiva a implantação de um projeto de modernização nacional e opera um grande esforço para a colonização da região.

Nesse momento, a Amazônia passa a ser vista como uma região capaz de solucionar conflitos sociais ao absorver produtores sem terra de outras regiões e povoar a fronteira, incluindo aí os locais estratégicos, como Roraima. Inicialmente, diz Becker (1990), os

principais colonos vieram do Nordeste, mas, aos poucos, foram sendo substituídos por colonos do Centro-Sul, sobretudo mineiros, catarinenses e paranaenses.

Esse pano de fundo forma um interessante e instrutivo painel que tem muito a dizer e ensinar sobre as manifestações da cultura e da literatura tanto brasileira quanto amazônica e roraimense. Ele enforma um quadro de referências que preenche as representações sobre esta região de natureza e cultura tão peculiares. É a partir dele que os criadores da arte da palavra, os literatos, se nutrem e nutrem suas obras, suas criações.

Também no espaço amazônico da década de 70 é que foi publicado o livro **A Mulher do Garimpo**, de Nenê Macaggi, escritora cujas particularidades biográficas nos autorizam a pensar que são importantes na medida em que desempenham “certo papel na constituição da estrutura” da obra.

Esse é o objetivo do próximo capítulo.

CAPÍTULO II

Nenê Macaggi: a obra imita a vida

A fim de entender melhor as relações mantidas entre a escritora Nenê Macaggi e sua obra, convém lembrar que, conforme o paradigma subjetivista, típico do período romântico, as noções correlatas de autor e autoria remetem de forma direta ao escritor, tomando-o na condição de sujeito portador de uma identidade biográfica e psicológica. Este último é reconhecido, *grosso modo*, pela atividade extratextual que exerce na sociedade em que vive.

Mas vai longe, pelo menos desde as primeiras décadas do século XX, quando o modelo imanentista entrou em voga, o tempo em que a interpretação das obras literárias se baseava numa concepção em que o autor é considerado responsável primeiro, único e direto pela gênese daquilo que escreve. Desde então, o autor/escritor foi perdendo aquele tipo de autoridade quase absoluta que exercia em relação aos sentidos de sua obra.

Do mesmo modo, também vai longe o tempo em que a explicação do texto literário derivava quase obrigatoriamente de uma suposta correlação existente entre a obra e a experiência direta do autor/escritor.

Esta concepção de análise, típica do período romântico, foi sendo aos poucos superada por força da voga imanentista nos estudos literários. O modelo de análise imanente alicerçou a produção crítica sobre a literatura durante boa parte do século XX, até desaguar na noção antiautoritarista da escrita, característica do período pós-estruturalista³.

A consequência disso é que, em nossos dias, a maioria dos críticos literários prefere não levar em conta as relações mantidas entre as experiências de vida do autor e a sua obra, procedimento em geral avaliado como estratégia extraliterária de abordagem do texto literário. Daí a rejeição que este modelo de abordagem textual sofre entre as realizações da crítica nos dias de hoje.

Trata-se, enfim, para não alongar a questão, de estratégia crítica em desuso.

Mas, apesar das vogas literárias, que de tempos em tempos varrem os terreiros da tradição crítica, sempre houve aqueles que defenderam a pertinência de analisar cada caso

³ Não sendo esse o objeto de nosso estudo, sugerimos ao leitor interessado conferir FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema. 3. v. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

como um caso e, dependendo da situação, incluir dados do percurso e da biografia dos autores entre as estratégias de interpretação crítica no campo da literatura.

Tal é o caso, por exemplo, do poeta concretista, também ensaísta, Augusto de Campos. O autor de **Pagu**, em entrevista intitulada “O revolucionário legado de Pagu, musa mártir do Modernismo”, concedida a Guilherme Freitas, para **O Globo**, que “[...] a obra de Patrícia [Patrícia Galvão, a Pagu] está intimamente ligada à sua vida” (FREITAS, s.d). Do mesmo modo, ao discutir **Os Sertões**, no ensaio intitulado **Euclides da Cunha**, Walnice Nogueira Galvão (1994, p. 618) afirma que “O fato de Euclides ter feito seus estudos completos na Escola Militar do Rio de Janeiro [...] pesa poderosamente em seus escritos”. E esta é, com certeza, uma daquelas afirmações difíceis de serem contestadas.

Do mesmo, Antonio Candido (1999, p. 33), ao analisar a “Lira 77 de **Marília de Dirceu**”, de Tomás Antônio Gonzaga, afirma:

Só sabendo que é de Gonzaga, e conhecendo as circunstâncias biográficas em que foi composta, ela [a Lira 77] adquire significado pleno, e, portanto, exerce pleno efeito. O conhecimento da estrutura não basta.

Assim, apesar de sabermos das restrições a que acima referimos, com base na atitude crítica destes teóricos, ganhamos confiança para afirmar que, ao que tudo parece indicar, o caso também se aplica **A Mulher do Garimpo**, da paranaense radicada em Roraima, Nenê Macaggi.

A pesquisa para fins de análise da obra romanesca daquela que é considerada “a dama das letras” roraimenses despertou a consciência de que o conhecimento da vida da escritora ajuda a esclarecer certos aspectos da sua obra, como veremos adiante. Ou seja, a leitura atenta e a atitude crítica aguçou a percepção de que as experiências de vida de Nenê Macaggi serviram de elemento base para a estruturação não apenas do trecho básico, mas também do discurso de **A Mulher do Garimpo**.

Por isso, não faz sentido desconsiderar esses dados como pertinentes para fins de leitura e de interpretação quanto ao caráter regional e ao alcance literário de sua obra.

E uma primeira prova disso talvez seja o fato de que, durante nossa investigação, ouvimos, e não poucas vezes, pessoas que a conheceram de perto, e que acompanharam sua trajetória como escritora, afirmando que “tudo no romance era verdade”, que o romance “retratava experiências de vida da autora”

Na verdade, para aqueles que conheceram Nenê Macaggi, e que leram seu livro, fica difícil não encontrar na obra “rastros autobiográficos” da autora, cuja vivência guarda similitudes tanto com o discurso que dá vida ao romance, quanto com a história da

personagem José Otávio, protagonista da narrativa. Daí a tendência natural de relacionar a vida à obra da autora.

E não são poucas essas semelhanças, como poderemos constatar.

Dentre estas, talvez a mais ostensiva seja o fato de que José Otávio, como Nenê Macaggi, “Empunhou a peneira e a batéia. Lavou ouro e o queimou limpo de azougue, numa colher de sopa. Lutou, sofreu, teve dias de glória e de amargura e quase perdeu a vida com a terção maligna”, conforme registra Jáber Xaud (apud MACAGGI, 1976, p. 421).

Ao perceber a existência de similitudes entre experiências vividas por Nenê Macaggi e situações vivenciadas por José Otávio, o protagonista de seu romance mais famoso, o escritor Genesino Braga, membro da Academia Amazonense de Letras, no artigo intitulado “Romancista do Garimpo” (1976), se sentiu confortável para afirmar que: “Tudo aquilo que você viu, que você sentiu, sofreu e acabou amando, apaixonadamente, na nossa Amazônia, – Nenê Macaggi – e [...] agora vemos romanceado no seu livro [...]”.

Trata-se, para abreviar essa discussão, de caso patente em que a experiência literária da obra se encontra vazada pelo percurso e pela experiência de vida da escritora/autora.

Mas não estamos aqui falando de “uma rudimentar projeção autobiográfica”, pois temos consciência de que o autor, o narrador e as personagens ocupam diferentes instâncias na estrutura do universo ficcional. Prova disso é, por exemplo, o fato de que o narrador sabe de tudo o que acontece com as personagens que vivem a história, mas estas sequer sabem da existência daquele que narra.

E assim, para que possamos empregar uma chave de interpretação como a que ora propomos, precisamos esclarecer um pouco sobre o funcionamento dessas instâncias de discurso – da autoria e das personagens – na estrutura do texto ficcional.

Para começar, lembremos que a pragmática do discurso literário já ensinou, de modo conclusivo, que “o conceito de narrador é logicamente necessário para todas as obras ficcionais, mas não tem fundamento psicológico no caso impessoal”, uma vez que o narrador impessoal “é um construto abstrato, privado de dimensão humana”. Daí a conclusão de que, a “relação entre o falante real e seu substituto ficcional será muito mais próxima na ficção impessoal que na pessoal”. (RYAN, 1981, p. 523).

Ou seja, diferentemente do que ocorre com o narrador em primeira pessoa, a ausência de qualquer dado biográfico, que particularize e individualize a figura do narrador onisciente, bem como a realidade, enfim, de que ele não passa de uma voz que narra uma história, propicia uma espécie de identificação primária entre a instância autoral e a do escritor real.

De outra perspectiva, que privilegia o grau de projeção de um sobre o outro, Reis e Lopes (1988, p.16) afirmam:

De um modo geral, pode dizer-se que entre autor e narrador estabelece-se uma tensão resolvida ou agravada em que as distâncias (sobretudo ideológicas) entre um e outro se definem [...]. Do mesmo modo, o autor pode também estabelecer um mediato nexos dialógico com as personagens, para além do consabido empenho nos seus comportamentos e emoções, empenho lapidariamente traduzido no “Mme. Bovary c’est moi” confessado por Flaubert [...].

Feitas estas breves considerações teóricas, devemos acrescentar que temos consciência de que a leitura e a interpretação do romance de Nenê Macaggi podem ser realizadas por meio de abordagem que privilegie a análise da obra a partir de sua estrutura, ou seja, sem que se conceda maior importância às circunstâncias da sua vida, da biografia da autora, enfim.

Mas, por outro lado, também temos consciência de que podem ser estabelecidos nexos imediatos entre ambos, sem que isso signifique obrigatório empobrecimento ou relaxamento da atitude crítica. Segundo entendemos, as duas possibilidades de leitura não são excludentes, portanto.

Assim definida a questão, podemos adiantar que a narração onisciente foi a estratégia narrativa adotada pela escritora para potencializar o dado biográfico como elemento constituinte da estrutura de **A Mulher do Garimpo**. E que é por meio dessa estratégia narrativa que sobressai certa ambiguidade entre o que é ficção e o que é quase registro estreito da realidade.

Dessa perspectiva, podemos adiantar, também, que a reprodução e representação de determinadas circunstâncias que envolvem a vida da autora é uma das maneiras pela qual esse romance de Macaggi adquire o seu caráter “realista”.⁴

Isso posto, devemos acrescentar que tais analogias entre a vida e a obra de Macaggi se estruturam em dois estágios na tessitura do romance: o primeiro diz respeito às similitudes entre o percurso da escritora, que veio do sul para o norte, onde viveu durante a maior parte de sua vida, e a trajetória do/a protagonista de **A Mulher do Garimpo**.

O segundo abarca uma dimensão mais marcadamente discursiva e tem a ver com as similitudes e aproximações entre as visões de mundo do narrador e da pessoa de Nenê Macaggi (ou, em sentido mais amplo, do grupo social que ela integra e representa).

⁴ Realismo aqui entendido não como um movimento literário, mas o modo pelo qual Nenê Macaggi realiza a interpretação da realidade externa no romance.

Similitudes e aproximações que se encontram implícitas em muitas passagens do romance, no discurso do narrador.

Tal é o caso do seguinte trecho de **A Mulher do Garimpo**, em que o narrador relata o discurso de Parente Alberto:

Então, Parente Alberto, entre risadas e apartes dos ouvintes, foi narrando...
[...] (MACAGGI, 1976, p. 149)

Geralmente o índio é feio, baixo e grosso, vendo-se contudo belos exemplares de ambos os sexos. [...]

A cabeleira, espessa, lisa negra e comprida nas mulheres, fede a caracu de boi ou a brilhantina barata. Todos têm a pele boa e de cheiro característico, misto de fumaça, peixe moqueado e sujeira. (MACAGGI, 1976, p. 152)

As roças são pequenas, porque o índio, preguiçoso por natureza, tendo o necessário para tirar delas, detesta fazer tudo o que lhe dá muito trabalho.

No comum. O índio é sovina e egoísta. Tudo o que faz é em troca de pagamento e fica enfezado se não faz compra ou troca, sempre desconfiado, agindo de má-fé para com o branco que o ajuda. (MACAGGI, 1976, p.154)

O índio é, de todos os brasileiros, o mais feliz. Não tem responsabilidade perante ninguém, não tem noção de dignidade, de honra, de amor fraternal, filial ou paternal, pois do contrário não abandonaria a família nem trocaria os filhos por espingarda, um saco de sal [...]. Vende a criança e depois vive aperreando o branco, pedindo-lhe pagamento sem querer trabalhar. É desleixado, teimoso, guloso e pouco asseado (os do sertão, pois os da cidade são limpos). Toma banho sem sabão, de maneira que sua roupa encracada cai de velha. Não gosta de aprender os bons costumes dos brancos, porém os maus assimila-os logo [...] (Macaggi, p. 154 -155)

Usam criminosamente o tinguí ou o timbó-aiá, na região montanhosa, em rios e lagos, esmagando a raiz da pequena planta e jogando-a na água. Cardumes inteiros ficam tontos, nadando à superfície e morrem, sendo apanhados em grande quantidade e moqueados com tripa e tudo. (MACAGGI, 1976, p. 157)

Ora, primeiramente temos de notar o fato de que, na trama do romance, Parente Alberto é uma personagem indígena. Na verdade, ele é mais que isso, uma vez que é uma liderança indígena, um tuxaua. E ainda que ele esteja habituado a conviver com o mundo “civilizado”, não é demais lembrar que a personagem mora numa maloca, onde cultiva os hábitos e os costumes próprios de seu povo e de sua gente.

Daí que parece haver certo descompasso entre a situação ocupada pela personagem na narrativa e o conteúdo de sua fala. E isso gera uma sensação de incoerência ou inconsistência na leitura da narrativa. O que ocorre é que a representação que o leitor faz da personagem se acomoda mal à necessidade de atribuir a ela a condição de fonte do enunciado. Por isso, o conteúdo da fala parece destoar na boca de Parente Alberto. Parece haver uma diferença fundamental, claro fator de inverossimilhança.

Por esse motivo, a leitura atenta logo levanta a suspeita de que o teor do enunciado parece manifestação do discurso do narrador, e não da personagem, em razão de que não se pode reconhecer esse tipo de enunciado como característico daquele tipo de discurso que pode

ser produzido por um índio da condição de Parente Alberto, que é tuxaua de uma comunidade indígena e defensor dos modos de vida tradicionais dos índios.

Daí a sensação de falta de verossimilhança que a cena evocada causa no leitor.

Donde se pode deduzir que o enunciado é muito mais próximo da esfera do narrador do que da personagem Parente Alberto. Os dados parecem indicar que se trata muito mais da vivência da autora, que foi, durante quatro anos, Delegada do SPI, quando conviveu de perto com os índios da região e pôde, portanto, formar uma opinião consolidada sobre as populações indígenas.

O discurso reproduz, na verdade, a visão da elite política local da época, constituída, sobretudo, por funcionários públicos e por fazendeiros. Um indígena que ocupa a posição de Parente Alberto não poderia dizer, por exemplo, que o uso do timbó para a pesca seria uma prática criminosa. Afinal, essa era a forma que os fazendeiros da região viam essa prática de pesca tipicamente indígena, e que consiste em “embebedar” os peixes com veneno extraído de certo cipó.

Tal é o que constata Santilli (1994, p. 98):

Os atritos (entre fazendeiros e indígenas), como vimos, começaram com os estragos nas roças dos índios, causados pelo gado, criado solto nos campos, ou, questão igualmente exemplar, com a pretensão do fazendeiro de cercar a pesca dos índios, feita com o uso do timbó nos lagos e igarapés, cujas águas se tornam momentaneamente danosas ao gado.

Também fica difícil aceitar que Parente Alberto visse a si mesmo, e a seu povo, como preguiçosos, sujos e mal-agraçados, pois, pela composição dessa personagem (mora na maloca, faz festas a base de caxiri, damurida e beiju, e dança o parixara, que são, respectivamente, bebida, comida e dança típicas dos indígenas da região), o leitor percebe que ele tem orgulho daquilo que é ou acredita ser, e por isso conserva as tradições e costumes indígenas.

Desse modo, a fala somente faz sentido se concebida como produzida por um “civilizado”, por alguém que vê e classifica o outro pela perspectiva de sua própria cultura, e não pela perspectiva de um índio como Parente Alberto.

Assim, o monólogo de Parente Alberto acaba se tornando, na verdade, uma descrição do indígena feita pelo olhar e pela perspectiva do narrador. Este, por sua vez, também facilmente se confunde com o olhar e a perspectiva próprias da autora do romance – representante da elite local.

E isso implica dizer, enfim, que o enunciado é construído como um monólogo, em que três vozes, a de Nenê Macaggi e de seus títeres, o narrador onisciente e Parente Alberto, se superpõem para fazer o mesmo conjunto de afirmações sobre a população indígena.

E a sensação de costura mal arrematada do ponto de vista se adensa quando o leitor se depara com uma nota de rodapé como a que segue :

(XXX) – NOTA DA AUTORA – A descrição sucinta dos índios feita por Parente Alberto Saldanha e tudo o que a eles se refere, relaciona-se exclusivamente com os selvagens do Rio Branco, hoje Território Federal de Roraima e onde ela [Nenê Macaggi] foi, durante quatro anos, Delegada Especial do antigo S.P.I. (MACAGGI, 1976, p. 160 -161).

A nota, introduzida por Macaggi no rodapé da página que encerra o solilóquio de Parente Alberto, corrobora nosso argumento a favor da existência de projeção do discurso da autora sobre o do narrador. Interessante notar que a autora trata a si mesma em terceira pessoa, a fim de informar que foi na condição de delegada do SPI que conviveu e conheceu a fundo o caráter dos povos indígenas de Roraima.

E se pode perceber a superposição de ambas as vozes quando, através do uso de parênteses, uma voz “corrige” o narrador: “É desleixado, teimoso, guloso e pouco aseado (os do sertão, pois os da cidade são limpos) [...]” (MACAGGI, 1976, p.154), ou quando, ainda se utilizando do mesmo recurso dos parênteses, essa voz se intromete no discurso do narrador para fazer observações:

A castanheira (*Bertholettia Excelsa*), também conhecida por castanheira do Pará (engraçado é que no Amazonas há mais castanheiras do que no Pará), é o gigante da Amazônia e um dos produtos mais ricos em substâncias vitamínicas da flora brasileira. (MACAGGI, 1976, p.357)

Essa presença interveniente da autora no discurso do narrador, que oportuniza a reprodução das experiências da paranaense que fez de Roraima a sua terra, possibilita refletir sobre a relação entre a vida e a obra de Nenê Macaggi.

2. 1 - Nenê Macaggi: elementos de biografia

Maria Macaggi, ou Nenê Macaggi, nome com o qual ficou conhecida a maior expressão do romance roraimense, era filha de pai italiano e de mãe brasileira. Nascida em Paranaguá, no Paraná, em 1913, a escritora cedo iniciou sua carreira literária, trabalhando no meio jornalístico carioca; e foi exatamente no Rio de Janeiro que ela publicou seus primeiros livros: dois volumes de contos, **Água parada** (1933) e **Contos de Dor e de Sangue** (1935), além de um romance, **Chica Banana** (1938).

Contemporânea do escritor José Lins do Rego e de Margarida Lopes de Almeida, declamadora e escultora afamada à época, filha da escritora Júlia Lopes de Almeida, Nenê Macaggi não parece ter passado despercebida, dada sua atuação intelectual e a exuberância de sua figura feminina, como se pode depreender nos trechos que seguem, os quais reproduzem reportagens da década de 40:

A autora da ‘Chica Banana’, vestida de azul, um azul que mais lhe acentua o cinzento dos olhos, desce a escada sorrindo e cumprimenta o repórter catarinense. [...] (ALGUNS, minutos de encantadora palestra com Nenê Macaggi, **A Gazeta**, Florianópolis, 23 jan. 1940).

Nenê Macaggi, a creadora de Chica Banana construtora das tragédias de Contos de dor e de sangue, e de Água Parada recebeu-nos com o seu bom-dia amável, confessando-nos que se achava ainda cansada do *formidável* baile do Lyra, onde, em companhia da insigne Margarida Lopes de Almeida e de seu colega José Lins do Rego admirado autor do Menino de Engenho dansou a mais não querer no simpático e granfino club. (UMA entrevista de Nenê Macaggi. **Diário da Tarde**, Florianópolis, 23 jan. 1940).

Gozando, assim, de certo reconhecimento como escritora no meio intelectual carioca e do sul do Brasil de então, foi na condição e na qualidade de correspondente de revistas de grande circulação no sul-sudeste do país que a jovem intelectual viajou, na década de 30, para o longínquo e mal conhecido Amazonas, como podemos depreender da reportagem e dos seguintes depoimentos estampados em jornais de Florianópolis e de Curitiba:

Sim, vim agora de uma viagem de seis meses que fiz ao Nordeste e ao Norte do Brasil. Fui dar a conhecer ao Sul, através da ‘Revista da Semana’, d’ ‘O Malho’ e da ‘Ilustração Brasileira’, as obras de vulto dos governos de todos os Estados, dentro do triunfador regime do ‘Estado-Novo’. Fiz assim 28 reportagens de Manaós a Vitoria e mais 4 em Minas-Gerais e 2 em São Paulo. [...] Foi bem a Viagem Maravilhosa de Julio Verne! (ALGUNS, minutos de encantadora palestra com Nenê Macaggi. **A Gazeta**, Florianópolis, 23 jan. 1940.)

O objetivo da minha viagem foi desvendar aos olhos dos sulistas as obras do Estado Novo. Fiz 25 reportagens em torno dos governos do Amazonas, Pará,

Maranhão [...]. Fui recomendada pelo Catete de maneira que tive hospedagem e mil gentilezas do pessoal dos governos. Também intelectualmente fui bastante homenageada [...]. (DEPOIS de uma esplêndida viagem de seis meses ao norte, passa por Curitiba a autora da 'Chica banana'.

O Dia, Curitiba, 10 jan.1940)

Nenê Macaggi que revê a sua terra, o Paraná, retorna de uma viagem ao norte e nordeste do país, onde colheu fartos e interessantes elementos das condições de vida e de trabalho daquela gente. (A INTELLECTUAL paranaense Nenê Macaggi, que se acha em Curitiba, virá à nossa capital.

Diario da Tarde, Florianópolis, 16 jan.1940).

A reportagem do **Diario da Tarde** (de Florianópolis) e os depoimentos, concedidos à **Gazeta** (também de Florianópolis) e ao **O Dia** (de Curitiba), permitem afirmar que o trabalho como jornalista – que exige sensibilidade, aguda observação e que cria no indivíduo o hábito de tudo anotar, registrar – despertou o desejo de escrever sobre a Amazônia no espírito da jovem intelectual.

Esta hipótese se fortalece se levarmos em conta três indícios. O primeiro consiste numa nota publicada em **O Dia**, na qual, embora não se afirme que a escritora vá escrever um livro sobre a Amazônia, insinua-se essa possibilidade:

[...] Nenê Macaggi retorna de uma viagem ao norte e ao nordeste do país, onde colheu fartos e interessantes elementos das condições de vida e de trabalho daquela gente e, disso, resulte quiçá mais um precioso livro da já consagrada escritora. (UMA intelectual paranaense. **O Dia**, Curitiba, 10 jan. 1940)

O segundo são as notas de viagem, em forma de diário, publicadas no **Correio do Paraná**, e que, apesar do caráter objetivo-descritivo, são permeadas de subjetividade e admiração pela paisagem amazônica, como os excertos abaixo deixam transparecer:

Amanheceu chovendo, mas agora o tempo serenou e a manhã está linda e fresca.

Sai do Grande Hotel às 7 12 e cheguei ao cães às 8, porque dei um pulinho na Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses. Igreja maravilhosa! O 'vaticano' que me vai levar chama-se 'Cuyaba' e zarpará às 9 horas em ponto.

[...] 35 'alvarengas' ancoradas e espalhadas pelo rio Guajará, que é largo e bonito e tem as margens cheias de vegetação, pontilhando a aqui e ali uma casinha erguida sobre estacas a beira d'agua."

Vê-se ao longe a Ilha das Onças, com a sua fábrica de descarocar sementes oleaginosas.

Uma ou outra canoa passa. O lugar é lindo! Defrontamos Val-de Cães. Daqui vê-se Belém. Que encantozino!

O rio Guajará, que margina Belém vai alargando. Três barquinhos de vela marron (sic) descem ao longe. Surgem as primeiras ilhas e 'paraná's'. Belém ainda é vista [...]. Um ou outro barco de vela pesca. Numa destas ilhas aparece uma casinha encantadora. E ao longe um vapor deita fumaça. (DIÁRIO de uma viagem subindo o rio Amazonas. **Correio do Paraná**, Curitiba, 10 jan. 1940)

O terceiro pode ser depreendido a partir de uma declaração da escritora, dada a **A Notícia**, de Joinville, na qual se percebe o quanto a região a encantou:

NA AMAZONIA

Se fosse possível descrever tudo o que eu vi na Amazonia, eu tomaria todas as páginas d' 'A NOTICIA'!

Subir 11 dias o Mar Dulce até Manaós, em época de plena cheia, onde a água do Colosso dominava tudo, afundando as casas, afogando as plantas e só permitindo ao gado viver em **marombas!** (grifo do jornal).

Ver árvores gigantescas – samanmeiras, pequiás, assahyzeiros – assistir a inflorescência das orchideas, embriagar-se com o perfume do camarú, da baunilha e do sassafrás!

Observar aqueles poentes verdes e aquele céu negro e estrellado! [...] os cipós, os fructos gigantes, como o mari-mari, ingá de côr verde e de mais de um metro de comprimento!

Conviver com aquella gente boa, hospitaleira e inteligente que mal queria acreditar que eu fosse brasileira! (VIVENDO e sentindo o Brasil – Da Amazonia lendária aos pampas infinitos. **A Notícia**, Joinville, 27 jan. 1940).

E até poderíamos presumir, por esses recortes de notícias, que a semente daquele que foi o primeiro romance da escritora ambientado na região amazônica, **A Mulher do Garimpo** – e que mais tarde, já vivendo em Roraima, ela publicaria, começa a dar sinais de germinação durante essa primeira viagem feita como correspondente da imprensa.

Aliás, o seguinte fragmento em destaque: “[...] **Ilhas, ilhas e mais ilhas!** E o rio, de águas barrentas, é uma beleza, ora alargando a ponto de tornar indivisíveis as margens, ora estreitando aparecendo ellas verdes, a faiscarem ao sol [...]”, extraído da reportagem “Diário de uma viagem subindo o rio amazonas” (**Correio do Paraná**, 10 jan. 1940), consta em uma das páginas de **A Mulher do Garimpo** “Quantas embarcações! E **ilhas, ilhas e mais ilhas** [grifo nosso], à proporção que o naviozinho ia correndo com a velocidade de cinco milhas por hora”. (MACAGGI, 1976, p.56).

Além disso, devemos acrescentar que muitos elementos da paisagem descrita durante a viagem de navio entre Belém e Manaus, realizada por José Otávio, personagem do romance aqui estudado, já se pode entrever nesses relatos jornalísticos acima parcialmente reproduzidos.

Mas, quando levantamos a hipótese de que o romance evoca circunstâncias da vida real da escritora, não nos referimos apenas ao fato de a possível gênese do seu trecho terem sido as experiências vivenciadas por Macaggi durante a viagem que realizou, como repórter, pela Amazônia. No plano da história, há similitudes entre experiências de vida da escritora e de José Otávio, protagonista de seu romance, como veremos a seguir.

Com isso queremos dizer que, no enredo do romance, a personagem José Otávio vive uma série de fatos, de acontecimentos, análogos àqueles que a própria escritora experimentou na vida real. Senão, vejamos.

A primeira analogia entre ambas acha-se no fato de que José Otávio sai da região sudeste do Brasil e segue para Manaus no mesmo período em que Macaggi viaja, como repórter, para região norte do país, por volta do final da década de 30. E, do mesmo modo como ocorreu com a escritora, depois de uma breve estada em Manaus, José Otávio também acaba vindo para Roraima.

Porém, para que possamos continuar a fazer o levantamento dessas analogias, se torna necessário primeiramente saber em que condições a escritora, que já gozava de algum reconhecimento nos círculos intelectuais do Rio de Janeiro, então capital federal, veio se estabelecer no distante e mal conhecido município amazonense de Boa Vista do Rio Branco, da década de 40. Depois disso, podemos, então, propor o paralelismo actancial com a personagem José Otávio, que também morava no Rio de Janeiro antes de se aventurar Brasil adentro.

Nesse passo, recorreremos à segunda edição de **A Mulher do Garimpo** (2012). No prefácio dessa edição, o jornalista roraimense Laucides de Oliveira (2012) fornece dados esclarecedores sobre quando, como e por que a jovem intelectual do sul veio e se instalou de forma definitiva no município amazonense:

Em 1940 iluminou [Nenê Macaggi] o Amazonas com sua beleza, e o seu talento encantou os intelectuais. Dentre eles o Interventor Álvaro Maia, poeta e escritor. O que lhe valeu a nomeação para delegada especial do Serviço de Proteção ao Índio, o SPI, passaporte para o sonho de conhecer o garimpo e os índios [...].

1941 fim do ano quase: Nenê Macaggi embarca para o Rio Branco, ainda Amazonas (...).(OLIVEIRA, 2012, apud MACAGGI, 2012, p. 9).

Nenê Macaggi passou quatro anos como Delegada Especial dos Índios do Rio Branco, quando teve, então, a oportunidade de realizar o desígnio de viajar pela Amazônia e de conhecê-la de perto e em profundidade; também teve a oportunidade de conviver com os povos indígenas da região e, ainda, de lidar com a realidade do garimpo, um universo marcadamente masculino, mas que a fascinou desde o primeiro contato, como fica patente em na entrevista “PARANAENSE adota BV” (**Folha de Boa Vista**, p. 5, 09 jul. 1997), em que Macaggi afirma: “Fui garimpeira. [...] apesar de ser uma vida difícil, era boa”.

A vivência como garimpeira é também relatada no documentário “Nenê Macaggi – Roraima entrelinhas”, realizado por Elena C. Fioretti (s.d). No documentário, Jáber Xaud, colunista social roraimense, dá o seguinte depoimento acerca do livro de Macaggi:

[...] eu admirei Mulher do Garimpo porque ela [Macaggi] não fez o uso da ficção [...] isso é que é fantástico [...] ela foi pro garimpo [...] ela se fantasiou de homem, cortou o cabelo a “la homem”, meteu calça comprida e [...] foi garimpar para escrever a vida do garimpeiro aí no Tepequém. [...] e ela escreveu, e ela ficou escondida nesse disfarce até certo tempo porque, depois, um garimpeiro, ou porque começou a gostar dela, ou qualquer coisa, começou a cismar porque ela não tomava banho junto com os outros [...] ela terminou o livro por Boa Vista mesmo.

Pelo teor do depoimento do roraimense Jáber Xaud, que também escreveu o posfácio da primeira edição do livro **A Mulher do Garimpo**, supomos que Nenê Macaggi vivenciou, nessa ida ao garimpo, situação semelhante à que a personagem do romance experimenta. Na ficção, José Otávio, que na realidade é uma mulher que se traveste de homem, chega ao garimpo do Tepequém e passa a ser assediado por um garimpeiro, que desconfia de sua masculinidade:

Perseguia-o continuamente com descrições diante dos outros e era preciso muita paciência por parte do pobre garimpeiro para não discutir com semelhante asno, principalmente quando ele, para fazer espírito, chamava-o de Mulher do garimpo e Ruivinha. (MACAGGI, 1976, p.292)

Situação similar foi vivenciada por Nenê Macaggi, como podemos depreender pelo depoimento de Dorval Magalhães, escritor roraimense, no documentário “Nenê Macaggi – Roraima entrelinhas” (FIORETTI, s.d.), em que afirma:

[...] do garimpo o que ela [Macaggi] me contou foi que lá apareceu o amor, o Zé Soares, o Zé Soares que era um garimpeiro, e tudo mais. Era um cearense, eu o conheci, era um homem trabalhador, eu o conheci antes dele se casar com a Macaggi. Eu o conheci [...], ele trabalhava na balata, era balateiro no baixo Rio Branco (Nenê Macaggi – Roraima entrelinhas. FIORETTI, s.d.)

O outro depoimento que corrobora o caso é o de José Augusto Soares, filho de Nenê Macaggi, no mesmo documentário:

[...] e foi então que conheceu meu pai, José Soares, garimpeiro, também veio do Ceará, da Serra da Meruoca, perto de Sobral [...] no que chamamos soldados da balata, né, os donos dos grandes seringais iam ao Nordeste, faziam aquela história da beleza, da fortuna que iam ganhar, e o sempre blefado nordestino, até hoje, né, não melhorou muito, vinha em busca da riqueza, do trabalho. (Nenê Macaggi – Roraima entrelinhas. FIORETTI, s.d.)

Enfim, assim como Nenê Macaggi, que conheceu aquele que viria a ser seu marido no garimpo, a protagonista de **A Mulher do Garimpo**, José Otávio, cujo nome de batismo é, na

verdade, Ádria, se apaixonou e casou com um garimpeiro, de nome Pedro Rocha, no garimpo do Tepequém:

Foi então que José Otávio, vendo-o adormecido e fitando aquele rosto [...] não soube o que se rasgou dentro de seu ser, [...] Amava! Amava! E descobriu, pelo bater precipite do coração, que o amara sempre, que já o havia amado desde o instante em que, ardendo em febre, Pedro deitara-o na rede e lhe enxugara o rosto coberto de suor e de pó. (MACAGGI, 1976, p.296)

Mas as semelhanças das situações de ambas não param por aí, uma vez que a personagem Pedro Rocha, como José Soares, marido da escritora Nenê Macaggi, também nasceu na Serra da Meruoca, no Ceará, tendo, depois, vindo para a Amazônia com a finalidade de trabalhar como “soldado da borracha”, tornando-se, mais tarde, garimpeiro em Roraima:

Ceará, 1913. Serra da Meruoca. [...] Numa viela afastada do centro do povoado, na porta de uma casa pobre soluça uma criatura abraçada ao filho que vai partir. É a mãe de Pedro Rocha. [...] Ele parte, cabisbaixo. [...] Parte em demandas dos seringais do Acre. O ouro-negro chama-o como chamou e destruiu centenas de sertanejos cearenses. (MACAGGI, 1976, p. 300)

As analogias que vimos apontando entre o percurso de vida da protagonista do romance, José Otávio, e da escritora/autora, Nenê Macaggi, nos levam a supor que a escritora cria o universo ficcional desse romance a partir de circunstâncias de sua vida. Mas isso não implica a subtração do caráter ficcional do romance, pois, como afirma Erich Auerbach (2011, p.430) ao parafrasear uma declaração de Balzac: “a invenção não haure da livre força imaginativa, mas da vida real [...]”.

Mas, para além dessas óbvias correlações, o que estas analogias apontam, de fato, segundo entendemos, é para a vocação realista do romance de Macaggi – na qualidade de tendência que estabelece relações com aquela concepção de literatura preconizada pelo realismo-naturalismo, que era, basicamente, a de tradutora de um mundo. Somos da opinião de que Macaggi utiliza em **A Mulher do Garimpo** “uma técnica de convencer pelo exterior, pela aproximação com o aspecto da realidade observada.” (CANDIDO, 2011a, p. 79) Essa conjectura se fortalece pela ida de Nenê Macaggi para o garimpo, para, segundo o depoimento de Jáber Xaud, no documentário antes citado, “escrever a vida do garimpeiro”. Essa passagem do depoimento de Xaud informa que, para compor seu romance, a escritora adotou um procedimento narrativo realizado a partir da observação do ambiente que queria configurar, como aquele que, segundo Georg Lukács (1968, p. 58), Zola preconizava ser necessário ao escritor que desejasse escrever um romance naturalista:

Um romancista naturalista quer escrever um romance sobre o mundo do teatro. [...] Sua primeira preocupação será a de tomar apontamentos sobre tudo que possa vir a saber acerca deste mundo que pretende descrever. Conheceu determinado ator, assistiu a determinada apresentação, etc. Depois, falará com os que dispuserem de maiores informações a respeito do assunto, colecionará frases, anedotas, flagrantes. [...] Lerá, também, os documentos escritos. Por fim, visitará os lugares indicados, e passará um dia qualquer em um teatro para conhecê-lo em seus pormenores. Permanecerá algumas noites no camarim de uma atriz e procurará identificar-se o mais possível com o ambiente.

Dessa perspectiva, o procedimento ora analisado parece condensar o pendor realista⁵, não apenas no que diz respeito à trajetória de vida pessoal da autora, visto que dele também resulta o traço que aproxima o romance de Macaggi de um registro da história da região.

Nesse sentido, o romance assume a condição de “documento”.

E esse traço condicionante pode ser percebido não apenas porque a obra tem como cenário o espaço histórico da garimpagem em Roraima, no início da década de 40, mas também, e talvez sobretudo, porque nesse romance são encontrados inúmeros “motivos livres”, que, segundo Tomachevski (s.d., p. 149)⁶, são unidades temáticas que “[...] podemos afastar sem infringir a sucessão cronológica e casual dos acontecimentos.”

Esses motivos complementares, que Tomachevski afirma serem “habitualmente estáticos”, se apresentam, no romance de Macaggi, nas descrições da extração da borracha ou nas notas etnográficas acerca dos indígenas e de seus costumes. Eles importam mais pela função de registro, ou seja, como marca do espaço geográfico, histórico e sociocultural, no qual o enredo se desenrola, do que por serem essenciais ao desenvolvimento da ação.

Ao lado dessas descrições, há também a evocação de muitos fatos que ocorreram na região, como o caso da narrativa encaixada que relata o assassinato, no garimpo, de Ébner Pinheiro, membro de uma tradicional família do lugar; bem como a referência a lugares que ainda hoje podem ser visitados em Boa Vista, como o prédio da Prelazia e o hospital Nossa Senhora de Fátima⁷.

5 Tendência esta que também parece marcar o romance **Chica Banana** (1938), conforme se percebe no seguinte excerto de um comentário sobre esse livro: “Chica Banana é um romance vivido. As figuras são decalques da vida. As paisagens são quadros photographicos”. (**Revista da semana**, 1939, p. 49)

6 Segundo Bóris Tomachevski (s.d., p.141-174), motivação é o sistema de motivos que constituem a temática de uma obra. Esse estudioso classifica os motivos como livres ou associados, estáticos ou dinâmicos. Quanto às motivações, estas podem ser classificadas em composicional, realista e estética.

⁷ No dia 16 de fevereiro de 2015, dias depois que este texto havia sido enviado aos professores que comporiam a banca examinadora da nossa defesa de dissertação, o Hospital Nossa Senhora de Fátima foi demolido.

Também são evocados personagens cujos nomes são de pessoas da sociedade roraimense, como os nomes de membros de conhecidas famílias que possuíam e comandavam garimpos da região naquela época, como, por exemplo, o de Adolfo Brasil: “Brasil Neto chegou. Arranjara licença com as autoridades de Boa Vista e viera olhar o que se passava na mina, que era de seu pai, Coronel Adolfo.” (MACAGGI, 1976, p. 296).

Dessa maneira, não é por acaso que, no artigo “Romancista do Garimpo”, Genesino Braga (1976) afirma:

A Mulher do Garimpo entra para a literatura de ficção da Amazônia com um valioso cabedal de dados sobre a vida regional, desse modo se constituindo obra de grande interesse para os estudiosos da amazonologia. (1976).

Esses “dados sobre a vida regional”, através do qual avulta o traço documental e histórico, pode servir, conforme Genesino Braga, como obra de consulta para “estudiosos da amazonologia”. Nessa perspectiva, eles se justificam pela “motivação realista” que, segundo Tomachevski (s.d., p. 164) “tem como fonte quer a confiança ingênua, quer a exigência de ilusão”. No caso, ambas as coisas.

Mas esse esforço em evidenciar que tudo na narrativa é “real”, de se deter nas descrições das paisagens, nos ambientes, personagens e história local, e de, na constituição do texto narrativo, incluir descrições de cunho informativo, didático, histórico e etnográfico, fazendo com que o leitor encaminhe seu olhar para aquilo que está no campo extratextual, se justifica não apenas pela vocação realista e pelo recurso da verossimilhança do tipo realista, mas também pela feição regionalista de **A Mulher do Garimpo**.

Albertina Vicentini (2008, p. 42) afirma: “[...] a literatura regionalista trabalha sempre a um passo da estereotipia, [...]. Caso contrário não consegue se identificar como região”. Logo, esse também pode ser apontado como recurso ou procedimento utilizado pela autora para representar o típico, o pitoresco da região onde o enredo do romance se desenvolve.

Assim, se reconhecermos que havia a pretensão de estabelecer uma correlação imediata entre a realidade exterior e a sua representação no romance, podemos também considerar que o interesse mais imediato de Macaggi era fazer o leitor, de Roraima e do Brasil, crer que sua narrativa correspondia, em larga medida, a um estado de realidade local.

E, pelo pouco de que se tem de notícia concreta sobre a primeira recepção de **A Mulher do Garimpo**, valeu o empenho. Tal é o que corroboram as afirmações do jornalista roraimense Jáber Xaud, que assina o posfácio da primeira edição dessa obra: “*N’A Mulher do Garimpo* não há ficção. É a pura realidade e nela entram inúmeros personagens que ainda são

vivos e moram em Boa Vista ou no interior do Território.” (XAUD, in MACAGGI, 1976, p. 421).

Todavia, o posfaciador do romance parecia não entender que

Se o ato de seleção constitui os campos de referência do texto como sistemas contextuais de contornos nítidos e diferenciáveis, cujo limite é transgredido, então neste processo ocorre uma perda de articulações precedentes e uma reintegração dos elementos escolhidos em uma nova articulação. Assim os elementos escolhidos terão outro peso do que tinham no campo de referência existente (ISER, 1979, in LIMA, 1983, p. 389).

Assim, mesmo que o romance estudado traga elementos de um contexto preexistente, no momento em que a escritora os retirou daquele contexto e os inseriu no seu texto ficcional, eles se desvincularam e foram projetados em outra contextualização. É o que acontece, por exemplo, no seguinte trecho do romance:

Pedro sente demais a morte de Ébner e tem a má sorte de apanhar o beribéri. Incha demais, passa mal e com grande sacrifício chega ao Surumu, a pé; dali vai de caminhão a Boa Vista, internando-se no Hospital Nossa Senhora de Fátima, assistido por Madre Radegundes. (MACAGGI, 1976, p. 398).

Pedro é uma personagem do romance que não existe fora das palavras. E ele é assistido no hospital por uma personagem cujo nome, Madre Radegundes, refere a uma madre que teve uma existência real, inclusive tendo sido ela homenageada através da colocação de seu nome em uma das ruas de Boa Vista. Além disso, Pedro fica internado em um hospital cujo nome, Hospital Nossa Senhora de Fátima, é o mesmo nome de um antigo hospital de Boa Vista, no qual Madre Radegundes, de fato, trabalhava.

Introduzir na ficção elementos que têm vínculos com o real é plenamente possível como recurso de verossimilhança e, ao fazer isso, o ficcionista persuade o leitor a crer que o que está sendo contado corresponde à verdade de fatos realmente ocorridos. Essa estratégia utilizada por Macaggi se justifica em **A Mulher do Garimpo** justamente porque visa dar à situação narrada uma aparência de real, e é justamente essa “aparência” que revela a “intenção” da obra.

Mas isso é, no final – e quanto a isso não podemos deixar de reconhecer e de sempre alertar –, uma ilusão típica de muitos ficcionistas com pendores à prática hipertrofiada do realismo como princípio de representação na literatura. Tal é o que podemos constatar com Wolfgang Iser (2011, p.107), nas linhas abaixo, em que afirma:

O mundo repetido no texto é obviamente diferente daquele a que se refere, quando nada, porque como repetição, deve diferir de sua existência

extratextual [...] porquanto nenhuma descrição pode *ser* (grifo do autor) aquilo que descreve.

Como podemos perceber, Iser (2011) ensina que, se temos de reconhecer que a obra imita a vida, também precisamos ter ciência de que ela não é, nem pode ser, sob nenhuma hipótese, sua substituta perfeita, uma vez que não pode ser aquilo que descreve.

Mas, dentre todos os elementos acima expostos, um se destaca na leitura e na análise de **A Mulher do Garimpo**, isso porque permite relacionar, ainda de maneira mais evidente, aspectos e eventos da biografia da paranaense Nenê Macaggi com os de José Otávio. Esse elemento diz respeito à utilização de determinadas expressões típicas pelo/a protagonista do romance, José Otávio, que parecem destoar da caracterização de sua *persona*.

Ora, tendo José Otávio nascido e sido criado no Rio de Janeiro, como explicar, então, que essa personagem utilize expressões próprias do vocabulário da população proveniente da região sul do Brasil?

Tal deslize ou contradição pode ser percebido na seguinte passagem do romance de Macaggi: “[...] E agora dê-me um beijo, querido, sem que eu caia do cavalo. Assim, **bah!** Que gostosura! Mas (*sic*) outro ... **bah!** e um de **nhapa**... sabendo a sorva, a buriti, a leite de castanha...que delícia”. (MACAGGI, 1976, p. 417).

Os marcadores de fala acima realçados se acomodam mal ao conjunto de atributos que caracterizam José Otávio; eles também não podem ser imputados a uma intrusão do narrador heterodiegético⁸ do romance, já que se trata de um discurso direto, explicitado pelos pronomes *me* “dê-me um beijo” e *eu* “sem que eu caia do cavalo”.

Não obstante, se pensarmos e refletirmos um pouco melhor sobre a situação, ao longo de toda a narrativa essas expressões e trejeitos frásticos bem que podem se acomodar e ser atribuídas ao vocabulário que se supõe próprio de uma paranaense, como Nenê Macaggi, autora do romance.

Enfim, a incoerência patente entre a caracterização da personagem e o seu discurso parece estar relacionada ao fato de tal modo de falar ser mais aceitável na boca de alguém com a trajetória da paranaense Nenê Macaggi do que na boca de alguém com a trajetória do/a protagonista, José Otávio; ou seja, ela não se justifica pelo estrito “ângulo da motivação

8 Para Genette (1979, apud REIS; LOPES 1988, p.121), o narrador pode, de acordo com a sua situação na história, ser heterodiegético, quando relata uma história da qual não participou; homodiegético, quando narra uma história que conhece ou porque dela participou, ou por tê-la testemunhado; e autodiegético, quando relata as suas próprias experiências como personagem central da história.

realista da composição da obra”, como preconiza Tomachevski (s.d., p. 165) – mas antes por um deslize composicional.

E são, afinal, estes aspectos que vão minando, na tessitura da narrativa romanesca de Nenê Macaggi, a suposta correspondência com a “realidade local imediata”; por outro lado, elas vão propiciando estabelecer analogias entre a biografia de Macaggi e a voz autoral presente no romance dessa paranaense.

Esse desacordo entre a caracterização da personagem e o discurso que profere aponta, por fim, para a relativa falta de coerência interna da obra, gerando certa desconfiança no leitor: a de que nem todos os elementos do romance parecem estar “ajustados entre si de maneira adequada”. (CANDIDO, 2011a, p.74) Do mesmo modo que o excerto extraído de **A Mulher do Garimpo**, acima destacado, outras passagens desse romance, também relacionadas à construção da personagem José Otávio, se mostram incoerentes. Tal é o caso observado no seguinte diálogo, mantido entre José Otávio e José Guilherme:

- Oi, José Otávio, tu nasceu errado, rapaiz! [...] Somentes um sojeito caprichoso trazia essas coizinha que tu trouxe: as panelas, o bules, os taler, a bacia [...], tudo tão mimosinho! E as xicrinha azú quelaro, intão! Mais a minha paxão é a balancinha de oro. Adonde tu comprô ela, rapaiz?
- Não comprei, foi presente do Dr. Paulo Marinho, Prefeito de Manaus. (MACAGGI, 1976, p. 180)

Ora, em nenhum momento do desenvolvimento da narrativa, José Otávio entra em contato, conhece ou convive com a personagem referida por ele no diálogo acima, o “Dr. Paulo Marinho, Prefeito de Manaus”, de quem ele diz ter ganhado o presente.

Durante sua estada em Manaus, José Otávio conhece e convive com personagens representantes de pessoas do povo, e não com personagens que representam a classe política da cidade. A caracterização dessa personagem mostra que sua posição social é de um representante da classe trabalhadora. Por isso não se explica nem se justifica o presente recebido de alguém tão “importante” na sociedade amazonense.

Por outro lado, temos notícia de que a escritora Nenê Macaggi, esta sim, travou amizade com várias personalidades da vida pública do Amazonas, dentre as quais se destaca o interventor do Estado, Álvaro Maia, como afirma Laucides Oliveira (2012, p. 9), jornalista roraimense, no prefácio da segunda edição de **A Mulher do Garimpo**: “Em 1940 iluminou o Amazonas com sua beleza, e o seu talento encantou os intelectuais. Dentre eles o Interventor Álvaro Maia, poeta e escritor”.

E assim, ainda que descartássemos a falta de coerência interna da obra, que vimos demonstrando, podemos, num ato de “boa fé”, reconhecer o desejo da autora em se “autorrepresentar” na narrativa.

Porém, como não dispomos de meios seguros para sanar esta dúvida quanto ao grau de consciência da autora em relação à questão em pauta (seja recorrendo a sua correspondência, seja recorrendo a textos de natureza teórica que por ventura ela tenha escrito), o que podemos afirmar é que a escritura de Nenê Macaggi produz uma indeterminação no mínimo reveladora entre as instâncias de enunciação do autor/narrador/personagem.

E como vimos no início deste capítulo, essas analogias não se restringem ao par personagem/autora, mas também se observam entre a figura do narrador e da escritora Nenê Macaggi. E é das similitudes entre este último par que trataremos na seção que segue.

2.2 - Considerações sobre o autor e o narrador de *A Mulher do Garimpo*

Como vimos discutindo, não parece proveitoso desconsiderar que, em muitas passagens de *A Mulher do Garimpo*, o discurso do narrador se entrelaça com o discurso da autora do romance. Por isso, não seria inoportuno ponderar, na análise desse romance, a seguinte afirmação de Genette (apud REIS; LOPES, 1988, p.19):

Uma narrativa de ficção é ficticiamente produzida pelo seu narrador, e efetivamente pelo seu autor (real); entre eles ninguém labora e qualquer espécie de performance textual só pode ser atribuída a um ou outro, segundo o plano adotado.

Daí se pode concluir que o “plano adotado” na construção da obra literária de ficção é fundamental para que se possa definir o grau de proximidade ou distanciamento entre ambos, autor efetivo e narrador ficcional. A forma de preenchimento desse espaço no qual “ninguém labora”, depende da situação que ambos ocupam no contexto de cada narrativa em particular.

Segundo Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (1988, p. 14), “[...] o autor é a entidade materialmente responsável pelo texto narrativo, sujeito de uma atividade literária a partir da qual se configura um *universo diegético* com as suas personagens, ações, coordenadas temporais, etc”. Enquanto o narrador “é uma entidade fictícia a quem, no cenário da ficção, cabe a tarefa de enunciar o discurso, como protagonista da *comunicação narrativa*” (p.61). Assim, o narrador é criação do autor e não tem, por consequência lógica, consciência de sua existência.

Como podemos perceber na lição ensinada por teóricos de diferentes correntes da teoria da narrativa, tanto o autor quanto o narrador têm suas especificidades: o autor é um indivíduo real, empírico, ao passo que o narrador é um ser fictício, que habita um mundo de papel, da imaginação. Daí a distinção primordial entre ambos.

Mas, diante desse quadro, cabe indagar por que, em alguns textos ficcionais, como parece ser o caso do romance aqui estudado, temos tendência a atribuir as características próprias do autor ao narrador.

Talvez possamos começar a resposta argumentando ter consciência de que nenhuma obra literária é criada a partir do nada, e que a matéria social e histórica, bem como as estruturas linguísticas e ideológicas do tempo e da sociedade em que a obra foi gestada, são constitutivas do mundo imaginário construído e sustentado pela narrativa. E sendo o escritor/autor um sujeito histórico-social, ele tende a incorporar, muitas vezes sem consciência, aspectos de sua subjetividade, de sua experiência singular, ao discurso que dá forma à matéria narrativa. E por isso o leitor pode, muitas vezes, entrever na tessitura textual posturas ideológicas e culturais próprias da esfera do autor, projetadas no narrador.

No caso do romance de Macaggi, somos da opinião de que o leitor pode, sem maiores problemas, fazer projeções do autor no narrador, por conta da situação muitas vezes ambígua do narrador na história, como vimos demonstrando.

Em **A Mulher do Garimpo**, a mediação da narrativa é realizada por um narrador heterodiégético, onisciente, que, na posição de “entidade demiúrgica”, controla e manipula não apenas os eventos relatados e as personagens, mas também o tempo em que estes se movem e o cenário no qual se situam.

O narrador se enuncia na terceira pessoa e, por conseguinte, se situa fora da história, protegido pelo anonimato, de onde o leitor deduz a sua imagem, “a partir da sua implicação subjetiva no enunciado narrativo”, como ensinam Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes (1988, p. 16). E é justamente por meio da manifestação dessa subjetividade vazada pela indeterminação que o narrador de **A Mulher do Garimpo** favorece a confusão entre sua figura e a da escritora/autora do romance, Nenê Macaggi.

Tal é o caso, por exemplo, de toda a parte cinco (5) do romance, intitulada “O Amazonas ressurgirá”. Essa é a primeira, de um total de sete (7) partes, do “Livro Segundo”, cujo título é “O Norte”. Abaixo, reproduzimos, para fins de exemplificação, um fragmento dessa parte do romance:

Mas eis que invade o Amazonas uma benemérita onda de nacionalidade que, fortificando a mentalidade moça na consciência e no valor de si mesma, prepara e solidifica um futuro brilhante para o nosso Brasil.

Estamos na época da Agricultura e o fundamental, o difícil mas realizável é a organização técnica social-comercial-agrícola das propriedades rurais, ajustando o homem, já conhecedor do que plantar [...]. Para desbravá-la, civilizá-la e habitá-la, a fim de subjugar (sic) lhe a feroz e natural agressividade. [...].

[...] Sim! Um dia o Amazonas ressurgirá. (MACAGGI, 1976, p. 54 e 55).

No trecho destacado, atribuído à voz narrativa, repercute um discurso político-ideológico tipicamente desenvolvimentista e bastante conhecido e catalogado sobre a região amazônica. Fundamentado na noção de “vazio demográfico” e no conceito de “sertão”, ou seja, de lugar ermo, que precisa ser ocupado pela civilização, a voz do monólogo clama para que a Amazônia seja desbravada, civilizada e habitada, a fim de que se possa garantir o futuro brilhante da nação.

Esse discurso desenvolvimentista para a Amazônia ganhou força e importância no período ditatorial do Estado Novo, de Getúlio Vargas – aquele mesmo regime do qual, na função de agente do Estado, Nenê Macaggi foi partícipe e entusiasta – bem como no regime ditatorial militar, nos anos 1970, década em que foi lançado o romance da paranaense. Outras passagens do texto ajudam a aprofundar a análise dessa relação de superposição dos discursos do narrador e da autora de **A Mulher do Garimpo**, como o caso das que seguem:

Nesse momento ficou a conversa interrompida, por estarem chegando à Fazenda Nacional de São Marcos, criticadíssima sede do Serviço de Proteção aos Índios. (MACCAGI, 1976, p. 117).

[...] os bugres, machucados na luta, ficaram embriagados e não assistiram ao desenrolar da cena horrível, acordando já na hora do enterro, nada pôde a justiça fazer e o S.P.I conservou-se, como sempre, mudo. (MACCAGI, 1976, p. 281).

No trecho, a avaliação da ineficiência do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), cuja sede e atuação é “[...] criticadíssima [...]”, uma vez que o “[...] o S.P.I. conservou-se, como sempre mudo”, é feita pelo narrador onisciente, anônimo, do romance. Entretanto, o enunciado se apresenta como manifestação vocal que pode ser imputada, pela forma e teor, diretamente à autora da obra.

Afinal, não podemos esquecer o fato de que Nenê Macaggi foi a primeira delegada desse órgão em Roraima. Ademais, certo tom, ou mesmo travo, de despeito em relação à atuação e desempenho do SPI é outra marca que corrobora a superposição que vimos apontando como constitutiva da estrutura enunciativa do romance.

A relação se mostra de forma ainda mais clara em passagem de outro livro da mesma autora: **Dadá Gemada – Doçura – Amargura** (1980), romance dedicado ao então governador de Roraima, Ottomar de Sousa Pinto. Nesse livro, Nenê Macaggi faz uma espécie de desabafo, colocando as palavras “na boca” de uma personagem nos termos que segue:

O Roraima é muito grande, tem terra para todos, não é preciso os padre do CIMI metê o bico, açulando o índio contra o branco, caluniando o nosso Governador Ottomar que nunca perseguiu nem índio nem branco. Porque ela [a FUNAI], não segue o exemplo daquela *mulher do Sul* (grifo nosso) que foi a única do Brasil que foi realmente Chefe dos nossos índio? [...] Naquele tempo havia sossego, mas o auxílio aos índio era diminuto, havia grande deficiência de transporte e então a *Delegada* (grifo nosso), não podendo à sua custa mantê o Posto do Cotíngo, já pronto, à espera inútil de material para inauguração da Escola, desgostou-se e veio embora para Boa Vista. (MACAGGI, 1980, p. 256).

Além do caráter laudatório e do tom francamente encomiástico da passagem, que denunciam que quem a escreveu enuncia na condição de funcionário público, o trecho acima revela que “aquela mulher do Sul” deixou o Serviço de Proteção aos Índios por ter experimentado a ineficiência deste órgão público. Isso corrobora o teor da análise que vem sendo realizada.

De tudo o que foi dito, a análise de **A Mulher do Garimpo** permite concluir que o conhecimento da biografia da autora é fator de enriquecimento na medida em que pode esclarecer e dar sentido à narrativa.

Apesar disso, temos de ficar atentos, uma vez que não podemos fundir as figuras do autor e do narrador em uma única *persona*, pois, como já ressaltamos acima, tanto a figura do autor quanto a do narrador possuem suas especificidades na estrutura da narrativa.

Vítor Manuel de Aguiar e Silva (1994, p. 223) afirma:

(...) o emissor [...] presente e actuante no texto literário é uma entidade ficcional, [...] que mantém com o autor empírico e histórico relações complexas e multívocas, que podem ir do tipo marcadamente isomórfico ao tipo marcadamente heteromórfico. Em qualquer caso, porém, nunca estas relações se poderão definir como uma *relação de identidade*, nem como uma *relação de exclusão mútua* [grifos do autor]. [...] devendo antes definir-se como *uma relação de implicação*.

Para fins de análise, é perfeitamente possível estabelecer, entre a autora/escritora, Nenê Macaggi, e o narrador da obra estudada, uma “relação de implicação” muito estreita e próxima, conforme os termos de Vítor Manuel Aguiar e Silva. Entre o autor empírico e a entidade textual, podemos divisar uma relação isomórfica, de similitudes.

Assim, podemos dizer que em **A Mulher do Garimpo**, Nenê Macaggi não teve aquela habilidade de que trata Guy de Maupassant (2012): em estudo sobre o romance, o autor de

Bola de Sebo afirma que a destreza de um escritor consiste em não deixar que o leitor reconheça o seu “eu” sob todas as diferentes máscaras que ele (o escritor) usa para escondê-lo.

Mas, por outro lado, temos que, ainda assim, reconhecer que, à medida que um autor cria um narrador para veicular sua voz, por mais estreita que se mostre a distância entre este autor e o narrador por ele criado, ambos ocupam espaços diferentes dentro da estrutura da narrativa.

Mas avancemos um pouco mais na análise.

Escritora cidadina, nascida e criada no sul do Brasil, numa região bastante diferente daquela sobre a qual escreve, e escrevendo, portanto, sobre uma cultura diferente da sua, Nenê Macaggi cria um narrador que quer se fazer passar por um regional. Entretanto, de quando em vez, este deixa escapar comparações do tipo: “Essas castanhas (castanha-do-pará), que podem ser guardadas durante muito tempo sem que apodreçam, são comidas cruas, cozidas ou assadas, como o pinhão do Paraná [...]” (MACAGGI, 1976, p. 357); ou ainda, “E a (a árvore da castanha) que está no Jardim Botânico do Rio de Janeiro não é frondosa como, por exemplo, as castanheiras do Rio Branco, no Amazonas”. (p. 358).

E o que se supõe é que o narrador tem um profundo conhecimento da região, da sua geografia, da flora, da fauna, dos acontecimentos históricos, dos hábitos e costumes da sua gente. E esse conhecimento parece ter sido adquirido não só pela vivência da região, mas também por meio do saber livresco.

Mas ele, o narrador, não parece pertencer à região, pois a observa sempre de certa distância: conhece, admira e, efetivamente, gosta do lugar, mas não se identifica, por exemplo, com os da terra.

Prova disso é a constatação de uma nítida diferença manifesta entre a cultura e a fala do narrador e a cultura e fala das personagens da região. O narrador utiliza quase sempre uma linguagem culta, com pretensões literárias, e recorre mesmo ao emprego de vocábulos científicos; enquanto que a maioria das personagens — que em geral não pertencem à classe que tem acesso à cultura letrada, faz uso de uma linguagem de prosódia bastante irregular, porque cheia de variações. Ou seja, as personagens fazem uso de vocábulos próprios da fala regional.

Outra prova pode ser encontrada no fato de que os juízos do narrador denunciam que ele estranha e, por isso, não se identifica com os costumes da terra. Tal é o que se percebe no seguinte trecho:

Que costumes excêntricos tinha a cidade! Por exemplo, quando os rapazes faltavam num baile ou festa familiar, as moças dançavam com as outras. A tal “surpresa”, de péssimo gosto, invasão em casa alheia, de madrugada, sem aviso prévio, incomodando-lhe os donos e também os vizinhos. (MACAGGI, 1976, p. 113).

Através desses elementos, o narrador de certo modo confessa que aquele mundo, aqueles sujeitos, aquela forma de agir, não correspondem ao seu universo social e cultural. Daí o estranhamento que manifesta diante da matéria local, da vida amazônica e dos costumes e hábitos excêntricos de sua população, da fala, da culinária, das lendas, mas também da atividade de extração da borracha, da garimpagem, da natureza grandiosa e rica, enfim, de todos estes elementos que dão ao romance um caráter nitidamente regionalista.

E é sob esta perspectiva que passamos, no próximo capítulo, a analisar **A Mulher do Garimpo**.

CAPÍTULO III

A Mulher do Garimpo e a construção do extremo sertão norte do Amazonas

Em razão de a presente proposta de leitura e análise de **A Mulher do Garimpo**, não contemplar apenas o texto em si, mas também considerar o contexto histórico-social e cultural em que a obra foi produzida, iniciamos este capítulo fazendo considerações sobre o processo de definição de uma identidade “roraimense” enquanto componente específica do conjunto da cultura brasileira.

No ensaio intitulado “Literatura e cultura de 1900 a 1945,” Antonio Candido (2010, p.121) afirma que o romance, desde o seu início, teve o regionalismo “como uma das principais vias de autodefinição da consciência local”; o crítico acrescenta que “é difícil pôr de lado os problemas individuais e sociais que dão lastro às obras e as amarram ao mundo onde vivemos”.

O mesmo crítico afirma:

Tanto quanto a estrutura, eles [os elementos contextuais] nos dizem de perto, porque somos levados a eles pela preocupação com a nossa identidade e o nosso destino, sem contar que a inteligência da estrutura depende em grande parte de se saber como o texto *se forma* a partir do contexto, até constituir uma independência dependente. (s.d., p. 86)

Ou seja, todo texto incorpora o contexto de sua criação e, mesmo que o texto literário queira dele se eximir, sempre existe a possibilidade de o leitor promover a aproximação e o distanciamento em relação a ambos.

Isto acontece porque tanto o texto literário quanto o escritor são produtos de sua época e de sua sociedade. Como afirma Ángel Rama (in AGUIAR; VASCONCELOS, 2011, p. 80): “Não há ‘Robinsons Crusóé’ na literatura”. O escritor é um indivíduo que vive em uma dada época, pertence ou vincula-se à cultura global de certa civilização, a uma cultura nacional, à consciência de determinado grupo ou classe social, e está sujeito a ser regulado ou influenciado por esses fatores. Portanto, na sua obra, também vão aparecer essas marcas.

E assim, na qualidade de manifestação artística que se concretiza por meio da linguagem, por meio da palavra, falada ou escrita, a criação literária nunca poderá ser totalmente autônoma, fruto de um espírito único, como queria a teoria romântica do gênio. Ela sempre está e será contextualizada, histórica e socialmente.

E, como pudemos perceber no resumo que apresentamos sobre o percurso do veio regionalista na literatura brasileira, este fenômeno sempre se manifestou e esteve ligado às condições do momento histórico-social do país, mas especialmente aos momentos em que as questões nacional/local/universal ganharam maior relevância na agenda da história, da crítica e da teoria da literatura.

Por isso, para melhor compreender a feição regionalista do romance que aqui analisamos, se faz necessário contextualizar a obra.

O livro **A Mulher do Garimpo** foi publicado no então Território Federal de Roraima, na década de 1970. Neste momento, segundo Alfredo Souza (2012, p. 27), no artigo intitulado “O ritual do 7 de setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70”, seguindo-se ao Golpe Militar, o Brasil iniciava uma “política de reinvenção da nacionalidade e do civismo”.

O autor ressalta que, à época, a política de Brasília para as fronteiras do norte (entre elas a região de Roraima, que faz fronteira com a Guiana e a Venezuela) era: “Ocupar, Desenvolver e Integrar”. Souza (2012, p. 27) acrescenta que, no período em questão, “O principal discurso militar era o de preservar e reconhecer o Brasil contido nesta região”.

No artigo já citado, em que Souza (2012) discute a construção da identidade brasileira dos habitantes de Roraima através do ritual do dia 7 de setembro, são apontados dois projetos governamentais, implantados na região em diferentes períodos políticos.

O primeiro projeto sucede entre os anos de 1943, momento em que é criado o Território Federal, e 1964, quando ocorre o Golpe Militar, e tinha como objetivo inserir e assimilar os indivíduos – mesmo os que habitavam os rincões mais longínquos – ao corpo da nação.

O segundo projeto acontece no período da ditadura militar e tinha como meta “a suposta participação destes mesmos indivíduos no processo de construção da nação brasileira”. Ainda segundo o autor, a diferença entre os dois momentos é que, no primeiro, a preocupação era criar na população a sensação de pertencimento ao corpo nacional, à nação; já na segunda fase, “os roraimenses deveriam se sentir como construtores ativos da História do Brasil por meio de seus heróis e eventos promotores do primoroso destino ao sucesso” (2012, p. 36).

Conforme o discurso estratégico militar da época, Roraima era “uma região destinada ao progresso do Brasil”, e, por isso, era parte importante na construção do desenvolvimento do país.

Para Souza (2012, p.18), “na tentativa de integrar e proteger” a região, o Governo Central brasileiro utilizou o ritual do 7 de setembro como “mecanismo popular de construção da *brasilidade e roraimidade* [...]”. Conforme o estudioso, como a construção de uma história local só teve início na década de 80, quando deixou de ser território e se tornou estado da federação brasileira, Roraima careceu, de 1943 até a década de 70, de “uma memória oficial local que subsidiasse uma identidade nacional e um sentimento de brasilidade local” (2012, p. 22).

O autor acrescenta ainda que, no período posterior ao Golpe Militar, essa “memória oficial local”, em Roraima, “começava a ser construída pelos defensores dos grandes proprietários de terra, dos comerciantes e dos que ocupavam altos cargos públicos” (2012, p. 37). Ou seja, pela elite detentora do poder local.

Nosso interesse neste tópico deriva do fato de que **A Mulher do Garimpo** parece confluir para o mesmo ponto que leva a hipótese levantada por Souza sobre o ritual de 7 de setembro: a narrativa de Macaggi, de forma ficcional, comporia um detalhe relevante do quadro da construção de uma memória em Roraima à época do regime militar, implantado em 1964 no país.

Mas vejamos outros elementos desse quadro capazes de subsidiar nossa reflexão e dar sustentação à hipótese de se ter delineado a construção daquela memória local de que trata Souza, no artigo acima aludido. Buscando lançar alguma luz sobre este aspecto, é necessário fazer breve digressão a fim de apresentar dois eventos que parecem compor, juntamente com a publicação de **A Mulher do Garimpo**, um conjunto de ações que compõem uma unidade maior.

Entre os anos de 1973 e 1974, cerca de dois anos antes de o livro de Macaggi (1976) ser publicado, portanto, a administração pública do então Território Federal de Roraima instituiu e realizou dois eventos culturais emblemáticos para a compreensão do fenômeno de que estamos tratando: o primeiro foi o Concurso de Monografia sobre o Território Federal de Roraima (TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA, 1973); o segundo foi o Concurso de Música Regional de Exaltação ao Território de Roraima (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 1973), que ficou conhecido como Festival da Canção de Exaltação a Roraima.

O Concurso de Monografia sobre o Território Federal de Roraima tinha o objetivo de registrar e construir a memória coletiva local, espécie de repositório e armazenamento de informações que pudessem definir a identidade local. Conforme noticia o **Jornal Boa Vista** (COMISSÃO, julgadora classifica a melhor monografia de Roraima 15 jan. 1974), a monografia classificada em primeiro lugar estava por ser impressa em Manaus e serviria

como “fonte de informações sobre o Território de Roraima”. A notícia acrescenta ainda que a mesma era “um estudo da descrição histórica e geográfica da região”.

Vale notar que a escritora e jornalista Nenê Macaggi constava do corpo de jurados do concurso.

Antônio Ferreira de Souza (1969), professor de Geografia e vencedor do Concurso de Monografia, já havia, em 1969, elaborado um trabalho sobre a região: **Noções da Geografia e História de Roraima**, o qual, segundo nota do autor tinha como objetivo:

[...] ajudar ao magistério Territorial a sair das dificuldades com que se defronta para dar cumprimento ao programa oficial do ensino, pelo qual tem que lecionar Geografia e História da Região, diante do problema da não existência de um compêndio escolar sobre o assunto [...]. (1969, p. 7)

A carência de informações sobre a região, segundo Rufino Rodrigues Carneiro (apud SOUZA [1974?], p.3), prefeito de Boa Vista na década de 70, ensejou a realização do Concurso de Monografia, como se pode depreender no depoimento abaixo:

Em verdade o Governo do Território Federal de Roraima e demais órgãos locais vinham se ressentindo de um compêndio para fonte de consulta. Tanto que seguidamente recebemos cartas dos mais longínquos recantos do Brasil, principalmente de colegiais, pedindo informações sobre Roraima, a fim de executarem trabalhos escolares.

Daí por que tomamos a iniciativa de instituir um CONCURSO DE MONOGRAFIA sobre o Território Federal de Roraima com o fito de preencher essa lacuna.

O vencedor do trabalho, foi o nosso conhecido Prof. Antônio Ferreira de Souza, que sobrepondo-se à falta de acervo documental de fontes de pesquisa apresentou uma boa obra [...]

Como prefeito de Boa Vista e como idealizador do concurso, consideramos-nos felizes por ter contribuído para a edição deste trabalho [...] (SOUZA, [1974?], p.3)

O outro evento emblemático para compor o painel de que estamos delineando os contornos foi o concurso de música que ficou conhecido como Festival da Canção de Exaltação a Roraima. Predecessor dos festivais de música que até os dias de hoje são promovidos de forma contumaz pelo poder público no estado de Roraima, o evento tinha o objetivo de contribuir para o despertar da consciência de pertencimento local daqueles que aqui haviam nascido ou que tinham escolhido o lugar para viver.

O Festival buscava, enfim, valorizar a cultura local, para que esse pedaço mal conhecido do Brasil pudesse ser reconhecido e diferenciado de outras regiões, sobretudo do Amazonas. A rejeição ao Amazonas é natural, quando consideramos que Roraima esteve a ele integrado, na condição de município, até o ano de 1943, quando ascendeu ao *status* de Território Federal do Rio Branco.

É através do tom ufanista e bairrista das letras das músicas classificadas nesse concurso – como bem exemplificam os versos de “Roraima extremo supremo”: “Onde tudo é mais bonito / E o azul é mais anil / Roraima que é mais Brasil/ Quem busca no campo lavrado [...] / Ouvir seus rios rolando / A ave ao longe cantando / Sente o Brasil mais Brasil” (FESTIVAL da canção: 10 composições musicais selecionadas para a final. **Jornal Boa Vista**, 15 jan. 1974, p.2) que podemos depreender as bases ideológicas do discurso que busca integrar Roraima, espécie de Brasil profundo, ao Brasil geral.

Nas letras de praticamente todas as canções do Festival transparece a preocupação com a busca da diferença em relação ao restante do Brasil, ao lado da vontade de apresentar Roraima como parte representativa da nação, como podemos perceber neste trecho: “És Brasil no hemisfério norte”, que faz parte da letra da música “Roraima Faisca e Fascina”, ou quando se afirma, em “Oh! Roraima Querida”: “Porque és Brasil”). (FESTIVAL da canção: 10 composições musicais selecionadas para a final. **Jornal Boa Vista**, 15 jan. 1974, p. 2.)

Vale ressaltar que o artigo 6º da portaria que instituiu o concurso pregava que o tema das composições musicais deveria ter como objetivo principal exaltar o território de Roraima. A música ganhadora do primeiro prêmio, “Roraima Força e Amor”, se tornou espécie de hino que todos cantavam com orgulho à época do Festival.

Em julho de 1976, articulado a esses dois eventos, se segue outro, de mesmo teor, conforme informa Jáber Xaud, em coluna de sua autoria, no **Jornal Boa Vista**:

Até o fim da 1ª quinzena de Julho o roraimense terá o prazer de ler o romance A MULHER DE (sic) GARIMPO, da consagrada jornalista e escritora Nenê Macaggi. A MULHER DE (sic) GARIMPO é a estória de Roraima, que agrada a moços e velhos, principalmente aos estudantes. (XAUD, Sociedade Jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, p. 11, 03 jul. 1976)

E, conforme se pode depreender das notas publicadas na coluna do **Jornal Boa Vista**, assinadas por Xaud, o livro fez sucesso imediato entre os que aqui viviam na época:

A Mulher do Garimpo, domina todos os círculos da cidade de Boa Vista. O assunto da semana, foi a escritora Nenê Macaggi e seu livro. Para ela, grau 10 pelo lançamento. (XAUD, Jáber. Sociedade Jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, p. 13, 17 jul. 1976)

O livro A Mulher do Garimpo continua sucesso. O povo roraimense tem adquirido seus exemplares, o que o coloca na qualidade de autêntico bestseller em Roraima.

Devido ao sucesso de A Mulher do Garimpo a renomada escritora Nenê Macaggi está se animando a imprimir outro livro de contos, trágicos e sentimentais e garante que será novo sucesso. (XAUD, Jáber. Sociedade Jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, p.11, 07 ago. 1976)

Como podemos perceber, **A Mulher do Garimpo** veio somar-se aos dois eventos que antecederam a sua publicação, quais sejam, o Concurso de Monografia sobre o Território Federal de Roraima e o Festival da Canção de Exaltação a Roraima, formando, juntamente com ambos, a moldura de espécie de quadro da memória local, enquanto região específica da nação brasileira. E como pano de fundo, já vimos: o ato cívico e o herói.

Segundo avalia o colunista do **Boa Vista** (03 jul.1976), o romance de Macaggi era a história de Roraima e agradaria principalmente aos estudantes. E, ao apontar o uso e importância escolar do romance, o colunista chama a atenção, na verdade, para a finalidade edificante da obra com pretensões literárias de Nenê Macaggi.

E isso nos faz pensar que o livro **A Mulher do Garimpo**, ao trazer para a ficção a paisagem, os costumes, bem como pessoas, fatos históricos e pontos geográficos da região, tinha a intenção de contribuir para a construção da memória histórica oficial do lugar. É esta a chave de leitura proposta pelos meios de comunicação local para a primeira recepção desse romance de Macaggi.

As músicas classificadas no Festival apresentam a mesma relação ufanista com os elementos próprios da região: rios, lavrados, serras, aves, riqueza mineral do solo, e com o homem, viril e hospitaleiro, que vivia na região: o índio, o garimpeiro e o fazendeiro. E como as letras das músicas do Festival e o teor do discurso da monografia vencedora do concurso, **A Mulher do Garimpo** reifica estes mesmos elementos.

Apenas para, de maneira sucinta, ilustrar e corroborar o ponto de vista do trabalho aqui realizado, já que o objetivo não é relacionar os textos, mas o caráter mais abrangente daqueles eventos culturais promovidos pelo poder público (que ocorrem dentro de um curto espaço de tempo na década de 70, e que parecem seguir a mesma linha de raciocínio, ou seja, evocar elementos representativos da região que permitissem a construção de uma memória local), tomemos como exemplo não somente os títulos, mas também fragmentos das letras de algumas músicas classificadas no Festival da Canção de Exaltação a Roraima:

Exaltação a Roraima: Roraima, solo rico, hospitaleiro /O seu perfil mais moderno eu já vi / berço antigo do povo macuxi⁹ [...] Tu és o El-Dorado brasileiro.

Roraima Extremo Supremo: Berço de sonho florido/ Roraima, que é mais Brasil/ Do brilho da pedra ao pedreiro / Do gari ao garimpeiro

Roraima Força e Amor: Nascido aqui nesta terra / Sou garimpeiro, sou feliz

9 A letra foi transcrita na página 2 do **Jornal Boa Vista** do dia 15 de janeiro de 1974, e no lugar da palavra **macuxi**, está escrito **guarani**. Utilizamos **macuxi** no nosso trabalho porque nos pautamos na audição da face B do compacto duplo “Exaltação a Roraima”, em que se ouve “berço antigo do povo **macuxi**.” Embora seja tentador, não especularemos no nosso trabalho se houve um erro da parte do jornal, ou se, por outras razões, as palavras foram trocadas conscientemente.

Roraima Maravilhoso: Terra dos lagos, das serras /Roraima tem o rio Uailã, o Parimé e o Cotingo / Libertas terras p'ra se viver / Aqui há gado e beleza p'ra vender.

Roraima Faisca e Fascina : Tuas campinas, tuas serras, teus rios, / Acalentam ideais de riqueza / Na boiada de Lôbo d'Almada / Rebanho pastando em manada”. (Jornal **Boa Vista**, p. 2 e 3, 15 jan. 1974).

Eis agora, para fins de comparação, alguns trechos do romance de Macaggi:

Oh, doce e extraordinário Rio Branco! Quarenta e oito mil qm (sic) de lavrados [...] Maravilhas nos ventres do Cotingo, Quinô, Suapi, [...] rios piscosos, rios desertos [...] rasos ou encachoeirados, arrastando o homem para as suas riquezas! Lagos incontáveis, taças esmeraldinas onde o gado languidamente se dessedenta. [...] Tudo a Natureza rio-branquense oferece dadivosamente! E os recursos minerais, então? Ouro e diamante no Cotingo, Maú, [...] Tepequém; (MACAGGI, 1976, p. 119)

Mesmo num cotejo superficial da narrativa de Macaggi com as letras das músicas classificadas naquele festival, já se percebe que há um diálogo entre elas.

E como afirma Amarílis Tupiassú (2005), quando trata dos primórdios da literatura produzida sobre/na região amazônica no ensaio “Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora”: “O certo é que atravessa a Amazônia um texto literário voltado para os seres e as coisas da região [...],” acrescentando ainda que, esse acervo nasceria “sob a cunha da notação referencial, regional, histórica [...]”.

E é dessa perspectiva que abordaremos, na seção seguinte deste trabalho, **A Mulher do Garimpo**, compreendendo-o como o primeiro do gênero em Roraima e, por suas peculiaridades, filiado ao veio da literatura regionalista brasileira.

3.1 – A incorporação do espaço regional no enredo de A Mulher do Garimpo

Tal qual o Concurso de Monografia sobre o Território Federal de Roraima e o Festival da Canção de Exaltação a Roraima, outro evento emblemático para a memória oficial do lugar foi a inauguração do Monumento ao Garimpeiro:

O monumento foi inaugurado no final da década de 1960 pelo governador Hélio Campos em homenagem à figura importante na história de Roraima: o garimpeiro. Do início ao final do século passado, a atividade garimpeira era legalizada na região, por isso a extração de minérios foi intensa, o que contribuiu para o aumento populacional de Roraima. (JUNIOR, Amilcar. Funai propõe que monumento ao garimpeiro seja demolido em RR. **Folha de Boa Vista**, Boa vista, 10 dez.2014.)

E é, entre outras coisas, da vida do garimpeiro (cujo monumento, segundo a reportagem acima, representa uma homenagem aos trabalhadores que, no início do século XX, vieram para Roraima em busca de metais preciosos, contribuindo assim para o desenvolvimento do lugar) que Nenê Macaggi trata no seu romance. Ademais, o título do livro não deixa qualquer dúvida sobre a questão.

Interessante notar que, devido a um movimento típico de nossa época, a escritora é incensada pela “inteligência” e pela opinião pública de Roraima, por sua atuação como delegada do SPI. Em geral, é apontada como defensora dos indígenas, como bem demonstram os versos da cordelista Zanny Adairalba.

Em 2012, esta cultuadora das formas populares publicou uma série de 16 cordéis. Dentre eles, chama a atenção “Nenê Macaggi - Uma história para ser lembrada”, do qual citamos a seguir duas sextilhas:

Chegou do Rio de Janeiro
A mando da Presidência
E o próprio Getúlio Vargas
Foi quem lhe deu a incumbência:
Registrar o Estado novo¹⁰
No véu de sua inteligência.

[...]

10 A palavra “novo” está escrita com letra minúscula, não sabemos se “por uma licença poética” ou erro de revisão, até porque, à época do governo de Getúlio Vargas, Roraima ainda não era um estado da federação.

Tudo o que era do Norte
 Lhe falava ao coração
 E então resolveu ficar
 Tomada pela emoção
 Fazendo da causa indígena
 A sua luta e brasão. (ADAIRALBA, 2012, p. 1 e 2)

Os versos da cordelista acima reproduzidos repetem o senso comum e erigem uma imagem pública da escritora como defensora dos índios, tidos como fracos e oprimidos. E, assim, eles permitem considerarmos quão necessário é fazer uma leitura mais atenta e justa do romance de Nenê Macaggi, que, de fato, adere de forma espontânea ao discurso dominante de então, defendendo antes a causa dos garimpeiros que a dos indígenas apropriados.

Tal é o que se vê no seu último livro, **Nará-Sué Uarená**¹¹ (2012), em que o narrador sai em defesa dos garimpeiros:

Índio não morre de fome, morre de doença como o napê branco ou em suas próprias guerras. [...]
 E fome se passa agora no mundo inteiro [...]
 Agora, quase no começo de mais um século, é o garimpeiro sem emprego e sem alimento, intemorato desbravador da selva, que leva a culpa das agruras e desmandos do Norte brasileiro.
 O garimpeiro valente que percorre a mata desconhecida, atacado e muitas vezes morto por índios, onça ou cobra [...]
 O digno garimpeiro, quase sempre descendente dos bravos ‘soldados da borracha’ e ‘voluntários da morte’, os dignos nordestinos que chegaram aboletados nas ‘gaiolas’ e ‘vaticanos’ dos SNAPP, para tentar a sorte, engrandecendo e amando o enorme Estado verde e amarelo tão lindo e tão acolhedor. (MACAGGI, 2012, p. 20-21)

A Mulher do Garimpo apresenta contradições no tratamento da figura do indígena. Às vezes, se percebem críticas ao “homem branco” pelo tratamento dado por este aos indígenas. Assim acontece, por exemplo, no momento em que Parente Alberto assume a palavra:

Aqui é que não se dá valor aos índios. Homem querem pra vaqueiro, comboeiro ou garimpeiro, porque não sabe fazê conta e enganam ele. Curumim ou cunhantã, é pra sê criado ou criada de tudo, cozinheiro, ama das crianças aos seis anos, carregadô de saco de material, tangedor de gado [...]
 Assim o curumim cresce, sem carinho, como coisa e não como gente humana, irmã que é, pela raça, dos branco. (MACAGGI, 1976, p.143)

Outras vezes, o narrador corrobora o vasto elenco de argumentos que constroem e sustentam a imagem negativa do indígena (sujos, comparados a porcos, que vivem para comer, dormir, embriagar-se e carregar sacos) e que acirra, portanto, o preconceito contra essa parcela da população local, como podemos notar na passagem que segue:

¹¹ Nará-Sue-Uarená é uma obra póstuma.

Que caboclada horrível e suja! Quantas tatuagens no rosto! Umas faziam beiju, outras mexiam num tacho grande uma farinha fina cor-de-ouro. (MACAGGI, 1976, p. 144)

Fora amanhecia e os galos cantavam. E dentro do tapiri os dois caboclos continuavam a rressonar como porcos. (MACAGGI, 1976, p. 256)

Encontrou José Otávio ainda de cama e mais pálido do que na véspera. Deu-lhe grande pena vê-lo tão sozinho, pois Joaquim e Contarto eram dois palermas que nada faziam espontaneamente, simples animais que viviam para comer, dormir, embriagar-se e carregar sacos de material. (MACAGGI, 1976, p. 260).

Mas, como o título do romance já indica, é a figura do garimpeiro, e não a do indígena, que é utilizada como representação (assim como o Monumento do Garimpeiro) do herói da região. Na narrativa de Macaggi, o foco é o garimpeiro que migrou para Roraima em busca de ouro e de diamante, e que “ajudou” a povoar e desenvolver o lugar.

E talvez venha daí o motivo de o indígena ser visto como animal que só serve para comer, dormir, beber e fazer o trabalho de guia e carregador. Se no Amazonas o herói das narrativas era representado pelo seringueiro, como é o caso do romance **A Selva** (s.d.), de Ferreira de Castro, em Roraima, a figura do desbravador seria preenchida pela do garimpeiro.

Todavia, não é essa a questão central da nossa discussão. E por isso não a desenvolveremos. Passemos, então, à leitura do romance de Macaggi para verificar o modo como, nele, a região se dá a conhecer.

3.2 – Uma leitura de **A Mulher do Garimpo**

O trecho de **A Mulher do Garimpo** focaliza, como vimos, a Amazônia, num período situado entre as décadas de 20 e 40 do século XX. E esse é um período importante para Roraima¹², pois, segundo Nilson Cortez Crocia de Barros (1995, p. 56), foi por volta de 1920, com a o declínio da coleta da borracha, que esta se tornou uma região para onde:

Pessoas desmobilizadas da coleta da borracha, gente sem alternativas de ganho, foram atraídas pela possibilidade de mineração do ouro e diamantes

12 A região hoje conhecida por Roraima foi, inicialmente, um povoado do estado do Amazonas (Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco). Depois assumiu a categoria de vila [Vila de Boa Vista do Rio Branco] e, em seguida, de município [Município de Boa Vista do Rio Branco]. (SOUZA, [1974?], p. 25 e 26).

O município de Boa Vista do Rio Branco foi desmembrado do Amazonas em 1943, passando a ser designado como Território Federal do Rio Branco, mas o governo desse novo Território só foi instalado em 1944. Em 1962 o nome do Território foi modificado para Território Federal de Roraima e, em 1988, deixou a condição de Território para se tornar estado de Roraima. (MAGALHÃES, 1997, p. 85 e 86)

nas áreas montanas das fronteiras entre o Brasil (Roraima) e a Venezuela, e nas fronteiras entre Roraima e a Guayana.

Ainda segundo Cortez Crocia de Barros (1995), datam de 1917 as primeiras notícias e, conseqüentemente, os primeiros surtos de garimpagem de ouro e de diamantes em Roraima. Mas é somente a partir de 1930, particularmente do ano de 1936, que a mineração se expande e os comerciantes e investidores começam a chegar em maior número à região para explorar a atividade.

Nesse momento, a pecuária, que antes assumia a preponderância como fator econômico da região, cede espaço para a mineração. O resultado é que os fazendeiros passaram a investir de forma mais maciça na exploração do diamante e do ouro, o que contribuiu para o declínio da pecuária no período.

Cortez Crocia de Barros (1995) afirma que, em 1943, ano em que o atual estado de Roraima, por desmembrado do estado do Amazonas, passa a ser Território Federal, a produção de ouro e diamantes representou cerca de 59,6% do valor total de sua produção, ao passo que a pecuária contribuiu com apenas 26,8% da produção total. É essa a situação histórico-social da região que hoje chamamos de Roraima, e na qual ganham vida as personagens do livro de Nenê Macaggi.

Para contar a saga garimpeira em Roraima, a primeira edição de **A Mulher do Garimpo** se distende ao longo de 417 páginas. A narrativa é organizada segundo um *roteiro* que elenca os títulos de dezoito *livros*, os quais são divididos em *partes* que, devidamente numeradas e intituladas, sumarizam o assunto tratado em cada *livro*:

ROTEIRO

LIVRO PRIMEIRO

O SUL

- 1- Maria-Só e sua dor profunda
- 2- O Pombal
- 3- Nasce Ádria — Morre Maria-Só
- 4- Infância e Adolescência de Ádria

LIVRO SEGUNDO

O NORTE

- 5- O Amazonas ressurgirá.
- 6- Subindo o Colosso Pardo
- 7- Os Irmãos Pizarro
- 8- Orellana e as Amazonas
- 9- Icamiabas ou Teco-Imás
- 10- A viagem continua
- 11- Manaus, verde, verdinha em folha

TERCEIRO LIVRO

OS GRANDES RIOS

- 12- O Negro
- 13- O Branco

LIVRO QUARTO

BOA VISTA DO RIO BRANCO

- 14- Boa Vista do Rio Branco
- 15- Rumo à Venezuela
- 16- Doce e extraordinário Vale do Rio Branco
- 17- Santa Elena de Uairén
- 18- O alto-Cotingo

LIVRO QUINTO

O ÍNDIO

- 19- O índio

LIVRO SEXTO

O GARIMPO

- 20- O Garimpo
- 21- O Caxiri
- 22- Tingujada e Caçada
- 23- Matou-se por amor
- 24- O louco
- 25- A tragédia
- 26- A partida

LIVRO SÉTIMO

O TEPEQUÉM

- 27- O Tepequém
- 28- América do Norte ou Mentira Fresca
- 29- Pedro Rocha
- 30- A longa narração de Pedro Rocha
- 31- Ceará — 1913
- 32- Pedro soldado
- 33- Pedro garção

LIVRO OITAVO

A BORRACHA

- 34- A borracha — O primeiro seringal: Vitória
- 35- As colocações
- 36- As estradas
- 37- Sangrando... cortando
- 38- Defumando
- 39- Os dois Santos
- 40- O seringal Porangaba
- 41- O seringal Paumaripe

LIVRO NONO

O REI-GIGANTE

CAUCHO

- 42- O rei-gigante: caucho
- 43- Sangria... cernabi... sapata
- 44- Derrubando... anelando
- 45- Acidente no Veneza
- 46- O último seringal

LIVRO DÉCIMO

A REVOLUÇÃO DE 24

- 47- A Revolução de 24

LIVRO DÉCIMO PRIMEIRO

1927

- 48- 1927

LIVRO DÉCIMO SEGUNDO

A RAINHA DA SELVA: CASTANHA

- 49- A rainha da selva: castanha

LIVRO DÉCIMO TERCEIRO

A VACA LEITEIRA: BALATA

- 50- A VACA LEITEIRA: BALATA
- 51- Cortando... subindo... desembutando: vida dura

- 52- Balata em bloco
 53- Balata em lâmina
 54- Últimas explorações
 LIVRO DÉCIMO QUARTO
 CRIME NA SERRA VERDE: ÉBNER PINHEIRO
 55- Crime na Serra Verde: Ébner Pinheiro
 LIVRO DÉCIMO QUINTO
 ESTRANHO AMOR
 56- Estranho amor
 LIVRO DÉCIMO SEXTO
 MENTIRA FRESCA: SOVA BEM DADA
 57- Mentira Fresca: sova bem dada
 LIVRO DÉCIMO SÉTIMO
 TUDO SE ACLARA
 58- Tudo se aclara
 LIVRO DÉCIMO OITAVO
 MISSÃO CUMPRIDA: ATÉ BREVE TEPEQUÉM!
 59- Missão cumprida: Até breve, Tepequém!

Didaticamente organizado, esse roteiro já informa ao leitor que o enredo é ambientado em mais de um espaço.

A Mulher do Garimpo narra a trajetória de vida da protagonista da história, José Otávio, jovem que sai do Rio de Janeiro para tentar a sorte no Amazonas, e que acaba se tornando garimpeiro em Roraima.

A primeira parte do romance é ambientada no Rio de Janeiro, lugar onde José Otávio nasce, passa a infância e a adolescência. Esse é também o lugar onde a personagem sofre uma transformação visual, nominal e identitária:

Aos sete anos estava no Grupo escolar do Largo do Machado. Inteligente e estudiosa, andava sempre vestida de homem e chamavam-na de José Otávio.[...] Depressa ela se acostumou com os trajos e aos poucos foi adquirindo hábitos do sexo oposto. (MACAGGI, 1976, p.34).

Na verdade, José Otávio nasce mulher, recebendo o nome de Ádria; mas, ainda criança, a menina passa a ser travestida de homem por seu padrinho, Jão-Jão-Bico-de-Lacre, que cuida da afilhada quando ela perde seus parentes e fica sozinha no mundo.

Nesta parte da narrativa é descrito o ambiente miserável onde José Otávio nasce e é criado: o cortiço Pombal, local em que mora toda sorte de tipos da sociedade – ladrões, homicidas, mendigos profissionais, crianças cujos pais as obrigam a mendigar pelas ruas, pederastas, meretrizes, macumbeiros, lavadeiras... Não faltam neste passo da narrativa todos os tipos da ralé, da arraia miúda, que já tinham sido representados por Aloísio Azevedo no romance **O Cortiço** (1987).

E, juntamente com a explicação do motivo que levou o padrinho a privar a menina de sua identidade feminina – que era salvaguardar a integridade física da garota da maldade

humana, são narradas outras privações sofridas pela personagem: a orfandade ao nascer, as mortes da avó, do seu melhor amigo e da vizinha que a ampara quando João-Jão-Bico-de-Lacre comete suicídio.

Aos doze anos, apesar de todas as adversidades enfrentadas, e tendo que trabalhar como vendedor de jornais para sobreviver, José Otávio conclui o ensino primário, pois é inteligente e adora ler; além disso, conta com a ajuda de um espanhol, Don Carlos Urquiza, homem bom, comprador de seus jornais, o qual, duas vezes por semana, ensina ao menino o idioma espanhol, além de História Universal e de História Natural.

Mas, embora preparado para cursar o ensino ginásial, a falta de dinheiro o impede: “Já então José Otávio tinha doze anos. Don Carlos, que se ausentara, preparara-o para entrar no ginásio. Mas como fazer a admissão? Como estudar? Com que dinheiro?” (MACAGGI, 1976, p.42).

E entre inúmeras perdas e frustrações, o leitor vai encontrar José Otávio aos dezessete anos, bonito, forte e, ao mesmo tempo, delicado, sendo assediado pelo amante de uma moradora do cortiço, o qual soubera que José Otávio nascera mulher. Essa situação faz com que o jovem desafortunado abandone o cortiço, lugar onde já não se sente mais completamente seguro e aceito: “Sem nunca conseguir ver quem era, jogavam-lhe pedras, lixo e água. Por isso deixou, cheio de mágoa, o grande casarão onde nascera e crescera.” (MACAGGI, 1976, p.45).

E, finalmente, o leitor acompanha José Otávio, já entrando na fase adulta, deixando o Rio de Janeiro para ganhar a vida em outros lugares do país, como Curitiba e São Paulo. Mas, sem conseguir se sentir verdadeiramente à vontade nesses lugares – seja por não gostar do tipo de trabalho que conseguia arranjar, por ganhar pouco ou por ter que fugir das mulheres que o assediavam, ele retorna ao Rio de Janeiro e vai rever o cortiço onde nascera e passara parte de sua infância.

O cortiço representava até então o seu ponto de referência no mundo. É lá que José Otávio vai buscar suas lembranças, seus afetos, suas descobertas, suas alegrias e tristezas passadas, enfim, sua origem e identidade.

Mas, ao retornar, ele já não encontra mais aquele universo da sua infância. O cortiço mudara para pior e os antigos moradores já haviam morrido ou não viviam mais ali. A visão da decadência do cortiço e o desejo de deixar o Rio de Janeiro, “lugar onde só conhecera desventura e incompreensão” (MACAGGI 1976, p. 47), juntamente com a informação acerca da boa sorte que os sulistas tinham no Amazonas, levam José Otávio a se aventurar pelo “Norte Desconhecido... O Norte lendário e extraordinário” (MACAGGI, 1976, p. 47).

“O Norte”, título do segundo livro do romance, marca a mudança de rumo na vida da personagem José Otávio. Esta mudança de espaço também nos conduz para a segunda parte da divisão que fizemos para nossa leitura de **A Mulher do Garimpo**.

A bordo de um navio da Costeira, José Otávio segue do Rio de Janeiro para Manaus. E é a partir dessa viagem que os discursos que representam o Amazonas como “celeiro do mundo”, “vazio demográfico” e “terra da promessa” passam a figurar amiúde na narrativa.

E neste ponto nos deteremos para fazer observações que julgamos importantes para a questão do regionalismo no romance.

A parte cinco (5) do romance, intitulada “O Amazonas ressurgirá” (MACAGGI, 1976, p.51), que abre o segundo *livro*, apresenta um discurso que incorpora os temas e as figuras do discurso “O destino brasileiro do Amazonas” (VARGAS, s.d.), pronunciado por Getúlio Vargas, em 1944, na cidade de Manaus.

Veremos mais adiante que, dentre os primeiros aspectos da região ressaltados pela voz autoral em “O Amazonas ressurgirá”, estão aqueles que dizem respeito às suas possibilidades de desenvolvimento. Esta voz faz um inventário da riqueza da região, avalia suas possibilidades econômicas, explica os motivos de seu subdesenvolvimento e termina prevendo um futuro brilhante para tão rica região: uma “menina-moça”, que deve ser desbravada, civilizada, habitada e ter sua natureza subjugada pelo homem. E isso será feito para o bem da “Raça, da Nação e do Povo Brasileiros!” (MACAGGI 1976, p. 55).

Em um tom eloquente, que lembra um discurso político, essa voz vai explicar e defender sua ideia e conceito de Amazônia, como podemos verificar nos excertos abaixo:

[...] tudo no Colosso é desmedido, só o Homem é pequeno, demograficamente comparando.

[...] ajustando o homem já conhecedor do que plantar, à terra, para sanear-la, debelando as epidemias e endemias e fazendo arrefecer o maldito impaludismo [...]

[...] Plantar, semear, sangrar as leiras e lançar nelas o feijão, o milho, o arroz a batata, a mandioca, a macaxeira, o tabaco, a fruta. E então essas plantações abundantes, espalhadas pelo solo do dadivoso Estado, serão o mais nobre atestado de conservação moral e física de seu povo!

[...] Jorre-se sobre a nova mentalidade da promissora Planície a utilidade da exploração conscienciosa [...] (MACAGGI, 1976, p. 53 - 55).

E, só pelo título escolhido, já se percebe que a representação da região nesse discurso guarda uma estreita relação com o discurso ideológico idealizado pelo Estado Novo para essa parte do Brasil. Ver o ressurgimento do Amazonas no cenário econômico nacional foi a expectativa deixada aos habitantes da região pelo pronunciamento do discurso “O destino

brasileiro do Amazonas” (VARGAS, s.d.), proferido por Getúlio Vargas, em Manaus, no ano de 1944.

No discurso, Vargas deixou claro que sua ida até Manaus tinha como objetivo ver e observar de perto as condições do plano de reerguimento do Amazonas. Constavam desse plano diretrizes como: civilizar e povoar a região, criar núcleos de cultura agrária, fixar o homem na terra, explorar racionalmente a agricultura, a indústria extrativista e transformar a força cega das grandes torrentes equatoriais em energia disciplinada. E isto tudo seria consolidado através do empolgante movimento de reconstrução nacional.

Pincemos trechos do discurso para acompanhar seu pensamento:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento da Amazônia [...]

Da colonização esparsa, ao sabor dos interesses eventuais [...] devemos passar à concentração e fixação do potencial humano. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoados ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra, desbravada, saneada e loteada, se fixe [...]

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra da promessa na vida do Brasil de amanhã. O vosso ingresso definitivo no corpo econômico da nação, como fator de prosperidade e de energia criadora.

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. (VARGAS, s.d.).

Como se pode notar, comparados, o discurso contido em **A Mulher do Garimpo**, sob o título “O Amazonas ressurgirá”, e o discurso “O destino brasileiro do Amazonas” (VARGAS, s.d.), de Getúlio Vargas, guardam estreitas relações. E, segundo Fiorin (2007), quando os discursos repetem os mesmos percursos temáticos/e ou figurativos, mantendo uma relação contratual, o que ocorre é um processo de interdiscursividade. E esta é uma forma de absorver o discurso do outro no seu próprio enunciado.

Para a voz que enuncia o discurso em “O Amazonas ressurgirá”, que figura no romance **A Mulher do Garimpo**, o Amazonas seria um pobre milionário. Rico pela sua fauna, flora, minerais e abundância de terra e água, a região não se desenvolvera, até aquele momento, devido ao seu reduzido coeficiente populacional. Capaz de ser o celeiro do mundo, alimentar todas as populações da Terra, o Amazonas sofria apenas por ainda não ter conjugado direito o “braço” com o capital.

Mas, ainda segundo tal voz, uma onda benemérita de nacionalidade estava invadindo o Amazonas, trazendo a exploração consciente, a técnica dos produtos nativos, o tratamento técnico e racional da pecuária e da agricultura, pois lavrar a terra significava engrandecer a pátria.

E essa onda de nacionalidade, como vimos demonstrando, estava sendo planejada e conduzida pelo regime do Estado Novo; ela transformaria o mestiço amazonense em vetor e valor econômico-produtivo do desenvolvimento nacional e mostraria o “ressurgimento da terra mais nova do mundo.” (MACAGGI, 1976, p. 55).

Assim, podemos concluir que a concepção de “Amazônia” no romance de Macaggi evoca e corrobora o mesmo tipo de representação que o regime político implantado no Brasil por Vargas idealizou para esta região. E, considerando tudo o que atrás foi dito, podemos defender que o romance faz coro, em chave ficcional, ao discurso de Getúlio Vargas.

Mas, por outro lado, ela também não deixa de se alicerçar nos princípios da propaganda que o regime militar difundiu no país na década de 70¹³. para atrair migrantes não só do nordeste, mas também do centro-sul do Brasil, para a região, como bem esclarece este trecho do terceiro volume do livro **Geografia do Brasil** publicado pelo IBGE (1989):

Cabe aqui acrescentar que o processo de modernização da agricultura brasileira, que se intensifica nos anos 70, conduz à liberação, especialmente no Centro-sul do país, de ‘considerável massa de população rural que, expropriada e sem acesso à terra, entre migrar para a periferia das cidades e se assalariar precariamente nas grandes fazendas, opta por se deslocar rumo a novos territórios.’ [...] A fronteira Amazônica passa a representar, cada vez mais, a meta de movimentos migratórios. [...] A partir de 1970, as políticas do Governo para a Amazônia visam a ocupar o espaço, incentivando a migração e valorizar o mesmo através de empresas e grupos econômicos (1989, p.86).

Esta política de incentivo à migração do regime militar decorrente do golpe de 1964, que pintava a Amazônia como um grande polo de desenvolvimento agrícola, não deixa de ser continuidade do discurso de Vargas, no sentido de que ambos os sistemas políticos viam a região como um “vazio demográfico” que precisava ser colonizado e integrado à Nação.

Assim, talvez melhor do que qualquer outro artefato produzido pela cultura roraimense, **A Mulher do Garimpo** encarna e sumariza, por via da ficção, os discursos oficiais dos governos brasileiros para a região, num período que vai do final da década de 20 e início da década de 40, mas também no contexto em que a obra foi publicada, na década de 70.

Interessante notar também a este respeito que, diferentemente do que aconteceu no restante do Brasil (que entre o final da ditadura de Vargas, em meados da década de 40, até o golpe militar de 1964, passou por um curto e turbulento período de democratização), em

13 É oportuno lembrar que o romance **A Mulher do Garimpo** foi publicado no ano de 1976, em plena vigência do regime militar no Brasil.

decorrência de ostentar a condição de território federal, Roraima não vivenciou esta breve guinada da história brasileira. Em Roraima houve, antes, uma espécie de contínuo da história.

Nos últimos parágrafos de “O Amazonas ressurgirá” (MACAGGI, 1976, p.55), se percebe bem a junção dessas duas representações e, porque não dizer, a nota de admiração que o enunciador do discurso parece sentir pelos dois regimes ao servir-se de duas palavras, ambas iniciadas com letra maiúscula: “Vitória” e “Milagre”.

Senão vejamos: em “[...] brado triunfal de Vitória Definitiva” (MACAGGI, 1976, p. 55), a palavra “vitória” lembra a era Vargas e o cartaz propagandístico que o suíço Jean-Pierre Chabloz (apud MORAES, 2010, p.25) criou para a “Campanha da Borracha”, promovida pelo SEMTA (Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia), no qual se lê “Mais borracha! Para a Vitória”; já a palavra “milagre”, em “O Brasil espera pacientemente esse Milagre! Ele não tardará...,” encontrada no período que encerra “O Amazonas ressurgirá” (MACAGGI, 1976, p. 55), parece fazer alusão ao chamado “Milagre econômico” do governo militar e ao projeto de construção da Transamazônica e de colonização agrária da Amazônia.

Dito isso, o elemento regional em **A Mulher do Garimpo** começa com a descrição e ênfase daquilo que o narrador acredita que a Amazônia possui e pode oferecer em abundância: a terra farta, fértil e pronta para ser economicamente explorada por aquele que vier de fora.

Daí arrolar tudo aquilo que a região pode oferecer, nomear suas frutas e destacar o quanto são grandes, colocar em relevo o quanto a terra é humosa e extensa:

[...] E como é incrivelmente desequilibrado em tudo! Na terra que exuberantemente humosa, extravasando seiva, alia-se ao sol para dar extraordinário vigor às plantas [...] Na extensão incomum de seus lavrados e tesos rio-branquenses. [...] No tamanho de seus frutos – graviola, cupuaçu, ouriço de castanha, ingá-gigante (MACAGGI, 1976, p. 51).

Informar sobre os seus rios e sua extrema piscosidade:

[...] Eis que entrava em fúria a água do gigante, avolumando-se, recebendo em cheio afluentes negros, castanhos e verdes. [...] E novamente entravam em cena os lagos expertos, ocultando sob seus bulbos e folhas uma nova população – o maternal pirarucu, o listrado tucunaré, o jaraqui, o gorducho matrichão, o surubim, o mandi, o tucuxi e a piaba (MACAGGI, 1976, p. 62).

E comunicar sobre a riqueza inexplorada do seu solo: “[...] Na riqueza inexplorada de seus minerais, principalmente na bacia do Rio Branco.” (MACAGGI, 1976, p. 52).

O discurso realizado em **A Mulher do Garimpo** faz propaganda da região para aqueles que não a conhecem – usando dos mesmos argumentos que desde a era Vargas até a ditadura militar proliferaram.

Os excertos acima também nos trazem à memória descrições da região feitas pelos primeiros cronistas viajantes da Amazônia. Tal é o caso da seguinte passagem de o “Novo descobrimento do grande rio das Amazonas”, de Cristóbal de Acunã, (in CARVALHO, 2005) que mostra a potencialidade da região por conta da sua opulenta fertilidade e riqueza e indica que, a bem da verdade, o discurso da Amazônia como “terra da promessa”, confirmado e atualizado pelo romance de Macaggi, foi constituído há um bom tempo:

As províncias vizinhas ao rio das Amazonas não necessitam de bens raros, porque há abundância de peixes e pássaros em seus ares, de frutos em suas árvores, de colheita em seus campos, de minas em seu solo (ACUNÃ, in CARVALHO, 2005, p.71).

Nesta mesma linha de representação da Amazônia está o livro **Terra Imatura** ([1924] 2008), do cearense Alfredo Ladislau.

E **A Mulher do Garimpo** também realiza uma interdiscursividade com tal texto. Inúmeros trechos do livro de Ladislau ([1924] 2008) poderiam ser pinçados e colocados em cotejo com o discurso enunciado no livro de Macaggi. Entre eles, trechos dos ensaios como “Os Mongos – Malaios e Sertanejos” ou “A Gênese das Amazonas.”.

Mas, para mostrar como as vozes sociais representadas pelas personagens Arianda e Aiúna, que figuram no primeiro capítulo do livro de Ladislau (capítulo esse que carrega o título do livro), são absorvidas pelo discurso inscrito na parte cinco (5) do romance de Macaggi (1976), intitulada “**O Amazonas ressurgirá,**” escolhemos os seguintes excertos de **Terra Imatura** ([1924] 2008)

[...] Propícia a todas as culturas e capaz de alimentar continentes inteiros, a Amazônia é, certamente, a única região do mundo onde os povos empreendedores poderiam melhormente estabelecer a mais proveitosa conjugação do braço com o capital. (LADISLAU, 2008, p.30)

Não há propriamente ninguém responsável pelo atraso da Amazônia [...] A falta da opulenta prosperidade que visionas neste imenso território [...] resulta, precipuamente, desse estonteante desequilíbrio entre o coeficiente do nosso povo e o próprio mundo amazônico (LADISLAU, 2008, p.31)

[...] os elementos indígenas, refratários, por índole, a qualquer sugestão civilizatória recusaram-se, desde logo, a aceitar o nosso convívio (LADISLAU, 2008, p.33)

[...] Salvar-nos-íamos com os nossos próprios recursos e a nossa própria gente se assim o desejássemos com vontade firme e orientação segura. Para cultivar o Extremo Norte bastava, aliada ao seu elemento nativo, essa têmpera do sertanejo (LADISLAU, 2008, p.35)

Por seu turno, no romance de Macaggi (1976) nos deparamos com o seguinte eco:

Propícia a todas as culturas e capaz de alimentar todas as populações da Terra, é o Amazonas a única região do globo que ainda não pôde conjugar

direito o braço com o capital. Isso porque tudo no Colosso é desmedido, só o homem é pequeno, demograficamente comparando. (MACAGGI, 1976, p.53)
 - Terra atrasada – dirá. [...] Atrasada, sim, porém sem que ninguém seja responsável por esse retardamento, que nada mais é do que a resultante do coeficiente de uma população reduzida. (1976, p.52)
 [...] eles, [os indígenas], rebeldes por temperamento e refratários a qualquer insinuação dos brancos, recusaram avaramente o capital de seu braço em troca da amizade oferecida. (MACAGGI, 1976, p.53)
 E assim, em sereno equilíbrio, será o mestiço amazonense transformado em valor econômico-produtivo do desenvolvimento nacional (MACAGGI, 1976, p.54)
 Porque o Amazonas, ele só, basta para criar em seu âmago a raça vigorosa que já está em gestação, o homem reabilitado (MACAGGI, 1976, p. 55).

Nesse momento, ao tratar do mestiço, o romance de Macaggi também vai retomar um discurso regionalista, do qual nos fala Renato Ortiz (2012), quando discute a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) na década de 60:

Os elementos branco, negro e índio apontam [...] para uma dimensão que desde a obra de Gilberto Freire vinha sendo colocada como pluralidade étnica, cultural e física. Brasil: pluralidade de culturas, diversidades de regiões [...] A região é uma das partes desta diversidade que define a unidade nacional. O elemento da mestiçagem contém justamente os traços que naturalmente definem a identidade brasileira: unidade na diversidade. Esta fórmula ideológica condensa duas dimensões: variedade das culturas e a unidade do nacional. Dentro dessa perspectiva o documento de Política Nacional de Cultura poderá definir a cultura brasileira como produto da aculturação de diversas origens. Ela ‘decorre do sincretismo de diferentes manifestações que hoje podemos identificar como características brasileiras, traduzindo-se num sentido que, embora nacional, tem peculiaridades regionais’ (ORTIZ, 2012, p. 92 e 93).

E, segundo a voz daquele que enuncia o discurso no livro de Macaggi, é o mestiço e não o indígena quem representa a Amazônia.

É o branco, descendente das levas de nordestinos que vieram para a Amazônia, um homem forte e resignado, atributos que recebeu “pela hereditariedade do sofrimento e da emigração forçada [...]” (MACAGGI, 1976, p. 53), e que hoje vive “quase exclusivamente da selva e do rio, que lhe dão casa, luz e comida.” (p. 54). É este homem que, “reabilitado” pela educação e pela técnica, mostrará ao Brasil não somente o seu valor produtivo, mas também o da região.

Quanto aos indígenas, se um dia já foram problema para a colonização e desenvolvimento da região – “[...] rebeldes por temperamento e refratários a qualquer insinuação dos brancos, recusaram avaramente o capital de seu braço.”, hoje não são mais, pois, “à exceção de algumas tribos”, deixaram de ser bravios, e “a maior parte já se mostra concorde com a chamada Civilização Branca.” (MACAGGI, 1976, p. 53). Esses, os indígenas, não serão obstáculo para a ocupação da Amazônia.

O escritor amazonense Milton Hatoum (2009), ao comentar o ensaio “À margem da história”, de Euclides da Cunha, afirma que “O homem a que se refere Euclides é o forasteiro, não o nativo.” Ainda segundo Hatoum, “Na visão do escritor [Euclides da Cunha], as sociedades nativas – índios e caboclos – são inaptas para desempenhar papel relevante no processo civilizador da Amazônia”.

Dessa perspectiva, se percebe que o discurso que se constrói em torno do indígena e do mestiço em **A Mulher do Garimpo** confirma e atualiza um discurso, que, de há muito, até os dias de hoje, circula na nossa sociedade: Amazônia, terra prometida para aqueles que vierem de fora.

Mas, n’**A Mulher do Garimpo**, a região também é (re)conhecida pelo seu imaginário lendário. Além disso, ela tem uma história e contornos físicos. No início da segunda parte do romance, a narrativa é suspensa por longos períodos que chamam a atenção do leitor para a abundância de terras e de suas riquezas, que ainda estão por ser exploradas, e para o homem que habita o Amazonas; também salienta aspectos da história, da geografia e refere lendas da região.

O episódio da viagem entre o Rio de Janeiro e Manaus, realizada pela personagem José Otávio, é aproveitado para dar uma “aula” para o leitor sobre a região. Como diz Alfredo Ladislau em **Terra Imatura** (2008, p. 117): “A bordo, nessas viagens pelo Amazonas, há sempre um passageiro que fala por todos, – doutorado em assuntos da região”.

E é na figura de um padre, amazonense e professor de Geografia em Manaus, que Luís Otávio e o leitor vão aprender onde nasce o grande rio que nomeia a região, sua extensão e alguns de seus afluentes; também vão receber explicações sobre a lenda das Amazonas e sua relação com a história do lugar, com Orellana e Frei Carvajal. Além das Amazonas, Padre Câmara vai falar acerca dos lendários jurupari, boiaçu e também do muiraquitã.

José Otávio, e o leitor, tornam-se alunos no contexto desta exposição didática:

– Então me fale dessa coisa linda. Gosto tanto [...] de aprender com o senhor. [...] Vamos naquele banco dali, para o senhor me dizer uma coisa que desejo muito saber: onde nasce realmente o Amazonas? (MACAGGI, 1976, p. 58).

Primeira lição: a geografia.

– [...] Segundo dados recentes dos Geógrafos, não nasce o Amazonas no Lago Lauricocha e sim no Lago Vilafro, oriundo do Monte Cununami, nos Andes Peruanos, a mais de seis mil metros de altura e a noroeste do Lago Titicaca, na Bolívia. Por causa do degelo, o quase desconhecido Monte forma diversos lagos que originam torrentes que se reúnem em um só, o Vilafro do qual parte impetuoso o Vilcanota, que se lança no Apurimac. (MACAGGI, 1976, p. 58 e 59).

E não se pode deixar de aprender sobre um fenômeno natural que ocorre na região, as “terras caídas”:

“Terras caídas”! “Terras caídas”! Pedacos informes arrancados dos beijos chagados das barrancas. Depois das grandes enchentes, quando o gigante começava a baixar a mole e voltar ao antigo leito, ia arrancando e solapando as margens, que aluíam em determinados trechos [...] arrastando consigo pedaços de florestas marginais e às vezes até casas e plantações, bem como o gado com suas marombas. (MACAGGI, 1976, p. 60).

“Presta atenção”, “anota aí”, e os alunos, José Otávio e o leitor, vão decorando:

– Bem, presta atenção, José Otávio, pois aqui vai a estória que já passou para a História. [...] Para falar nas Amazonas, que estão ligadas a Orellana e indiretamente a Gonzalo Pizarro, terei de retroceder ao Século XVI, o Século dos Horizontes Iluminados. (MACAGGI, 1976, p. 65).

E na lição não podia faltar o imaginário amazônico, o exotismo do lugar:

– É ainda Barbosa Rodrigues quem o diz e não eu: Havia, nas margens do Içãna, na Serra do Tunai, uma tribo, a dos Kenukés. Estava-se na época Pré-Colombiana. Um dia chegou ali Izi, o atual Jurupari (diabo) dos Tarianás do Rio Negro e que era neto do Sol e da Boiúna ou Serpente Grande. (MACAGGI, 1976, p. 72).

E, a essa altura, temos que concordar com aquilo que o crítico Octávio de Faria (apud SANTOS, 2010, p.110) já condenava na maioria dos escritores da região¹⁴, ainda em 1935, no artigo “Excesso de Norte”, que confundem “[...] romance com testemunho, com obra educacional, com geografia, com história, com propaganda [...] com vinte outras coisas”.

Se acatarmos como válidas as ressalvas do crítico, por outro lado, temos que reconhecer, que se os discursos etnográficos, geográficos e históricos da região, inclusos em **A Mulher do Garimpo** enfraquecem a ficção, não deixam, todavia, de fortalecer o traço regional e ufanista dessa narrativa.

Mas já fizemos muitas paradas neste percurso, portanto, retomemos ao percurso da personagem José Otávio.

Na cidade de Manaus, a personagem passa por diversos empregos: aprendiz de mecânico, vendedor de frutas e, por fim, motorista do rabeção da Santa Casa de Misericórdia, trabalho que o consome e que um dia ele abandona, enojado, por causa de um incidente com

14 Lembrar que no contexto do artigo “Excesso de Norte” a palavra Norte compreendia as regiões Norte e Nordeste e está em oposição a Sul, que incluía o Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, e as demais regiões ao sul desta.

dois cadáveres. Desempregado, o “espírito aventureiro” (MACAGGI, 1976, p.92) do carioca José Otávio vai, e consigo leva o leitor, ao extremo norte do estado do Amazonas.

Tendo como suporte a viagem que José Otávio faz pelo Rio Negro, o narrador aproveita para descrever a culinária amazonense: “Salada de pirarucu, tracajá assado inteiro. Mujanguê... o delicioso arabu ou mujanguê de gema de ovo de tracajá com açúcar, canela e farinha torrada” (MACAGGI, 1976, p. 95). E para destacar os símbolos dos perigos que se escondem nos rios da Amazônia:

Há também a pirarára, que, quando adulta, aprecia carne humana. E ainda a gulosíssima piranha e o pequeno candiru, que tem dois esporões que se abrem logo que ele entra em determinadas partes expostas do corpo de quem entra n'água para tomar banho sem calção ou maiô. E para tirá-lo lá de dentro, com os esporões abertos, o sofrimento é horrível. (MACAGGI, 1976, p. 96).

Ao alcançar o Rio Branco, José Otávio se encanta com a paisagem, e para melhor conhecer [e dar a conhecer ao leitor] a região, faz perguntas a personagens “reais”, como Tota Terêncio, membro de uma família de práticos da região: “— E de onde veio esse gado para o Rio Branco, Tota?” “— E o matadouro por aqui, que tal, seu Tota?” (MACAGGI, 1976, p. 98).

Neste passo, são dadas as informações acerca dos possíveis responsáveis pela introdução do gado na região de Roraima:

Dizem que após a expulsão dos espanhóis, os irmãos portugueses José Joaquim e João trouxeram algumas reses do Solimões [...] Outros afirmam que foi Lobo D'Almada que trouxe o primeiro gado. (MACAGGI, 1976, p.98).

Do modo como esse gado era criado “[...] de maneira que [...], não podendo ser todo recolhido aos currais para ser amansado e beneficiado, cria-se bravo e agressivo.” (MACAGGI, 1976, p.98).

Informa-se ainda como era abatido: “[...] em Boa Vista há o curro, por sinal, feio, onde o gado é sangrado e nas fazendas matam-no perto da sede, debaixo de um caimbé.” (MACAGGI, 1976, p.99).

As informações aludem também às doenças que atacavam esses animais e dizimavam o rebanho: “Esse mal das cadeiras ataca o boi, o cavalo, a ovelha, a cabra. Já tivemos mais de duzentas e cinquenta mil reses no Rio Branco e hoje temos pouco mais de cento e quarenta mil reses nas nossas fazendas.” (MACAGGI, 1976, p. 98). E à decadência da pecuária na região: “Antigamente ganhava o vaqueiro sessenta mil reis por mês [...]. O ouro recém-

descoberto atraiu-o, as fazendas ficaram com carência de empregados” (MACAGGI, 1976, p. 100).

E para destacar um tipo, o vaqueiro do Rio Branco, nada melhor do que colocar uma personagem rio-branquense falando:

Agora, uma verdade: o vaqueiro rio-branquense é um valente. Laça, sozinho, um garrote bravio e chinha, puxando o laço, com o animal amarrado na barrigueira ou cilha do cavalo. [...] Num minuto laça, brincando, uma rês e ela cai com os pés e mãos presos no laço. Pode crer que o nosso vaqueiro não é inferior ao peão gaúcho ou ao nordestino. (MACAGGI, 1976, p.100).

Cabe ressaltar que, segundo Heliana Angotti-Salgueiro (2005), o vaqueiro rio-branquense havia merecido análise de José Veríssimo no artigo “Vaqueiro do Rio Branco”, publicado entre os anos 1930 e 1940, na série “Tipos e aspectos do Brasil” em seção da **Revista Brasileira de Geografia**.

Esse texto foi publicado novamente pela Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA, 1963). E, diferentemente do romance de Macaggi (1976, p. 99), no qual encontramos a afirmação de que “geralmente o vaqueiro é nordestino”, no texto de José Veríssimo (1963, p. 56), o autor declara que eles são, principalmente, de origem indígena: “Oriundos das tribos circunvizinhas — Macuxis e Uapixanas principalmente, que povoam os campos onde se localizam quase tôdas as fazendas, o vaqueiro do Rio Branco [...]” (VERÍSSIMO, in SPVEA, 1963, p. 56).

Ainda durante a conversa entre o prático Tota Terêncio e José Otávio, o romance de Macaggi faz menção ao desejo da população que aqui vivia de ver essa região, que ainda era município do Amazonas, se tornar Território e ser reconhecida: “[...] mas a verdade é esta: no dia em que o Rio Branco passar a ser Território, como é o nosso sonho dourado, ainda há de ser conhecido e invejado por este Brasil inteiro.” (MACAGGI, 1976, p. 101).

E José Otávio segue viajando pelo Rio Branco, se encantando com a paisagem, avistando jacarés e japiims, perguntando e conhecendo os tipos de árvores da região, como o assacu e o pau-rosa, e suas propriedades medicinais, apreciando as cachoeiras, como a cachoeira do Bem-Querer, até o momento em que chega a Boa Vista.

Então o narrador faz um histórico de Boa Vista do Rio Branco. Primeiro, sua localização:

Boa Vista do Rio Branco, pouco acima da linha do equador que ladeava a formosa Serra Grande, perto de Santa Maria do Boiaçu, ficava na margem direita do alto-Rio Branco e era cercada pelas Serras Pelada, Grande, Malacacheta, Moça e Murupu. Distava de Manaus quinhentas e quarenta e seis milhas. (MACAGGI, 1976, p. 109).

Em seguida, trata de descrever como se deu a passagem do lugar, que antes era apenas um Vale, à Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Rio Branco e depois a município: “Em julho de 1890, a sede da Freguesia, possuindo duzentos habitantes, foi elevada à categoria de Município, com o nome de Boa Vista do Rio Branco [...]” (MACAGGI, 1976, p. 109 e110)

E destaca o seu povoamento, citando os cidadãos considerados “pioneiros” do lugar: “O povoamento do Rio Branco muito deve aos cidadãos Inácio Lopes de Magalhães, [...], Sebastião Diniz, Fábio Leite, Carlos Mardel de Magalhães, e professor Diomedes Souto Maior.” (MACAGGI, 1976, p.110).

Descreve, em seguida, as poucas casas de Boa Vista, com seus quintais abandonados e sem jardins; uma cidade de ruas barrentas, com poucas escolas implantadas “[...] Sem árvores, sem praças, sem flores”; lugar onde vive uma população “[...] curiosa, maledicente, hospitaleira, alegre, e amiga de festas e piqueniques”, e, pelo olhar do narrador, indolente, pois ele observa: “Poucas frutas [...] Ovos? Galinhas? Porcos? Outra criação doméstica? Causa rara ali, sem mesmo saber porque, pois espaço havia de sobra.” (MACAGGI, 1976, p.109-111)

Então passamos a acompanhar as primeiras impressões que José Otávio tem ao chegar a Boa Vista. Ao se hospedar num quartinho em cima do bar do Moura – bar que segundo Walmir Pimentel (2010, p. 36) “[...] foi a primeira casa especializada em sorvetes, construída em madeira, de piso superior, contendo vários quartos de aluguel para solteiros.” – o carioca José Otávio conhece José Manteiga.

É com ele que o jovem sai para conhecer a cidade, e a quem declara: “— Manteiga, acho muito esquisito não haver um piano, um violino em toda a cidade. Ninguém toca, rara é a moça que borda a mão que faz flores, tricô ou crochê.” (MACAGGI, 1976, p. 112-113). E por causa da sua amizade com José Manteiga, motorista de um fazendeiro da região, em poucos dias José Otávio já está ambientado ao lugar e conhece todas as pessoas “importantes” da cidade.

Esse avizinhamento com o lugar e sua gente permite que José Otávio não só teça comentários sobre os costumes e as pessoas que aqui viviam, como o jogo e a bebida, “que campeavam à larga,” e que faziam com que os pais de família perdessem o dinheiro ganho na garimpagem, mas permite, também, que ele faça observações acerca do que seria necessário para o lugar se desenvolver:

[...] já notei que aqui quem lê e escreve é rei. É lógico que há exceções. E entre os que têm certa cultura, ponho o Serejo Cruz, o Dário Brito [...] Mas

que fazer? Quando Boa Vista for capital de um Território e para cá vier um homem competente, que traga sua equipe de técnicos e saiba também aproveitar os bons elementos da terra, esta cidade há de progredir. (MACAGGI, 1976, p.113).

Quinze dias depois de sua chegada à cidade, José Otávio vai para a Venezuela. Viagem demorada na época: para alcançar o país vizinho, o carioca precisou viajar, primeiro de barco, depois a cavalo. E os dois países, Brasil e Venezuela, eram separados por uma porteira: “[...] E às onze horas foi vista a porteira que separava o Brasil da Venezuela.” (MACAGGI, 1976, p.118). E enquanto José Otávio se extasia olhando a paisagem ao seu redor, o narrador aproveita para descrever as possibilidades econômicas do Vale do Rio Branco:

Oh, doce e extraordinário Vale do Rio Branco!
Pastagens soberbas, [...]
Rios piscosos [...] arrastando o homem para as suas riquezas!
[...] na portentosa reserva econômica dorme a imensurável riqueza vegetal:
angico, macacarecuia, copaíba [...] cumaru-ferro...
Dezenas de palmeiras — buriti, açai, bacaba, [...] patuá — todas úteis...
Tudo para construção naval e civil, medicina, farmacopeia, tinturaria [...]
Resina, goma, folhas, leite, essência, entrecasca, óleo, medula, breu, fruto e lenho — tudo a natureza rio-branquense oferece dadivosamente!
(MACAGGI, 1976, p.119)

Mas, além da fauna e da flora, essa natureza oferece os seus recursos minerais:

E os recursos minerais, então? Ouro e diamante no Cotingo, Maú, Quinó, Tepequém [...]. Ouro com diatomita, no lavrado entre o Surumu, Itacutu e Maú [...]. Enxofre e cobre no Alto-Cotingo, cristal de rocha na Serra do Cristal [...] Betume, no Anauá e cassiterita, jade, nefrita, ágata, estanho no alto-Uailang, tributário do Maú. E ainda, segundos estudos de Radiostesia, indícios de petróleo para os lados do Mucajá e também para o norte, na fronteira com a Venezuela. (MACAGGI, 1976, p.119-120)

José Otávio chega, então, a Santa Helena de Uairén (cidade venezuelana que faz fronteira com o Brasil), onde passa apenas uma semana, pois a pessoa com a qual iria trabalhar havia viajado para Caracas. E o carioca José Otávio decide retornar a Boa Vista. Mas não sem antes notar que as venezuelanas, mesmo aquelas mal trajadas, circulavam pelas ruas, em pleno dia, ornadas com correntes, brincos e pulseiras de ouro maciço e, quanto aos homens, esses usavam dentaduras de ouro. E José Otávio pensa: “– Um coveiro experto aqui ganharia dinheiro com os dentes dos esqueletos [...]” (MACAGGI, 1976, p.121).

Além de curioso, observador e inteligente, José Otávio se adapta rapidamente às situações e sempre faz amigos por onde passa. Por isso, apesar de só ter passado quinze dias em Boa Vista, José Otávio fez amigos, e ao voltar da Venezuela decide visitar Maria Bonita, “sua grande amiga”. Durante essa visita, o carioca conhece dois garimpeiros, Carne-Assada e

Zé Guilherme, os quais insistem para que ele os acompanhe para garimpar nas minas do alto Cotingo.

Convite aceito, os três seguem viagem. Primeiro de lancha, depois a cavalo. Eles param para descansar e comer e/ou pernoitar em fazendas da região, como as fazendas São João da Lagoa, Olho d'Água e Sobral, nas quais José Otávio, como sempre, é bem acolhido e ganha presentes; mas no caminho também pousam nas malocas do Sapo, Taxi e Barro, onde José Otávio toma caxiri e observa a feitura do beiju: “[...]. Foi a primeira vez que José Otávio tomou caxiri de milho. Era um líquido grosso, amarelo-claro, cheirando fortemente a azedo. Gostou e bebeu uma porção”. (MACAGGI, 1976, p. 122).

No percurso também encontram Parente Alberto e conhecem sua esposa, D. Suzana, e filhos. Parente Alberto é um indígena que diz ter sido guia de Rondon e do viajante inglês Hamilton Rice. É ele quem vai apresentar, para José Otávio, o indígena da região: suas características, seus hábitos, suas festas e suas crenças, como o canaimé, a boiúna, a mãe d'água, o mapinguari...

Mas, aqui, o narrador toma a palavra da personagem e a narração vai ser realizada em discurso indireto e pelo ponto de vista da voz autoral, como podemos perceber no trecho abaixo:

Geralmente o índio é feio, baixo e grosso, vendo-se contudo belos exemplares de ambos os sexos. São bem morenos, considerados modernamente como pertencente à Raça Vermelha e têm os olhos escuros e achinesados. Possuem bela dentadura que se estraga muito depressa. Índio puro nunca tem olhos claros. Misturado aos brancos, uma vez ou outra aparece um filho de olhos azuis. O que tem de lindo, tanto os homens como as mulheres, fora a dentadura e a cabeleira são as costas, retas e largas e os ombros também largos e musculosos. Alguns Macuxis limam os dentes “para não estragar, patrãozinho.” A cabeleira, espessa, lisa negra e comprida nas mulheres, fede a caracu de boi ou a brilhantina. Todos têm a pele boa e de cheiro característico, misto de fumaça, peixe moqueado e sujeira. (MACAGGI, 1976, p. 152)

O único momento em que se ouve, realmente, a voz da personagem é quando entra o discurso direto, entre aspas: “para não estragar os dentes, patrãozinho.” É como se o indígena estivesse respondendo à pergunta sobre o motivo dos macuxis limarem os dentes.

Já no Cotingo, na barraca dos *Três Mosqueteiros do garimpo* — nome impingido por José Otávio aos três amigos, vamos acompanhar o carioca limpando, cozinhando, lavando, cultivando uma horta e criando galinhas:

José Otávio acordava às cinco horas, limpava o tapiri, fazia o segura-peito e almoço, indo depois ajudar os amigos até às onze horas. Ficava de novo

preparando o jantar e ainda levava, às três da tarde, um bom café na garrafa térmica, ajudando-os até à tardinha. (MACAGGI, 1976, p.179)

Mas também aprendendo a dura lida de garimpar:

A luta com o rio estava trabalhosa [...] Às vezes havia dois repiquetes por dia, de manhã e de tardinha. No dia seguinte amanhecia raso, as grandes pedras-jacaré emergindo do meio do leito. Satisfeitos, os garimpeiros corriam para a praia [...]

E se punham afanosamente a limpar e raspar as pedras, sacando, amontoando o material perto d'água, para continuar o serviço no dia seguinte. (MACAGGI, 1976, p.191).

A vida no garimpo é difícil, muitos adoecem, mas José Otavio é precavido, sempre armazena remédios, para o caso de necessidade:

Os meus dois últimos vidros de água oxigenada Romárico levou. Só me restam algodão e mercúrio cromo. Ontem o Édson comprou minhas derradeiras injeções de óleo canforado e Campolo. E levou também o resto de Antiflogistine (MACAGGI, 1976, p. 186).

E, por ser inteligente, mesmo tendo chegado há pouco tempo na região, já reconhece um cipó não venenoso e o distingue de outro, venenoso, dando uma lição para outro garimpeiro sobre o cipó-titica:

– Não, Zé! O venenoso não dá na beira do rio. Este é o vime amazonense, com que em Manaus fazem aqueles móveis, muito bonitos. E o Amazonas tem grande reserva de cipó-titica, principalmente no Rio Negro. (MACAGGI, 1976, p.178).

Segue o texto dando ciência dos roubos na mina, das brigas –“E o Salatié me contô que no dia 31 hove baile no Poço Verde e que o Alonsio se unhô mais o Zé Francisco. Puxô a navaia e Zê Francisco a faca.” (MACAGGI, 1976, p.198) – das prisões, da solidão dos garimpeiros, da bebida, da inveja, das doenças, das cobras, dos remédios caseiros, dos que conseguem ganhar com o garimpo, daqueles que perdem tudo. Em conjunto, estes dados formam excelente fonte etnográfica para quem quer conhecer os hábitos desse universo.

Fica-se sabendo também que nesse garimpo vive a morena Florzinha, moça bonita, bondosa, romântica, trabalhadeira e amorosa com o pai, Vicente Pitó: “[...] Florzinha, a filha era muito caprichosa. Bordava, costurava, lavava e cozinhava. [...] Florzinha era especialista em doce de mamão.” (MACAGGI, 1976, p.198).

Estes atributos, mais o fato de ser herdeira de uma boa fortuna, fazem com que a moça seja cobiçada por muitos:

Já foi pedida em casamento várias vezes, [...]. Tem boa instrução, apesar de engolir os rr finais. Coursou o Colégio das Dorotéias em Manaus e é muito

prendada. Além disso é herdeira de quase oitocentos quilates de bons diamantes. (MACAGGI, 1976, p.201).

Mas entre piqueniques, declamações de poemas, pescarias, e uma festança na maloca de Parente Alberto, durante a qual o leitor é inteirado da culinária indígena: o caxiri, o pajuaru, a damorida; da pintura que utilizam no rosto; das mães que se banham nuas com seus curumins no igarapé, das danças como o parixára e o tucuxi, a moça se apaixona por José Otávio.

Em seguida, vem a decepção de Florzinha e a tragédia: José Otávio mente para a moça dizendo ser noivo em Manaus e, na tentativa de conquistar o rapaz, Florzinha põe em ação o plano de “se entregar” ao amado, ou seja, se deixar possuir sexualmente por José Otávio. Mas, quando se vê rejeitada, comete suicídio.

Seguem a confissão que José Otávio faz a Vicente Pitó, pai de Florzinha, sobre a sua condição de mulher travestida de homem; o perdão, a crescente loucura do velho e sua morte, dramática. E, por fim, o desprezo de metade dos garimpeiros da mina, que julgam José Otávio culpado pela morte de pai e filha.

Essas duas mortes e o desprezo dos demais garimpeiros deixam José Otávio desconsolado. Então ele decide abandonar o Cotingo e passar um tempo na fazenda São Luís, onde é acolhido por D. Bembém, uma católica fervorosa e muito amiga, a quem faz confidências acerca de sua vida e da tragédia ocorrida no Cotingo.

Com o passar do tempo, e a providencial ajuda de D. Bembém, José Otávio melhora e resolve seguir para Boa Vista, mas na cidade ele só consegue ficar uma semana, pois as pessoas: “Olhavam-no desconfiados e as moças viravam-lhe o rosto. Ouvia murmurarem ‘conquistador’, ‘garanhão’, ‘Mulher do garimpo’ e ‘assassino.’” (MACAGGI, 1976, p. 283-284).

Desesperado, José Otávio aceita o convite de um conhecido e parte para a região do Tepequém, lugar onde pretende juntar dinheiro e retornar, em definitivo, para o Sul. É quando inicia a terceira fase da narração da vida da personagem.

Essa fase da vida de José Otávio é passada no garimpo do Tepequém. Lá ele conhece América do Norte ou Mentira-Fresca, que gosta de falar palavras difíceis, decoradas em um dicionário. Trata-se de homem de má índole, invejoso, bajulador e que atormentará a sua vida, apelidando-o de mulher do garimpo e incitando-o a um confronto.

Também conhece Pedro Rocha que, desde sua chegada – doente, pois José Otávio havia contraído impaludismo, torna-se seu amigo, e a quem ele se une mais, depois que Pedro

ampara e o ajuda a cuidar de uma cadelinha, Tua-Mãe, que fora queimada com água fervente por América do Norte.

É nessa parte da narrativa que Pedro Rocha, cearense, solteiro e quarentão conta a história de sua vida para José Otávio.

Até este momento da narrativa o tempo da história e o tempo do discurso seguem em paralelo, daí termos dividido a narrativa em três partes:

1º- Nascimento e trajetória da vida da personagem até os seus vinte e poucos anos de idade;

2ª - Ida para o Amazonas e o tempo passado em Manaus;

3ª- Chegada a Boa Vista, onde passa quinze dias, e a ida para Santa Helena de Uáiren no ano de 1942. Sabemos disso porque a informação é dada pelo narrador ao fazer uma lista dos preços das mercadorias vendidas na Venezuela naquele ano: “Eis os preços das mercadorias do país onde se vivia mais caro no mundo, nesse ano de guerra de 1942, valendo o Bolívar, em moeda brasileira, quatro mil (4\$000) e o real dois mil réis (2\$000).” (MACAGGI, 1976, p. 122).

Este período de tempo também pode ser deduzido porque há no romance a menção da declaração de guerra do Brasil contra a Alemanha e a Itália, ocorrida em agosto de 1942. Esta notícia é recebida através de um rádio de pilhas¹⁵ durante a viagem da personagem para o garimpo do Cotingo:

Parente Alberto, Carne-Assada e os comboeiros, sentados a um canto, escutavam um radiozinho que Vítor Mota havia emprestado e cujas pilhas já estavam gastas.

Não chegou o rapaz a andar uns metros, quando Carne gritou por ele: — José, venha aqui! Grande novidade! Depressa, rapaz! O futuro garimpeiro aproximou-se rapidamente e prestou atenção. E ouviu três, quatro vezes a sensacional notícia da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália. (MACAGGI, 1976, p.144-145).

Dadas essas explicações, voltemos para o momento, já relatado acima, em que José Otávio chega ao Tepequém, conhece Pedro Rocha e este vai contar sua trajetória de vida; pois é justamente a partir desse momento que o discurso histórico deixa de coincidir com o discurso narrado, pois há uma retrospectção, um *flashback*.

A ação principal, a trajetória da personagem José Otávio, é interrompida quando é evocado um momento passado anterior, e temos então uma segunda narrativa. Os acontecimentos que se relacionavam, antes, seguindo uma ordem cronológica, dão lugar a

¹⁵ Provavelmente se tratava de um rádio a válvulas, já que rádios a pilhas só viriam a ser fabricados na década de 50.

acontecimentos passados em momentos anteriores aos até então narrados. Há um deslocamento do tempo presente da ficção para o passado, para só depois se voltar ao curso principal da história.

E o narrador toma a palavra e começa a contar a vida de Pedro Rocha:

Ceará, 1913. Serra da Meruoca, região serrana do norte do grande Estado. [...] Numa vila afastada do centro do povoado, na porta de uma casa pobre soluça uma criatura abraçada ao filho que vai partir. É a mãe de Pedro Rocha. (MACAGGI, 1976, p.300)

Pedro Rocha é ainda um menino, tem apenas anos (12) e seu plano é viajar para o Acre para se tornar soldado da borracha, ou como diz Chico, um conhecido que o encontra em Manaus, ser “voluntário da morte”. Mas Chico não deixa que ele parta para os seringais, leva-o para o quartel, e ele passa a ser recruta da Força Policial. Todavia, Pedro só aguenta um ano e deserta depois de uma briga com um cabo.

Ainda no Amazonas, trabalha como carvoeiro, vigia e garçom de hotel. Porém, ao saber que o cabo com o qual brigara ainda o procura para fazê-lo voltar para o quartel, Pedro Rocha parte para os seringais do Acre. Aprende a sangrar as árvores e colher o leite nas tijelinhas, e logo se torna perito na arte de fabricar borracha:

Pedro está satisfeito. Já quer bem às suas tijelinhas, que o ajudam muito. [...] Dá o golpe em cada arriação e vai embutindo a tijela. Embute cinco na primeira árvore, três na segunda, seis na terceira, quatro na quarta, variando o número com a grossura do tronco. (MACAGGI, 1976, p.316).

Pedro Rocha ainda percorre vários seringais da Amazônia e, enquanto sua trajetória é narrada, o leitor, didaticamente, toma conhecimento do modo como se sangra uma seringueira e se fabrica a borracha, e da vida miserável que leva o seringueiro:

Como todo seringueiro, possui conta corrente e seu talão mensal. Porém infelizmente seu saldo é diminuto. Sabe que foi roubado, mas que fazer? Depois de algum tempo cansa do duro trabalho e vai para Manaus. Seringueiro com saldo no primeiro fabrico? Onde, como, e quando? Se ele sabe que o lucro é sempre do patrão... (MACAGGI, 1976, p. 324).

Ano de 1927: Pedro passa um tempo em Manaus e lá ouve falar das grandes possibilidades de Boa Vista do Rio Branco, então município do Amazonas, para onde viaja. Nesse lugar, começa a pescar e comercializar tartarugas, depois trabalha como coletor de ouriço de castanha. Em 1931 o leitor o encontra trabalhando como balateiro. Depois que deixa a extração da balata, Pedro trabalha em alguns garimpos, depois segue para a Venezuela, onde passa dois anos, 1941 e 1942. Após esse período, transita um tempo entre Boa Vista e a garimpagem na Serra Verde, próximo ao rio Quinô. Até que um dia vai para a Mina Nova, no

Tepequém, ocasião em que José Otávio também segue para aquele local. E lá, os dois se conhecem.

E é nessa altura dos acontecimentos da narrativa que o discurso histórico e o discurso narrado voltam a coincidir.

As duas personagens se apaixonam, mas, como aquele amor não pode ser consumado, Pedro deixa uma carta para José Otávio, explicando o motivo de sua partida e vai embora. José Otávio vai atrás dele, cai do cavalo e fica inconsciente. Pedro se arrepende de ter partido e volta. No caminho encontra José Otávio, desmaiado. No afã de socorrer o amigo, resolve cortar sua camisa para que respire melhor, quando percebe que se trata de uma mulher.

Há o casamento e os dois viajam para conhecer a família de Pedro, no Ceará. Contudo, o retorno do casal para o Tepequém já é certo, pois, antes de sua partida, a voz da natureza, em tom doce, sedutor e profético, exorta o casal a ficar na região:

Enquanto cavalgavam a passo, naquela calma aparente do vale verdinho afogado em sol e luz, emergiu, misturada ao bafo da terra úmida e intocada, a Voz da Natureza. E docemente assim falou: – Fica, Homem. Tu triunfarás aqui à custa do teu próprio braço, do teu próprio esforço. Eu te guiarei. Vencerás este Vale gigantesco. (MACAGGI, 1976, p.415).

Natureza que, se devidamente domada, deixará de ser o “inferno verde” para se tornar acolhedora:

O que vês aqui, neste meu Amazonas, neste meu Rio Branco ainda desconhecido, é a mostra da tenacidade e do heroísmo de um povo que precisa ser melhor compreendido, admirado e auxiliado pelos irmãos de longe, que aqui chegam amedrontados e maravilhados e a quem acolho com amor no seio da minha selva-selvaggia e nos meus lavrados sem fim (MACAGGI, 1976, p.416).

E, enfim, tomar ares de Éden terreno:

És feliz, Mulher! A fé, o amor e a gratidão que te tomam o coração tornar-te-ão forte e engrandecida para a luta. Eu te darei dos meus frutos e da minha água fresca. Ajudar-te-ei a fazer dos teus filhos homens de bem. Fica, Mulher! Fica! (MACAGGI, 1976, p.416).

E assim termina a narrativa **A Mulher do Garimpo**, com um *happy end* e uma ideia de futuro promissor para os dois afortunados garimpeiros que, de diferentes partes do Brasil, migraram para o extremo sertão norte do Amazonas, lugar onde descobriram o amor e encontraram a possibilidade de viver uma vida melhor, e também onde seus “curumins nascerão, intemoratos e fortes” (MACAGGI, 1976, p. 417).

Fruto do seu tempo¹⁶, o romance de Nenê Macaggi divulga a Amazônia, e especialmente Roraima, pelo que tem de belo e diferente – exótico: “É belo este Amazonas, é lindo este Rio Branco, tão diferente do resto do Brasil!”. Mas, sobretudo, pelo o que a região pode oferecer em termos de potencial econômico a ser explorado: “Estão fadados a um grande progresso e serão o celeiro do mundo!” (MACAGGI, 1976, p. 416).

E essa divulgação da região se sustenta nas particularidades regionais, a terra e a água em abundância e o pouco aproveitamento de suas riquezas, medidas não só pela fauna e flora da região, mas também por seu solo, rico em minérios. Tal é o caso de Roraima que, como já vimos, o narrador afirma possuir não só ouro e diamantes, mas também petróleo. (MACAGGI, 1976, p.119-120).

Vem daí a necessidade da escritora Nenê Macaggi de, mais do que narrar uma história, descrever a região, traduzindo as suas particularidades através da sua geografia, história, e etnografia, pois só assim a região, que é o que importa no romance, será entendida por aqueles que não a conhecem.

E daí também a sua importância para o campo das manifestações culturais roraimenses, que tem, hoje, como umas das principais referências, um movimento que se intitula Roraimeira. Movimento que, de acordo com o artigo “Roraimeira: o resgate das origens” (DIRETRIZES, 1991, p. 19-23) surgiu em 1984 durante uma exposição-*show* no Teatro Amazonas:

Foi nesse ano de 1984, que um acontecimento importante, envolvendo todos os jovens músicos, poetas, artistas plásticos e intelectuais em atividades artísticas, lançou a semente do movimento **Roraimeira**. Ao lado de outros artistas — músicos, dançarinos, poetas, pintores e escultores boa-vistenses, que faziam exposição de artes plásticas em uma das galerias do Teatro Amazonas [...] (DIRETRIZES, 1991, p. 22)

Acontecimento que, dessa forma descrito, até parece uma edição local da Semana de Arte Moderna. Mas, ainda de acordo com o artigo “Roraimeira: o resgate das origens” (DIRETRIZES, 1991, p. 19-23), o Roraimeira contava, na época, com expressões do cenário artístico roraimense, como o poeta e escritor Eliakim Rufino na área da literatura, Eliezer Rufino, nas artes plásticas e Zeca Preto e Neuber Uchôa na área musical.

Considerado pela revista como o “líder do movimento”, Eliakim Rufino (DIRETRIZES, 1991, p. 20) concebe o Roraimeira como “um movimento artístico, filosófico e ecológico que traduz, explica, resgata, divulga e canta Roraima”. E Eliezer Rufino

16 Segundo Bertha Becker (1990, p. 12) é na década de 70 que o estado brasileiro assume a iniciativa da ocupação da região, através de programas e projetos, tais como o PIN (Programa de Integração Nacional) e Polamazônia, e da criação do INCRA.

(DIRETRIZES, 1991, p. 21), ao considerar o regionalismo como principal característica da manifestação cultural Roraimense, se inclui nesse movimento ao explicar que os seus próprios quadros são “descaradamente regionalistas: o buritizal, a várzea, o horizonte longínquo e crepúsculos alaranjados”.

E, por isso, consideramos que **A Mulher do Garimpo** tem no Movimento Roraimense certa continuidade, pois, através de uma temática regional e do tom ufanista, ambos pretendem divulgar Roraima. Tal é o caso da seguinte letra da música “Cruviana”, de Neuber Uchôa, que traz os seguintes versos: “Muito prazer/Estou aqui pra dizer/ Que canto pra minha aldeia/ Sou parte da teia [...]/ Meu chibé com carne seca te provoca/ Minha damurida queima e te ensopa/ Teu café na rede me capitiana/ Tua tez me cruviana.” (UCHÔA, s.d.) Além de “Cruviana”, outras letras das músicas dos artistas que fazem parte do Roraimense, à semelhança de Nenê Macaggi no livro aqui estudado, colocam a flora, a fauna a geografia e os costumes indígenas como vitrine da região.

São letras que destacam os buritizais, o caimbé, o tambaqui, o tamanduá, o Tepequém, o Suapi, as cachoeiras, o Monte Roraima, as grandes serras, o caxiri, a damurida, e a dança do parixara, ou seja, tudo aquilo que se costuma citar como parte integrante da paisagem roraimense.

Feitas essas considerações, podemos afirmar que o livro **A Mulher do Garimpo** é uma manifestação literária que recebe influências da ficção regionalista do período realista – naturalista da literatura nacional, que, segundo José Maurício Gomes de Almeida (1980, p.114), teve uma “nítida preocupação documental, não apenas no tocante ao meio físico e social, como à própria realidade linguística”.

Além disso, a feição documental do romance de Macaggi nos remete à literatura de tendência regionalista produzida na região norte, pois, conforme Afrânio Coutinho ([1955] 1986, p.239-249), em todos os escritores regionalistas que escreveram “inspirados na vida e na paisagem da Amazônia [...] a realidade ocupa o primeiro plano, tanto na pintura dos quadros e dos fatos, como na dos tipos e caracteres”. (COUTINHO, [1955] 1986, p.241,242) E o romance de Macaggi não destoa, nesse aspecto, dos contos de **Inferno Verde** (1920), de Alberto Rangel, ou dos contos de Inglês de Souza, escritos em 1893 e reunidos no livro **O rebelde e outros contos amazônicos** (2007), já que, como as narrativas desses autores, a maior parte da narrativa de Macaggi tem como fundo o cenário e cenas da vida amazônica — a paisagem, o homem que habita a região e seus costumes, o que permite a representação do espaço e possibilita uma identificação, pois, lembra Albertina Vicentini (2008, p.188), “o regionalismo passa pela questão da verossimilhança do mundo representado”.

A Mulher do Garimpo também se vincula ao regionalismo porque as personagens José Otávio e Pedro Rocha vivem as experiências de um contexto social, econômico e histórico regional, quer seja o contexto do período da extração da borracha, quer seja o período da garimpagem ocorrida no Vale do Cotingo e na Serra do Tepequém no final da década de 30, início da de 40. Temática que leva o leitor a penetrar no imaginário da garimpagem praticada na região e traz à baila, nas figuras das personagens José Otávio e Pedro Rocha, a emergência da migração¹⁷ para o território do hoje Estado de Roraima, e, também, aponta para a heterogeneidade da formação sociocultural do lugar.

E como os outros romances de Macaggi, cujos enredos são desenvolvidos nessa região, entre os quais **Dadá Gemada-Doçura-Amargura** (1980) e **Exaltação ao Verde: Terra – Água – Pesca** (1984), **A Mulher do Garimpo** coloca o espaço geográfico amazônico como uma região de fronteira econômica que, pouco povoada, deve ser colonizada e civilizada para o bem do futuro da nação, ao mesmo tempo em que vincula Roraima às ideias de potencialidade, riqueza e abundância: “É belo este Amazonas, é lindo este Rio Branco, tão diferente do resto do Brasil! Estão fadados a um grande progresso e serão o celeiro do mundo! É o futuro quem o diz.” (MACAGGI, 1976, p. 416).

E, talvez por isso, esses romances de Nenê Macaggi pareçam fazer uma propaganda do lugar, e neles sobressaíam, especialmente, as personagens que migram, seja do sul ou do nordeste do país, e, chegando, encontram possibilidades e potencial econômico para se desenvolver, fazendo dessa região um lugar em que os sonhos de uma vida melhor podem ser concretizados.

Dessa forma, as personagens dos romances de Macaggi, se honestas e trabalhadoras, no fim da trama, acabam se tornando grandes proprietários de terras, pecuaristas e/ou agricultores, ou garimpeiros afortunados, como as personagens José Otávio/Ádria e Pedro, que só vivendo em um lugar tão rico quanto Roraima poderiam ganhar, por ocasião de seu casamento, presentes como gado, ouro e diamantes. (MACAGGI, 1976, p. 415).

Afinal, esta era, e ao que parece, continua sendo, a terra da esperança, a terra da promessa. E ao se enquadrar nesta medida, **A Mulher do Garimpo** pode e deve ser lido como ideologia e ficção.

17 O maior garimpo do território foi descoberto em 1937. A partir desta data espalhou-se, pelo norte do Brasil, a notícia do ‘Novo Eldorado’ e, conseqüentemente, o afluxo de gente aumentou consideravelmente (CIDR, 1990, p. 11)

CONCLUSÃO

Cientes de que não esgotamos a pletera da questão, mas que, modestamente, estamos ajudando a abrir caminhos para a discussão do modo como o regionalismo se apresenta em **A Mulher do Garimpo**, de Nenê Macaggi, damos, neste ponto, por concluída nossa leitura dessa narrativa.

E, feita a análise, podemos primeiramente afirmar que a escritora paranaense radicada em Roraima, para onde veio na condição de delegada do SPI, objetiva prioritariamente, em seu “romance do extremo sertão norte do Amazonas”, mais do que propriamente contar uma história, fazer um registro: documentar, descrever, retratar um tempo, um espaço e as pessoas que nele viveram – o espaço do extremo norte do país, ainda tão mal conhecido dos brasileiros.

E no afã de realizar tal intento e objetivar o seu discurso, Nenê Macaggi, além de recorrer a uma linguagem eminentemente referencial para compor o seu romance, utiliza descrições minuciosas e lança mão de conceitos científicos. E como se esses recursos ainda se mostrassem insuficientes para dar a ilusão de que aquilo que é mostrado no livro é real, é confiável, é verossímil, Nenê Macaggi também inclui amiúde, no seu texto, pessoas que viveram na região, assim como também incrusta documentos, que são veementemente citados como verdadeiros, bem como lugares e dados históricos passíveis de fácil comprovação.

E é neste sentido que compreendemos que a configuração estética de **A Mulher do Garimpo** estabelece relações com aquela concepção de literatura preconizada pelo realismo-naturalismo, que era, basicamente, a de literatura como tradutora ou representante um tanto fiel de uma parcela de mundo.

Este aspecto, talvez o mais ostensivo da produção realista que se manifestou como corrente preponderante do espírito nos últimos anos do século XIX, e que se caracterizava pelo desejo de “acercar-se”, para usar as palavras de Bosi (1997, p. 186), “impessoalmente dos objetos, das pessoas”, foi o mesmo empregado como chave de realização do romance de Nenê Macaggi.

Entretanto, devemos notar que, no caso, sem apresentar aquelas marcas da descrença e da desconfiança analítica e desmascaradora, como tão bem ensina J. G. Merquior (1996, p.144) acerca das tendências literárias do segundo Oitocentos. Afinal, se a obra de Macaggi se aproxima desta corrente de pensamento no que diz respeito ao regime de verossimilhança, dela se distancia no que tange à sanha analítica das mazelas profundas do tecido social.

E sendo assim, diante dessas observações, podemos dizer com alguma segurança que, pela descrição minuciosa e documental da referência objetiva, **A Mulher do Garimpo** é uma manifestação literária de vocação e filiação realista-naturalista, muito embora não o seja na dimensão de análise crítica do mundo.

Assim, passados mais de cinquenta anos do advento do Modernismo brasileiro, vemos aparecer em Roraima uma manifestação literária que remonta a estéticas anteriores a esse movimento literário. O texto de Macaggi tanto se afasta da chamada “fase heroica” do Modernismo, cuja ênfase era colocada sobre “a experimentação, a destruição dos velhos cânones estéticos [...] a aguda consciência da literatura enquanto linguagem”, (LAFETÁ, 2000, p. 251), quanto da ficção social produzida na década de 30, dado que a realidade social da região é apresentada de modo superficial.

Tal é o que ocorre, por exemplo, nas passagens em que são feitas “denúncias” em torno do tratamento dado pelos seringalistas aos “soldados da borracha”; estas se fazem, praticamente, em forma de descrição de uma situação, e não de sua problematização profunda.

Associado a isso, **A Mulher do Garimpo** manifesta em seu discurso uma visão de mundo positivista, que alia o ufanismo nacionalista à ideologia de ocupação e integração da Amazônia ao Brasil através do aproveitamento das suas possibilidades econômicas, ao mito do Amazonas como “celeiro do mundo” e à ideia de que a natureza é rica, mas o elemento humano local, além de escasso, não possui bases civilizatórias.

Visão de mundo esta que converge para os discursos desenvolvimentistas da região, alentados tanto no período em que o Brasil vivia o regime estado-novista, quanto no período da ditadura militar. Assim, por exemplo, no “Discurso do Rio Amazonas”, pronunciado por Getúlio Vargas (SUDAM, 1968, p. 9) em outubro de 1940, na cidade de Manaus, o então “chefe da nação” declara que “O que a natureza [amazônica] oferece é uma dádiva magnífica a exigir o trato e o cultivo do homem.” E acrescenta que “o grande inimigo do progresso amazonense” é “o espaço imenso e despovoado”, e que é possível “às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar, rica de elementos vitais e apta a crescer e prosperar”.

Do mesmo modo, 26 anos mais tarde, em setembro de 1966, Humberto Castelo Branco, que então presidia o país, faz um pronunciamento em Boa Vista, capital do Território Federal de Roraima, e nestes termos se refere à Amazônia:

Constitui realmente espetáculo admirável aquele que se desdobra aos nossos olhos, quando, após sobrevoar por longas horas a lendária selva amazônica,

com as suas águas, e as suas matas, vemos abrirem-se diante de nós os contornos de uma civilização nascente e cheia de perspectivas e possibilidades. (SUDAM, 1968, p.21)

E, como Getúlio Vargas, o militar também enfatiza nesse discurso o “vazio demográfico” da região. A diferença, agora, é que esse “vazio” não é mais apenas visto como um entrave para o desenvolvimento da região; ele também é visto como um perigo para as nossas fronteiras. Por outro lado, esse “vazio” também seria uma solução para o aumento populacional no Brasil, como podemos perceber no seguinte trecho do discurso:

Inicialmente, não deixamos de lembrar o imenso vazio geográfico, que numa época de explosão populacional, está a merecer especial atenção [...] Vazio a que se reúnem extensas fronteiras, virtualmente desabitadas e que marcam nossas linhas divisórias com seis países amigos e um território colonial. (SUDAM, 1968, p.23)

Assim, ao associar a região Amazônica, em especial o espaço hoje chamado de Roraima, outrora Rio Branco, à noção de fronteira econômica, terra vasta e com grande potencial econômico, mas ainda pouco explorada, podemos afirmar que **A Mulher do Garimpo** reforça o discurso das políticas nacionalistas de civilizar, colonizar e integrar esta região ao país.

Quanto ao alcance literário da obra, podemos dizer que esta vale mais pelo conjunto de sua etnografia do que pela sua qualidade estética, que fica comprometida em virtude da preocupação de Macaggi em descrever, mais do que contar uma história. Procedimento esse que resulta no enfraquecimento do enredo do romance, pois a atenção do leitor é sempre desviada dos eventos que estão sendo contados para descrições exaustivas acerca, por exemplo, da castanha-do-pará: seu nome científico, suas características, a maneira como ela é coletada, como se faz para quebrar o ouriço, a exportação do fruto, sua venda, etc.

Esses elementos, em geral, não se justificam enquanto elementos do enredo, haja vista que são desnecessários ao andamento da trama, pois em nada lhe acrescentam. Daí a obra por vezes parecer uma enfiada de pequenas monografias sobre as possibilidades econômicas da região, bem como sobre o corpo social, os costumes, o imaginário, dentre tantos outros aspectos.

Mas estas “paradas” monográficas também servem para que o narrador registre sua visão de mundo, sua opinião, os valores em que acredita, enfim, sua ideologia, que não é só dele, mas da classe social que ele representa. Caso exemplar é a utilização de quase três páginas do texto para uma personagem, “[...] um distinto médico da Saúde Pública de Manaus [...]” (MACAGGI, 1976, p. 116), fazer uma pregação da doutrina cristã. E tudo para dar uma

“lição de moral” em outra personagem, que entra e sai da história somente para demonstrar, para o leitor, que aquele que não acredita em Deus, é um “teimoso” (MACAGGI, 1976, p.117), que não consegue ver “o verdadeiro céu” (MACAGGI, 1976, p.116).

Cabe acrescentar que estas personagens, como tantas outras no texto de Macaggi, entram e saem da história sem nada contribuir para que as ações se desencadeiem, os conflitos surjam, se resolvam, outros apareçam e a história possa ter andamento.

Desarticuladas com os demais elementos constitutivos da narrativa, essas “paradas”, ou intervalos, podem até constituir textos independentes da trama da história narrada, como é o caso do “Livro décimo: A Revolução de 24” (MACAGGI, 1976, p. 347). Outras vezes, por se prolongarem demais, elas afrouxam a narração e fazem com que as ações narradas fiquem reduzidas a um mínimo, como se fossem elementos de menor importância para o conjunto da história.

O narrador desse romance também é problemático, já que “tem dificuldade em ceder a palavra. Ele é que sabe, portanto ele é quem deve conduzir o fio sem fio da narrativa [...]” (LEITE 1978, p.129)

Sem fio, no caso do romance aqui estudado, porque a narrativa é entrecortada por esses “intervalos”, acima aludidos, que não se harmonizam com o fio da narração que deveria conduzi-la.

Mas, ao não ceder a palavra, o narrador também não consegue “penetrar no outro”; por isso as personagens do romance de Macaggi se apresentam planas, sem características marcantes que as destaquem das outras; a região é tematizada, seus elementos inventariados, mas, como as personagens não vivem ou sentem os problemas regionais, pois esses são vistos, analisados e explicados sob o prisma do narrador, a realidade social é apresentada de modo superficial.

Tal é o que ocorre no garimpo, por exemplo, onde quase não há conflito; o patrão, dono do garimpo e os empregados, todos são iguais, as classes sociais parecem não existir.

Fora alguma briga causada pelo excesso de bebida, os garimpeiros são nobres, bondosos e vivem em paz, em idílio com a natureza, que já foi domada. O assassinato de um garimpeiro é digno de nota porque ele faz parte de uma tradicional família roraimense; no mais, há igualdade.

Como podemos perceber, trata-se de um narrador que olha “de fora”, que se distancia, mostra, mas não quer fazer parte, daí não oferecer uma visão profunda dos problemas da região: a violência, os desmandos, as brigas políticas e pelo poder entre as chamadas “famílias tradicionais”, o tratamento dado aos índios, dentre outros aspectos.

Por isso podemos afirmar que o regionalismo de **A Mulher do Garimpo** vai ser encontrado no pitoresco da região, que pode interessar àqueles que não conhecem a flora, a fauna, os rios, o relevo, a culinária, os costumes das gentes que viviam em Boa Vista, ou nas fazendas; os hábitos dos índios da região, bem como suas crenças e, também, vai ser encontrado na representação daqueles que, historicamente, “construíram” Roraima: o garimpeiro e o fazendeiro.

Outro elemento que contribui não apenas para o enfraquecimento dessa narrativa, mas também para deixar sua leitura cansativa são as “deformações das palavras” utilizadas por aquelas personagens cuja posição social e/ou cultural é marcada pela sua fala, como é o caso do garimpeiro Zé Guilherme:

É, mais quando a gente incomenda ela leva um ano pra entregá. Oi, tão matando gado no Sarafim. Olhe só os aribu. E como aquele gavião grita! Ah, são dois bem-te-vi que tão dando uma surra nele! Mais é somentes enquanto ele avoa, proque quando posá num gaio quem apanha é os surradô (MACAGGI, 1976, p. 180).

Além da leitura se tornar cansativa, a transcrição da fala da personagem não convence, pois como aceitar que a mesma personagem fale corretamente o dígrafo “lhe” em “olhe” e não o faça em “galho”, cujo registro ficou “gaio”.

Como afirma Pretti (2003, p.65), a habilidade de utilizar a linguagem, por parte do escritor, é importante quando se quer representar nas falas das personagens as diferentes variações linguísticas, não sendo fácil para um escritor romper as barreiras de uma oposição bem definida entre língua falada e língua escrita, pois a reprodução escrita do diálogo das personagens oferece uma série de problemas linguísticos que nem todos os escritores conseguem contornar.

E tudo isso corrobora para que os elementos que compõem a relação “Realidade-invenção”, que para Antonio Candido (2011, p.75) constitui uma das qualidades da literatura de ficção, não possuam igual importância em **A Mulher do Garimpo**, pois, nele, o primeiro termo sempre se sobrepõe ao segundo.

Por isso podemos dizer que o romance de Macaggi não chega a atingir uma realização propriamente literária e artística, ou seja, não chega a ser manifestação literária capaz de “alta expressividade”, já que a escritora, em sua busca por objetividade e apego à verdade, acaba esquecendo, como bem alerta Jozef (2005, p. 254), que: “Diante do discurso científico e historiográfico, a literatura destaca-se por seu afã criador, sua independência em relação à evidência documental”.

Mas não podemos deixar de reconhecer que o principal mérito de **A Mulher do Garimpo** reside nessa evidência documental, no registro de uma memória do “extremo sertão norte do Amazonas”. E, como diz Coutinho ([1955] 1986, p.243): “Como se sabe, no regionalismo, muita coisa de escassa importância literária tem grande significação sociológica, isto é, vale pela documentação e pela informação”.

REFERÊNCIAS

- ADAIRALBA, Zanny. **Literatura de cordel**. Boa Vista: Coqueiro, 2012.
- AGUIAR, Flávio; VASCONCELOS, Sandra Gardini T. (Orgs.). Regiões, culturas e literaturas. In: *Angel Rama. Literatura e cultura na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.
- ALGUNS minutos de encantadora palestra com Nenê Macaggi. **A Gazeta**, Florianópolis, 23 jan. 1940.
- ALMEIDA, José Maurício Gomes de. **A tradição regionalista no romance brasileiro (1857-1945)**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- ANDRADE, Mário de. Regionalismo. In: SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos**. 2.ed. São Paulo: USP, 2008.
- _____. **Macunaíma: o herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Círculo do livro, 1987.
- ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. A construção de representações nacionais: os desenhos de Percy Lau na Revista Brasileira de Geografia e outras "visões iconográficas" do Brasil moderno. **Anais do Museu Paulista**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 21-27, dez. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/5426/6956>>. Acesso em: 04/09/ 2014.
- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. As literaturas locais como manifestações periféricas determinantes. In: SALES, Germana ; SOUZA, Roberto Acízelo de. (Orgs.). **Literatura brasileira, região, nação globalização**. Campinas: Pontes, 2013.
- _____. A tradição do regionalismo na literatura brasileira: do pitoresco à realização inventiva. **Revista Letras**, n.74. Curitiba: UFPR, 2008.
- ASSIS, Machado de. Notícia da atual literatura brasileira — Instinto de Nacionalidade. In: COUTINHO, Afrânio (Org.). **As formas da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Bloch, 1984.
- AUERBACH, ERICH. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. (Org.). **Dialogismo, polifonia, intertextualidade**. São Paulo: Edusp, 2011.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Círculo do livro, 1987.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Roraima, paisagem e tempo na Amazônia setentrional: estudo de ocupação pioneira da América do sul**. Recife: Universidade da UFPE, 1995.
- BASTOS, Abguar. **Terra de Icamiba**. 2.ed. Rio de Janeiro: Adersen Editores, 1934.

- BAKHTIN, Mikail. **Questões de literatura e estética: A teoria do romance**. 6.ed. Traduzido por Aurora Foroni Bernardini et al. São Paulo: HUCITEC, 2010.
- _____. (VOLOCHÍNOV, V. N.). **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.
- BECKER, Bertha k. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo, Cultrix, 1997.
- BRAGA, Genesino. Romancista do Garimpo. **Jornal Boa Vista**. Boa Vista, 30 out. 1976.
- BRAIT, Beth. (Org). **Bakhtin: Dialogismo e polifonia**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- BRANDÃO, Inaê. **Prédio histórico que abrigou primeiro hospital de Boa Vista é demolido**. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roaima/noticia/2015/02/predio-historico-que-abrigou-primeiro-hospital-de-boa-vista-e-demolido.html> Acesso em: 10/04/2015.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Disponível em <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/remate/article/viewFile/3560/3007>
- _____. **Na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1999.
- _____. et al. **A personagem de ficção**. 12.ed. São Paulo: Perspectiva, 2011a.
- _____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite**. 6.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- _____. **Formação da literatura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.
- _____. Castello, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira: modernismo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.
- _____. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 11.ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2010.
- CARVALHO, Fábio Almeida de. **Makunaima ~ Macunaíma: contribuições para o estudo de um herói transcultural**. 2011. 203 f. Tese (Doutorado). – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.
- CARVALHO, João Carlos de. A Amazônia como tema. In: **Amazônia revisitada: de Carvajal a Márcio de Souza**. Rio Branco: EDUCAF, 2005.
- CARVALHO, Tereza Ramos de. **Personagens em trânsito: a interlocução literatura e história social de Tocantins**. São Paulo: Livrus, 2013.
- CASTRO, Ferreira de. **A selva**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, s.d.
- CESAR, Ana Cristina Cruz. **Literatura não é documento**. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.
- CHICA Banana, por Nenê Macaggi – um romance realista. **Revista da semana**, Rio de Janeiro, n.7, ano XL, p. 49, jan. 1939.

- CIDR. **Índios e brancos em Roraima**. Coleção histórico-antropológica, n.2. Brasília: Coronário, 1990.
- COELHO, Marinilce Oliveira. **O grupo dos novos (1946 - 1952):** memórias de Belém do Pará. Belém: EDUFPA: UNAMAZ, 2005.
- COLOMBO, Silvia. Contra o regionalismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. 2009. Ilustrada, p. E1 e E3.
- COMISSÃO, julgadora classifica a melhor monografia de Roraima. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista 15 jan. 1974.
- COUTINHO, Afrânio. O regionalismo na ficção. In: **A Literatura no Brasil: era realista**. 6.v. 3.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986.
- CUNHA, Euclides da. **Amazônia – um paraíso perdido**. Manaus: Valer, 2003.
- _____. **Os Sertões**. 8.ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.
- D'ACAMPORA, Márcia. Território Federal do Rio Branco: realidade e legalidade. In: MAGALHÃES, Maria das Graças Santos Dias; SOUZA, Carla Monteiro. **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: UFRR Editora, 2012.
- DEPOIS de uma esplendida viagem de seis meses ao norte, passa por Curitiba a autora da “Chica banana”. **O Dia**, Curitiba, 10 jan. 1940.
- DIARIO de uma viagem subindo o rio Amazonas. **Correio do Paraná**. Curitiba, 10 jan.1940.
- DINIZ, Dilma C. Branco; COELHO Haydée, R. Regionalismo. In: FIGUEIREDO, Eurídice. (Org.). **Conceitos de literatura e cultura**. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- ECO, Umberto. **Obra aberta: forma e determinação nas poéticas contemporâneas**. 9.ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- _____. **Seis passeios pelo bosque da ficção**. São Paulo: Companhia da Letras, 1994.
- FACINA, Adriana. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar: 2004.
- FESTIVAL da canção:10 composições musicais selecionadas para a final. **Jornal Boa Vista**, 15 jan. 1974.
- FRANCO, Afonso Arino de Melo. **O índio brasileiro e a revolução francesa**. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. 8.ed. São Paulo: Ática, 2007.
- FONTENELLE, Amarílio Teles. **Exaltação a Roraima: Gravação especial**. [s.l.], [s.d.]. Roraima, força e amor, 2,40 min. 33rpm, sulco, Stéreo. Rcd 001.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos: estética – literatura e pintura, música e cinema**. 3.v. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001.

- FREITAS, Guilherme. **O revolucionário legado de Pagu, musa mártir do Modernismo**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/cultura/livros/augusto-de-campos-fala-sobre-revolucionario-legado-de-pagu-musa-martir-do-modernismo-14277753>. Acesso em: 08/11/2014.
- FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ. Massangana, 1996. p.47-75. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>. Acesso em: 09/09/2013.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Geociências. **Geografia do Brasil**. 3.v. Rio De Janeiro: IBGE, 1989.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. Euclides da Cunha. In: PIZARRO, Ana. (Org.). **América latina: palavra, literatura e cultura**. 2.v.Campinas: UNICAMP, 1994.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2.ed. Manaus: Valer, 2007.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.
- HATOUM, Milton. Euclides não teve tempo de vingar a Hiléia. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23, ago.2009. Disponível em: <http://Cultura.estadao.com.br/.../artes,euclides-nao-teve-tempo-de-e-vingar-a-hi>. Acesso em: 13/09/2014.
- ISER, Wolfgang. Os Atos de Fingir. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011a.
- . O jogo do texto. In: LIMA, Luiz Costa. **A literatura e o leitor**. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- JOBIM, José Luis. **Literatura e cultura: do nacional ao transnacional**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- . **Formas da teoria: Sentidos, Conceitos, Políticas e Campos de Força nos Estudos Literários**. Rio de Janeiro: Caetés, 2002.
- JOSEF, Bella. **História da literatura hispano-americana**. 4.ed. Rio de Janeiro: UFRJ/Francisco Alves. 2005.
- . **Romance Hispano-Americano**. Rio de Janeiro: Ática, 1986.
- LADISLAU, Alfredo. **Terra imatura**. TELLES, Tenório. (Org.). Manaus: Valer, 2008.
- LAFETÁ, João Luiz. **1930: a crítica e o Modernismo**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000.
- LARAIA, Roque Barros de. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar: 1997.
- LEITE, Ligia Chiappini. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana. (Org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. 6.v. São Paulo: Memorial, 1994.

- _____. **Do beco ao belo**: dez teses sobre o regionalismo na literatura em Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 8.v. n.15, 1995.
- _____. **O foco narrativo** (ou A polêmica em torno da ilusão). São Paulo: ática, 1985.
- _____. BRESCIANI, Maria Stella. (Orgs). **Literatura e cultura no Brasil**: identidades e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2002.
- LEONEL, Maria Célia; SEGATTO, José Antônio. **Ficção e ensaio**: literatura e história no Brasil. São Carlos: EdUFScar, 2012.
- LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 2.ed. São Paulo: Globo. 2009
- LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre literatura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.
- MACAGGI, Nenê. **A Mulher do garimpo**. Manaus: Imprensa Oficial, 1976.
- _____. **A Mulher do garimpo**. 2.ed. Boa Vista: Atual, 2012.
- _____. **Dadá Gemada-Doçura-Amargura**. Boa Vista [s.n.], 1980
- _____. **Exaltação ao Verde Terra – Água – Pesca**. Boa Vista [s.n.], 1984.
- _____. **Nará-Sué Uarená**. Boa Vista: Gráfica Real, 2012.
- _____. **Contos de dor e de sangue**. Rio de Janeiro: Coelho Branco, 1935.
- _____. **Chica banana**. Rio de Janeiro: Imãos Pongueti, 1938.
- _____. **Água parada**. s.l.: Calvino Filho, 1933.
- MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. **Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil**. Nitheroy, n.1. Paris: Dauvin et Fontaine, 1836. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/63>. Acesso em: 01/10/2014.
- MAGALHÃES, Dorval de. **Roraima**: informações históricas. 4.ed. Rio de Janeiro: Projefilm,1997.
- MAUPASSANT, Guy de. Estudo sobre o romance. Tradução e apresentação de Luís Roberto Amabile. **Revista Criação & Crítica**, n.9, p. 220-229, Nov. 2012. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/criacaoecritica>. Acesso em: 10/12/2014.
- MERQUIOR, José Guilherme. **De Anchieta a Euclides**: breve história da literatura brasileira. 3.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MOOG, Clodomir Vianna. **Uma interpretação da literatura brasileira**. Porto alegre: IEL, 2006.
- MOISÉS, Leyla Perrone. **Vira e mexe nacionalismo**. São Paulo: companhia das Letras, 2007.
- MORAES, Ana Carolina. Jean Pierre Chabloz e a campanha de mobilização de trabalhadores para a Amazônia (1943). In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE, 6, 2010, Campinas. **Ata**. Campinas: UNICAMP, 2010. P.21-27. Disponível em

http://www.unicamp.br/chaa/eha/atas/2010/ana_carolina_albuquerque.pdf. Acesso em: 05/05/2014.

MOREIRA, Maria Eunice. O arquipélago cultural brasileiro: a interpretação de Viana Moog. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, 46.v, n. 4. p. 83-88, out./dez. 2011.

NENÊ Macaggi - Roraima entrelinhas. Direção: Elena C. Fioretti. Brasil. Doc. (s.l.)(s.d.), (55 min) TV. DVD.

NENÊ Macaggi: nossa dama nas letras. **Diretrizes**, Boa Vista, n. 4, p.18, jul-ago-set. 1991.

NITRINI, Sandra. (Coord.). **Literatura e sociedade**. n.5. São Paulo: USP, 2000.

NUNES, Benedito: **O tempo na narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Laucides. Nenê Macaggi. In: MACAGGI, Nenê. **A mulher do garimpo**. Boa Vista: Atual, 2012.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PARANAENSE adota BV. **Folha de Boa Vista**. Boa Vista, 9 jul. 1997).

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & literatura: uma velha-nova história. Nuevo Mundo Mundos Nuevos. **Debates**. 2006. <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. Acesso em 26/05/2013.

PIMENTEL, Walmir. **Boa Vista, 1950**. Boa Vista: Gráfica Real, 2010.

PINTO, Renan Freitas. **Viagem das ideias**. 2.ed. Manaus: Valer, 2008.

PIZARRO, Ana. Imaginario Y discurso: La Amazonía. **Revista de crítica literária latino-americana**. Lima. Ano XXXI, n.61, 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. Portaria s/n, de 13 de novembro de 1973. Institui concurso de composições sobre o Território Federal de Roraima. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 20 nov. 1973.

PRETTI, Dino. **Sociolinguística: os níveis da fala**. São Paulo: Edusp, 2003.

RAMOS, Luiz Carlos. O rádio que se transforma. **Observatório da imprensa**. Disponível em:http://observatoriodaimprensa.com.br/interessepublico/ed711_o_radio_que_se_transforma/ Acesso em 23/04/2015.

RANGEL, Alberto. **Inferno verde**. s.l: Tours, 1920.

REIS, Carlos; LOPES, Ana Cristina M. **Dicionário de teoria da narrativa**. São Paulo: Ática, 1988.

RYAN, Marie-Laurie. **The pragmatics of personal and impersonal fiction**. Poetics. Amsterdam, v. 10, n. 6, 1981.

- RODRIGUES, Rauer Ribeiro; RODRIGUES, KelcileneGrácia. Fortuna e infortúnios do regionalismo. In: SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de. (Orgs.). **Literatura brasileira, região, nação globalização**. Campinas: Pontes, 2013.
- RORAIMEIRA: o resgate das origens. **Diretrizes**, Boa Vista, n. 4, p.19-23, jul-ago-set. 1991.
- SALES, Germana; SOUZA, Roberto Acízelo de. (Orgs.). **Literatura brasileira, região, nação globalização**. Campinas: Pontes, 2013.
- SANTILLI, Paulo. **Fronteiras da república. História e política entre os Macuxi no vale do rio Branco**. São Paulo: FAPESP e NHII – USP, 1994.
- SANTOS, Cássia dos. Romance (a)político e crítica literária nos anos 30 e 40. **Revista Letras**, [s.l.], v. 49, p. 107-124, Out. 2010. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/letras/article/view/18992/12306>>. Acesso em: 10 Mai. 2014.
- SCHWARTZ, Jorge. **Vanguardas Latino-americanas: polêmicas, manifestos e textos críticos**. 2.ed. São Paulo: USP, 2008.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar. **Teoria da Literatura**. 8.ed. Portugal: Livraria Almedina, 1994.
- SOUZA, Márcio. **A expressão amazonense: do colonialismo ao neocolonialismo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.
- SOUZA, Antonio Ferreira de. **Noções da geografia e história de Roraima**. Manaus: Palácio Real, 1969.
- _____. **Roraima em revista**. s.l. s.n. [1974?].
- SOUZA, Inglês de. **O rebelde e outros contos amazônicos**. São Paulo: Scipione, 2007.
- SOUZA, Alfredo de. Somos Brasil: O ritual do 7 de setembro na construção da identidade nacional em Boa Vista entre as décadas de 40 e 70. In: MAGALHÃES, Maria das Graças S; Souza, Carla Monteiro. **Roraima/Boa Vista: temas sobre o regional e o local**. Boa Vista: UFRR, 2012.
- SPVEA. **Amazônia: tipos e aspectos**. Rio de Janeiro: Serviço de documentação, 1963.
- STAËL, Anne Louise G. N. Literatura e instituições sociais. In: SOUZA, Roberto Acízelo (Org.). **Uma ideia moderna de literatura: textos seminais para os estudos literários (1688-1922)**. Santa Catarina: Argos, 2011.
- SUDAM. **Operação Amazônia (discursos)**. Belém: Serviço de documentação e divulgação, 1968.

- SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- TADIÉ, Jean-Yves. **A crítica literária no século XX.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.
- TÁVORA, Franklin. **O cabeleira.** São Paulo: Melhoramentos, s.d.
- TELES, Gilberto Mendonça. **A escrituração da escrita/ Teoria e prática do texto literário.** Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro.** 11.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.
- TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA. Portaria s/n, de 19 de setembro de 1973. Institui o concurso de monografia sobre o Território Federal de Roraima. **Boletim Oficial [da] República Federativa do Brasil.** 19 set. 1973.
- TEZZA, Cristóvão. **O espírito da prosa:** uma autobiografia autorizada. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- TOMACHEVSKI, Boris. Temática. In. **Teoria da literatura II.** Lisboa: edições 70, s.d.
- TUPIASSU, Amarílis. Amazônia, das travessias lusitanas à literatura de até agora. **Estudos avançados.** São Paulo. v. 19, n. 53, abr. 2005. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142005100019>. Acesso em: 15/04/2014.
- UCHÔA, Neuber. Cruviana. Intérprete: Hallisson Crystian. In: **Cara.** Belém: RJ Produções [s.d.]. 1 CD. Faixa 1.
- UMA entrevista de Nenê Macaggi. **Diário da Tarde,** Florianópolis, 16 jan.
- UMA intelectual paranaense em visita ao seu Estado. **O Dia,** Curitiba, 10 jan. 1940.
- VARGAS, Getúlio. **O destino brasileiro do Amazonas.** Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br>. Acesso em: 08/01/2014.
- _____. **A borracha e o aproveitamento das riquezas naturais da Amazônia.** Disponível em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br> Acesso em: 08/01/2014.
- VICENTINI, Albertina. Regionalismo literário e sentidos do sertão. **Sociedade e cultura.** V.10. n. 2, 2008. Disponível em www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/download/3140/3145. Acesso em: 20/07/2014.
- VICENTINI, Albertina. O sertão e a literatura. **Sociedade e cultura.** V.1. jan./jun. 1998. Disponível em: <http://h200137217135.ufg.br/index.php/fchf/article/viewFile/1778/2139> Acesso em: 20/07/2014.
- VIVENDO e sentindo o Brasil - Da Amazonia lendária aos pampas infinitos. **A Notícia,** Joinville, 27 jan.1940.

WANKLER, Cátia Monteiro. Da utopia à heterotopia: ideia de “periferia” e os estudos de literatura em Roraima. In: SOUZA, Carla Monteiro. et al. **Linguagem e cultura regional: vertentes poéticas e linguísticas**. Boa Vista: EDUFRR, 2013.

WELLEK, René; WARREN, Austin. **Teoria da Literatura**. 5.ed. s.l, Europa-América, s.d.

XAUD, Jáber. Ligeira biografia da autora. In: MACAGGI, Nenê. **A mulher do garimpo**: Manaus: Imprensa Oficial, 1976.

_____. Sociedade jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 3 jul. 1976. p.11.

_____. Sociedade jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 17 jul.1976. p.13.

_____. Sociedade jaber Xaud. **Jornal Boa Vista**, Boa Vista, 7 ago. 1976. p.11.